



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - CCANL

RESOLUÇÃO Nº 298/2024 - CONSUN/UEMASUL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO –
UEMASUL
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA – PROGESA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, NATURAIS E LETRAS – CCANL
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – BACHARELADO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS –
BACHARELADO**

Estreito/MA
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO –
UEMASUL
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA – PROGESA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, NATURAIS E LETRAS – CCANL
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – BACHARELADO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS –
BACHARELADO**

Projeto Pedagógico do Curso Ciências Contábeis Bacharelado, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, vinculado ao Centro de Ciências Agrárias, Naturais e Letras – CCANL.

Estreito/MA
2024



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

ESTRUTURA DE GESTÃO UEMASUL

Reitora

Prof.^a Dra. Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves

Vice-Reitora

Prof.^a. Dra. Lilian Castelo Branco de Lima

Pró-Reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica – PROGESA

Prof.^a Dra . Márcia Suany Dias Cavalcante

Pró-Reitora de Planejamento e Administração –PROPLAD

Prof. Me José Sérgio de Jesus Sales

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PROPGI

Prof. Dr. Allison Bezerra Oliveira

Pró-Reitor de Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil – PROEXAE

Prof. Dr. José Milton Lopes Pinheiro

Diretor do Centro de Ciências Agrárias, Naturais e Letras – CCANL

Prof. Dr. Gutierrez Rodrigues Moraes

Diretor do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado

Comissão de Elaboração e Sistematização do Projeto Pedagógico do Curso – PPC

Prof. Dr. Antonio Alves Ferreira
Prof. Esp. Joel Gouvêa de Oliveira
Profa. Ma. Leidiane Sousa Lima Fernandes
Prof. Dra. Márcia Suany Dias Cavalcante
Prof. Me. Marcos Aurélio Cavalcante Ayres
Profa. Ma. Mariana Ribeiro Cardoso Sousa
Prof. Me. Rodrigo Silva Lucena
Prof. Me. Thiago Sousa Silva



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Ciências Contábeis Bacharelado

Área: Ciências Sociais Aplicadas

Período mínimo de integralização: 4 anos

Período máximo de integralização: 6 anos

Regime letivo: semestral

Turnos de oferta: Noturno (com aulas no sábado à tarde)

Vagas autorizadas: 40 vagas

Carga horária do curso: 3.000h

Disciplinas do Núcleo Específico: 25 disciplinas - 1.470/h

Disciplinas do Núcleo Básico: 16 disciplinas - 960/h

Disciplinas Eletivas: 03 disciplinas - 180/h

Estágio Curricular Supervisionado: 02 estágios - 270h

Atividades Complementares (AC): 120h

Título acadêmico: Bacharel em Ciências Contábeis

DADOS INSTITUCIONAIS

Nome da instituição: Universidade Estadual da Região Tocantina Do Maranhão

CNPJ: 26.677.304/0001-81

Centro: Centro de Ciências Agrárias, Naturais e Letras – CCANL

Endereço: Avenida Brejo do Pinto, s/nº – CEP: 65.975-000

Bairro/Cidade: Brejo do Pinto, Estreito/Maranhão

E-mail: ccanl@uemasul.edu.br



LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Cursos ofertados no *Campus Imperatriz*

Quadro 02: Cursos ofertados no *campus Açailândia*

Quadro 03: Cursos ofertados no *campus Estreito*

Quadro 04: Cursos ofertados nas Unidades Avançadas no “Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão”.

Quadro 05: Empresas ativas por setor no município de Estreito

Quadro 06: Competências e Habilidades do egresso de Ciências Contábeis

Quadro 07: Matriz curricular do Curso de Ciências Contábeis do CCANL

Quadro 08: Disciplinas com créditos de prática profissional contábil

Quadro 09: Disciplinas com Atividade Curricular de Extensão no curso de Ciências Contábeis – CCANL



LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Composição do Índice do Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) com ênfase nos indicadores de renda e educação.

Tabela 02 : Educação / Estreito

Tabela 03: Auxílios concedidos aos discentes e quotas

Tabela 04: Disciplinas do Núcleo de Formação Básica

Tabela 05: Disciplinas do Núcleo de Formação Específica

Tabela 06: Disciplinas do Núcleo Livre – Eletivas Restritivas

Tabela 07: Disciplinas com Atividade Curricular de Extensão – ACE

Tabela 08: Carga Horária para integralização do curso de Ciências Contábeis Bacharelado – CCANL

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa da rede urbana do Maranhão

Figura 02: Mapa da hierarquia das cidades no Maranhão

Figura 03: Área de abrangência territorial da UEMASUL, definida pelo Decreto Estadual nº 32.396/2016



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA UEMASUL	11
1.1 Missão	22
1.2 Visão	23
1.3 Valores	23
2. CONTEXTO REGIONAL	24
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	31
3.1 Histórico do Curso	31
3.5.2 Legislações Estaduais	44
3.5.3 Normativas institucionais da UEMASUL	44
4. POLÍTICA ACADÊMICAS	46
4.1 Política de Direitos Humanos	46
4.2 Políticas de Educação para as relações étnicos- raciais	46
4.3 Políticas de Educação Ambiental	48
4.4 Políticas de Inclusão e Acessibilidade	50
4.5 Políticas de apoio ao discente	51
4.5.1 Acolhimento e integração acadêmica	55
4.5.2 Bolsa permanência	55
4.5.3 Atuação da Coordenação de Assistência à Saúde e Acessibilidade – CASA	56
4.5.7 Ligas acadêmicas e grupos de estudos	61
5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO	62
5.1 Objetivos do curso	62
5.2 Perfil do Egresso	63
5.3 Estrutura curricular do curso	67
5.3.2 Matriz Curricular	70
5.3.3 Ementário	73
5.3.4 Integração Curricular	123
5.3.5 Interdisciplinaridade	124
5.3.6 Compatibilidade entre hora-aula e hora-relógio	124
5.4 Metodologia de ensino utilizada no curso	125
5.5 Estágio Curricular Obrigatório e práticas contábeis	126
5.6 Atividades Complementares (A/C)	127



5.7 Trabalho de Conclusão de Curso	129
5.8 Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs) no Processo de ensino- aprendizagem	130
5.9 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino- aprendizagem	133
5.10 Número de vagas	135
5.11 Atividades práticas de profissional contábil.....	135
5.12 Atividades Curriculares de Extensão.....	137
6 GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO.....	139
6.1 Colegiado do Curso.....	140
6.2 Núcleo Docente Estruturante.....	140
6.3 Direção de Curso.....	141
6.4 Direção de Centro	141
6.5 Gestão Acadêmica do curso e o processo de avaliação interna e externa.....	141
7 CORPO DOCENTE	145
7.1 Titulação e formação docente	145
8 INFRAESTRUTURA	146
8.1 Salas de aula	146
8.2 Espaço de trabalho para o Diretor do Curso	146
8.3 Sala coletiva de professores.....	146
8.4 Acesso dos alunos a equipamentos de informática	146
8.5 Bibliografia básica e Bibliografia complementar por unidade curricular (UC). 147	
8.6 Laboratórios didáticos de formação básica	148
8.7 Laboratórios didáticos de formação específica	148
REFERÊNCIAS	149



APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Pedagógico do Curso – PPC apresenta a proposta de implantação do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado para o Centro de Ciências Agrárias, Naturais e Letras – CCANL/UEMASUL, *campus* Estreito. Este foi elaborado em consonância com a Resolução CNE/CES nº. 1, de 27 de março de 2024, na qual determina as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis Bacharel, bem como as demais legislação pertinente e vigente acerca da Educação Superior.

Nesse sentido, além dos DCNs e legislação nacional e estadual, também foram considerados o Plano Nacional de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Pedagógico Institucional – PPI, instrumento norteador das práticas pedagógicas e da política de expansão e estruturação da universidade, para fundamentar seus pressupostos teóricos e filosóficos.

Para além disso, este documento reflete a intencionalidade da UEMASUL em uma proposta pedagógica intervencionista no município de Estreito que se estende pela dimensão política, uma vez que irá formar um contador com o perfil acadêmico que atenderá às necessidades pessoais, profissionais e regionais no qual esteja inserido. Este processo caracteriza-se por uma ação contínua de reflexão-ação, discussão e construção, reconstrução coletiva, objetivando o aperfeiçoamento da prática institucional em busca da excelência no ensino de graduação, comprometido com os interesses reais da população e com a visibilidade que se quer e necessita dar ao *campus* de Estreito.

A construção deste documento teve como marco inicial um estudo da realidade local quanto à área de atuação e estrutura do administrativa e os espaços de gestão, cujo a contabilidade permeia na região de Estreito, explícito em sua justificativa. Em seguida, buscou-se como base PPC do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado de algumas universidades regionais, para estudo e análise de aplicabilidade nesta nova propositura, bem como das recentes Diretrizes Curriculares da área. Feitos os estudos e reflexões necessárias, bem como as adequações tendo em vista o atendimento às especificidades regionais, o projeto foi se estruturando e resulta no que ora se apresenta.

Tem-se, portanto, uma construção de objetivos do curso, bem como o perfil profissional do Bacharel em Ciências Contábeis. Nessa formulação, foi realizada uma intensa reflexão sobre a matriz curricular do curso, com o propósito de articular, mais efetivamente, a reflexão teórica e as atividades práticas desenvolvidas nos componentes, bem como aproximar, nestes, dos conteúdos e os objetivos das diretrizes educacionais para os Cursos de Ciências Contábeis e a efetiva execução do ensino, pesquisa, extensão e inovação.



1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA UEMASUL

A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) é uma autarquia de natureza pública localizada na região sudoeste do Maranhão. Possui autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial. Possui cursos na modalidade presencial com habilitação em bacharelado, licenciaturas e tecnólogos distribuídos nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Engenharias, Linguísticas, Letras e Artes, Ciências Biológicas e Ciências Sociais Aplicadas. A visão da UEMASUL para os próximos 5 (cinco) anos é se tornar uma universidade de referência regional no Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Empreendedorismo, promovendo transformação e desenvolvimento para a Região Tocantina .

A missão da UEMASUL, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2022-2026) é produzir e difundir conhecimentos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão e formar profissionais éticos e competentes, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da região Tocantina do Maranhão, contribuindo para a elevação cultural, social e científica, do Maranhão e do Brasil.

Possui como valores institucionais, a gestão democrática, promoção de sustentabilidade, ética, estímulo à inovação e ao empreendedorismo, respeito à diversidade, autonomia e responsabilidade social, transparência e compromisso com a sociedade e com o bem público, valorização dos discentes, docentes e técnicos-administrativos, compromisso com a sociedade da Região Tocantina do Maranhão.

Como parte integrante do projeto de regionalização da Educação Superior do Estado do Maranhão, no dia 06 de setembro de 2016, o chefe do Poder Executivo, Governador Flávio Dino, enviou à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA) o Projeto de Lei nº 181/2016, para a criação da UEMASUL. Assim, após debate na Sessão Ordinária da ALEMA, no dia 26 de outubro de 2016, o projeto foi aprovado por unanimidade pelos trinta e dois deputados presentes. Em 03 de novembro de 2016 o Governador assinou a Lei Estadual nº 10.525, que criou a primeira Instituição de Ensino Superior Regional do Estado do Maranhão, incorporando a sua estrutura dois *campi* – Imperatriz e Açailândia, que antes pertenciam à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Continuamente, o Decreto Estadual nº 32.397, de 11 de novembro de 2016, designou a Comissão de Transição e Instalação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, com a missão de diagnosticar as atividades de implantação e dar efetividade à Lei



nº 10.525/2016. Nesta mesma data, o Decreto Estadual nº 32.396 definiu que a área de atuação territorial da UEMASUL abrangeria vinte e dois municípios do Estado do Maranhão.

Então, a UEMASUL, juntamente com a UEMA, o Instituto Estadual do Maranhão (IEMA) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), passou a integrar o Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, criado pela Lei Estadual nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

Em 01 de janeiro de 2017, a UEMASUL passou a existir como a primeira Universidade Regional do Estado do Maranhão, conduzida por uma gestão *pró-tempore*, que representou a segunda etapa da sua criação. Nomeada pelo Governador Flávio Dino, a Gestão *pro-tempore* teve vigência até 31 de dezembro do mesmo ano. A posse da primeira reitora, Professora Elizabeth Nunes Fernandes e do vice-reitor Professor Antônio Expedito Ferreira Barroso de Carvalho, ocorreu em solenidade pública, com a presença de representantes de diversos segmentos da sociedade.

Ao decorrer do primeiro ano de funcionamento da UEMASUL alguns fatos foram marcantes para a história desta IES. A Medida Provisória, de autoria do Poder Executivo Estadual nº 227, de 21 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a organização administrativa da UEMASUL, os cargos em Comissão, o Conselho Universitário (CONSUN) e o Conselho Estratégico Social (CONEST), foi transformada na Lei Estadual nº 10.558, de 06 de março de 2017.

Com pouco mais de 70 dias de funcionamento, em 15 de março de 2017, e em meio a planejamento e obras de reforma e expansão, ocorreu a aula inaugural da mais nova Universidade Pública do Brasil. Outro marco importante foi a primeira outorga de grau dos cursos de graduação da UEMASUL, em 05 de abril de 2018. A solenidade foi marcada pela alegria e emoção dos formandos, seus familiares e de toda a comunidade acadêmica, reafirmando a função desta IES na sociedade.

Entre tantos outros acontecimentos importantes, destacam-se a elaboração do primeiro Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2017-2021, resultado do comprometimento de toda a comunidade acadêmica. O primeiro PDI foi aprovado pela Resolução nº 013/2017 – CONSUN/UEMASUL. A solicitação de credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação iniciou em julho de 2017. O anúncio do credenciamento aconteceu em 14 de dezembro de 2017, antes da Universidade completar um ano de funcionamento. Com o relatório da Comissão de Avaliação e do parecer favorável da Câmara de Ensino Superior, o plenário do Conselho Estadual de Educação aprovou, por



unanimidade, o credenciamento da UEMASUL por cinco anos, prazo máximo que pode ser dado a uma instituição.

Para alcançar seus objetivos de atuação e desenvolvimento regional, ainda no primeiro ano de UEMASUL, iniciou-se o processo de construção de novo *campus* para o Centro de Ciências Agrárias (CCA), em área doada pelo Sindicato Rural de Imperatriz – SINRURAL. Em 03 de novembro de 2021, o novo *campus* foi inaugurado e está em funcionamento. Expandindo a atuação desta IES, foi criado e instalado o *campus* no município de Estreito.

O chefe do Poder Executivo Municipal de Estreito, o então prefeito Cícero Neco Moraes, com aprovação da Lei Municipal, doou um prédio com 3.336 m², em uma área total de 20.000 m², para a Universidade. Para a escolha dos cursos que seriam ofertados, uma audiência pública foi realizada em 03 de maio de 2017, no município. O novo *campus* recebeu a denominação de Centro de Ciência Agrárias, Naturais e Letras (CCANL), conforme estabelece a Lei Estadual nº 10.694, de 05 de outubro de 2018. Encontra-se em funcionamento desde 2020, ocasião na qual ingressaram as primeiras turmas, com oferta de 120 vagas, divididas entre os cursos de Língua Portuguesa e Literaturas de Línguas Portuguesas; de Ciências Naturais Licenciatura (Física/Matemática); e de Engenharia Agrônômica.

Em agosto de 2017, houve outra Audiência Pública na cidade de Amarante do Maranhão, com representantes da sociedade civil organizada, representantes do Ministério Público Estadual, dos Poderes Executivo e Legislativo e municípios de Buritirana e Sítio Novo, ocasião em que foi apresentada a demanda da região por Ensino Superior.

A UEMASUL, considerando seu comprometimento em democratizar o acesso ao Ensino Superior, por meio de planejamento, estudo e análises de dados educacionais da região, contando também com a experiência obtida nas audiências públicas em 2017, elaborou o Projeto para Formação de Professores Caminhos do Sertão (Resolução nº 049/2018 – CONSUN/UEMASUL), visando ofertar cursos de licenciatura para a comunidade da sua área de atuação territorial, em cooperação com quatro municípios/polos das Unidades Avançadas, a considerar, Amarante do Maranhão, Itinga do Maranhão, Porto Franco e Vila Nova dos Martírios.

O Programa teve sua criação aprovada pelo CONSUN e autorizado seu funcionamento pela Resolução nº 56/2019-CEE-MA do Conselho Estadual de Educação. Em 14 de fevereiro de 2020, em uma solenidade oficial com a participação das Prefeituras, o Programa foi lançado e ocorreu também as assinaturas de Acordos de Cooperação Técnica entre os gestores dos municípios das quatro Unidades Avançadas e a UEMASUL.

No dia 25 de novembro de 2021, foi assinado o contrato nº 026/2021, que tem como



objeto o apoio para a execução do Programa juntamente com a Fundação Sôusândrade que terá o prazo de quatro anos para o seu desenvolvimento. Em virtude da pandemia do COVID-19, o programa foi efetivado somente no ano de 2022, com a realização do seu vestibular.

Ainda em 2017, foi implantado o Restaurante Popular e Universitário (RPU), proveniente de um Acordo de Cooperação firmado entre a UEMASUL e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDES), ofertando 1000 (um mil) refeições diárias, sendo 400 (quatrocentas) destinadas a discentes e servidores(as) da UEMASUL. Para atender ao aumento da demanda, o número de refeições em 2022 foi elevado para 1.100 (um mil e cem).

A terceira etapa da Universidade, denominada Período de Implantação, foi marcada pela Resolução nº 014/2017 – CONSUN/UEMASUL, que convocou a comunidade acadêmica para a primeira eleição para reitor e vice-reitor da UEMASUL. Não havendo registros de candidaturas para composição de lista tríplice para a eleição, a Professora Elizabeth Nunes Fernandes e o Professor Antônio Expedito Ferreira Barroso de Carvalho, após consulta à comunidade acadêmica, foram reconduzidos pelo Governo do Estado aos cargos de Reitora e Vice-Reitor, respectivamente.

Foi no segundo ano da UEMASUL que aconteceu a aprovação do primeiro Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, Mestrado Profissional em Letras (PPGLE), criado pela Resolução nº 035/2018 – CONSUN/UEMASUL e aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no primeiro semestre de 2019, tendo a primeira defesa de dissertação em 28 de setembro de 2021.

Criado em 5 de julho de 2018, o Centro de Ciências da Saúde (CCS) foi aprovado na Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA) pela Lei nº 10.880. Nela estão previstos os cursos de Medicina, Farmácia e Saúde Coletiva, todos na modalidade Bacharelado. A criação do CCS foi resultado de um processo intenso de estudos, o curso de Medicina foi criado pela Resolução nº 075/2019 – CONSUN/UEMASUL, que também autoriza o funcionamento e aprova o Projeto Pedagógico do curso.

No percurso do quadriênio 2017-2021 foi aprovado o Plano de Internacionalização pela Resolução nº 078/2019 – CONSUN/UEMASUL, com o objetivo de fomentar ações de internacionalização, com foco na construção de um ambiente internacional no dia a dia da Universidade. Neste cenário, até então, a UEMASUL se configurava como a única instituição pública de Ensino Superior do Maranhão selecionada para o Programa ETA (Assistentes do Ensino de Língua Inglesa) do Programa *Fulbright*, e o *English Language Fellow* (professor especialista de língua inglesa) da Embaixada Americana.

Em 2019, a composição, atribuições e funcionamento do Conselho Estratégico –



CONEST/UEMASUL foi regulamentada pela Resolução nº 089/2019 – CONSUN/UEMASUL. O CONEST, órgão superior consultivo, foi criado para subsidiar a Universidade na gestão de suas políticas públicas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, no âmbito das Unidades de Atuação.

Em 2020, a UEMASUL oficializou sua participação no Contrato Organizativo de Ação de Ensino-Saúde (COAPES). A assinatura do contrato representou avanço, garantindo os cenários de prática para os ingressantes do curso de Medicina, tendo em vista que o COAPES atua no fortalecimento da formação de profissionais de saúde em consonância aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

No mesmo ano, com o enfrentamento da pandemia da COVID-19, no sentido de diminuir os seus impactos nas atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, a Universidade buscou adotar medidas de proteção e controle, assim como a observância das recomendações das autoridades sanitárias e governamentais do Estado.

Em 16 de março de 2020, com a publicação do Decreto Estadual nº 35.662, as atividades presenciais, acadêmicas e administrativas da UEMASUL foram suspensas, criou-se o Comitê de Monitoramento e Avaliação (CMA) em março de 2020, por meio da Portaria nº 134/2020-GR/UEMASUL, para acompanhamento das ações de prevenção e enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, no âmbito da Universidade. Objetivando analisar a situação epidemiológica da COVID-19 e discutir as ações necessárias a serem adotadas na UEMASUL, o CMA foi organizado em 4 Eixos principais, sendo, Administrativo; Ensino, Pesquisa e Extensão; Promoção à Saúde; e, Comunicação.

Em virtude da situação de excepcionalidade decorrente da pandemia, o CONSUN aprovou diretrizes para o ensino emergencial remoto e demais atividades acadêmicas, como a alteração do Calendário Acadêmico de 2020. Ademais, autorizou a realização dos processos seletivos de forma remota para a contratação de professores, no âmbito do Ensino Remoto Emergencial e, em 14 de abril foi realizada a primeira cerimônia remota, conforme definia a Resolução nº 103/2020-CONSUN/UEMASUL.

No enfrentamento da pandemia, para atender à necessidade de manutenção das políticas de ações afirmativas e de inclusão que preceituam o acesso e a permanência nas Universidades Públicas, foi criado o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital. O programa universalizou o fornecimento de *chips* de dados móveis para discentes e docentes, que se inscreveram por meio de edital específico.

No contínuo compromisso com a Região Tocantina, em novembro de 2020, visando atender à demanda de oferta de cursos no *campus* Açailândia, foi instituída comissão que contou



com a participação de membros internos e externos para implantação do curso de Direito (bacharelado). A Portaria nº 233/2020-GR/UEMASUL instituiu a Comissão para acompanhamento técnico da implantação do curso de Bacharel em Direito do Centro de Ciências Humanas, Sociais, Tecnológicas e Letras (CCHSTL).

O ano de 2021 iniciou com a cerimônia de posse das conselheiras e conselheiros do CONEST. De forma remota, essa cerimônia reafirmou o compromisso da UEMASUL com a sociedade, pois é neste Conselho que a comunidade irá participar das discussões relacionadas à Universidade, opinando sobre temas diversos. A pluralidade dos atores é demonstrada na composição do CONEST, pois dele participam representantes de movimentos sociais, entidades sindicais, indústria e comércio, povos indígenas, organizações não governamentais, representantes dos docentes e dos discentes da Educação Básica e dos egressos da UEMASUL.

No mesmo ano, em 2021, também se assinou um importante convênio que criou o Programa de Residência Profissional em Ciências Agrárias. Celebrado entre a FAPEMA, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão (SAGRIMA), a UEMA e a UEMASUL. O Programa de Residência Profissional proporciona um período de treinamento prático, orientado e supervisionado que une teoria e prática, visando a melhor qualificação e oportunidades de trabalho aos egressos dos cursos-alvo, e com supervisão dos docentes da UEMASUL e da UEMA.

Ainda no ano de 2021, com vistas a ampliação estrutural da UEMASUL, em 1º de julho, foi adquirido pelo Governo do Estado do Maranhão um prédio para atender às demandas dos centros: CCS, CCHSL e CCENT. A área total do prédio adquirido é de 8.415 m², ampliando a estrutura física institucional para as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, bem como as atividades de natureza administrativa.

Também em julho de 2021, a UEMASUL recebeu do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), o registro de Credenciamento Institucional para avaliar Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa Científica (CIAEP). A solicitação foi realizada por meio do Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA), criado em janeiro do mesmo ano. Com o registro do CIAEP, a UEMASUL também poderá avaliar e autorizar outras instituições a realizarem atividades com animais.

Em continuidade, o CCENT, *campus* Imperatriz, recebeu a reestruturação dos espaços para os Laboratórios de Ensino de Matemática (LEMA) e o Laboratório Didático de Formação Básica Magno Urbano de Macedo para atender às necessidades dos cursos de Matemática, Física, Ciências Biológicas e Química. Proporcionando a discentes e docentes ambientes adequados para o desenvolvimento das atividades, contribuindo para a melhoria da formação



acadêmica.

Em setembro de 2021, a UEMASUL e a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) assinaram um Acordo de Cooperação Internacional. O objetivo do acordo é estabelecer o intercâmbio de conhecimentos e assistência técnica e científica, relacionados ao Ensino, a Pesquisa, a Extensão, a Inovação, a administração universitária e a capacitação de recursos humanos entre as duas instituições.

A democracia sempre foi um dos valores norteadores da UEMASUL e, alinhada a esse compromisso, foi iniciada a construção do Estatuto da Instituição. O processo de elaboração se deu mediante uma Estatuinte com regras e normas estabelecidas pelas Resoluções nº 065/2020 – CONSUN/UEMASUL e nº 113/2020 – CONSUN/UEMASUL. Um processo no qual a comunidade acadêmica deve participar, para discutir as propostas durante o Congresso Estatuinte da UEMASUL.

Ocorreu também neste mesmo ano a convocação para a eleição de composição da lista tríplice para Reitor(a) e Vice-Reitor(a), pelo Conselho Universitário (CONSUN), por meio da Resolução nº 142/2021 – CONSUN/UEMASUL. A primeira eleição foi realizada em 08 de outubro de 2021, regida pelo edital nº 01/2021 CE/UEMASUL para o período de 2022 a 2025. Houve registro de cinco chapas, sendo a chapa mais votada a composta pelas professoras Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves e Lilian Castelo Branco de Lima, empossadas pelo Governo do Estado para os cargos de Reitora e Vice-Reitora, respectivamente.

Outro importante registro é a ampliação do acervo da instituição com a plataforma Minha Biblioteca, disponibilizando cerca de 11.500 títulos nas áreas de Ciências Exatas, Engenharias, áreas Médicas, servindo de apoio informacional também nos cursos da área Jurídica. Assim, além das bibliotecas físicas nos quatro *campi*, e a biblioteca *Pearson*, já disponibilizada à comunidade acadêmica, a UEMASUL contará com mais uma plataforma, integrada ao sistema SIGAA - a Minha Biblioteca.

No processo de construção deste PDI, já em 2022, a UEMASUL tem passado por transformações significativas no seu desenvolvimento institucional, apresenta-se a reestruturação administrativa, que reconfigurou a gestão da instituição com a criação de 34 novos cargos distribuídos entre as Pró-Reitorias, bem como a criação da Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEXAE). Ainda na estrutura organizacional, foram criados a Editora Universitária e o Núcleo de Inovação Tecnológica. Além da criação do primeiro Estatuto, normas de graduação, e novas normas de concursos e seletivos.

Soma-se a essas questões no ano de 2022, a liberação de 40 vagas para concursos em todos os cursos da instituição, a reestruturação no quadro institucional do Centro de Pesquisa



em Arqueologia e História Timbira (CPAHT), construção/reforma de infraestrutura laboratorial, aumento no valor pago para as bolsas estudantis dos programas de Iniciação Científica, Extensão, Inovação Tecnológica, Apoio Técnico Institucional, aumento no valor pago para as bolsas destinadas para a qualificação de docentes de mestrado e doutorado e a implantação do curso de Direito (bacharelado) no CCHSTL.

Além dessas transformações, ratifica-se o papel das políticas de apoio a discentes da UEMASUL, na medida em que foi elevado o quantitativo de auxílios do programa permanência e houve a criação dos auxílios: transporte, alimentação, creche, refeição e moradia. Enquanto parte integrante da política de acompanhamento do egresso da UEMASUL, destaca-se a criação da residência profissional em Engenharias e Arquitetura (Resolução n.º 166/2022 CONSUN/UEMASUL).

Nesse contexto de conquistas institucionais, evidencia-se também o aumento da frota de veículos com vistas à otimização do deslocamento de discentes para atividades acadêmico-científicas. No que se refere aos servidores, como resultado de processo de valorização profissional, tivemos o aumento das gratificações. Para os professores efetivos, a Medida Provisória no 378, 15 de fevereiro de 2022, além de criar a categoria de professor associado, ampliando o plano de carreiras, autorizou a realização de concurso público para 40 novas vagas.

Os cursos de graduação ofertados atualmente nos campi da UEMASUL estão listados nos quadros a seguir:

Quadro 1- Cursos ofertados no *Campus Imperatriz*

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CCS								
	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Número de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação do Curso	Último Ato de Reconhecimento /Renovação de Reconhecimento
01	Medicina	B.Sc	6	40	Integral	2020	Res. n.º 075/2019 CONSUN UEMASUL	Em processo para solicitação de reconhecimento

Fonte: CPP (2024).

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA								
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Nº de Vagas Anuais	Turno	Ano de início	Ato de criação	Último Parecer de Reconhecimento
01	Engenharia Agrônômica	B.Sc	5	40	Int.	2003	Res. n.º 116/1994 CONSUN	Res. Nº 60/2024 – CEE/MA



							UEMA	
02	Engenharia Florestal	B.Sc	5	40	Int.	2001	Res. n.º 804/ 2010 CONSUN UEMA	Resolução n.º 281/2021 CEE
03	Medicina Veterinária	B.Sc	5	40	Int.	2003	Res. n.º 116/1994 CONSUN UEMA	Resolução n.º 67/2022 CEE

Fonte: CPP (2024).

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E LETRAS – CCHSL								
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Nº de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação	Último parecer de reconhecimento
01	Administração	B.Sc	4	40	Ves Not	1993	Res. n.º 451/1996 CEE	Res. n.º 036/2023- CEE/MA
02	Geografia	Lic.	4	40	Not	1995	MP. n.º 938/95- SESU	Res. n.º 091/2021
03	História	Lic.	4	40	Mat Not	1992	Res. n.º 100/1992	Res. n.º 61/2016- CEE
04	Letras Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas	Lic.	4	40	Ves Not	1986	Resolução n.º 917/2015 CONSUN UEMA	Res. n.º 108/20 22 - CEE/ MA
05	Letras Língua Portuguesa e Literaturas	Lic.	4	40	Ves/N ot	1974	Lei municipal n.º 10/1973 Res. n.º 914/2015 CONSUN UEMA	Res. n.º 217/2022- CEE/MA
06	Letras Inglês	Lic.	4	40	Ves Not	2020	Res. n.º 073/2019 CONSUN UEMAUSL	Em processo de recohecim eno
07	Pedagogia	Lic.	4	40	Mat	2002	Res. n.º 118/1994 CONSUN UEMA	Res. n.º 78/2024 – CEE/MA

Fonte: CPP (2024).



CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, NATURAIS E TECNOLÓGICAS – CCENT								
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Nº de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação do Curso	Último parecer de reconhecimento
01	Ciências Biológicas	Lic.	4	40	Mat Ves	2008	Res. n.º 707/2008 CONSUN UEMA	Res. n.º 28/2024 – CEE/MA
02	Física	Lic.	4	30	Not	2008	Res. n.º 737/2008-CONSUN	Res. n.º 133/2024-CEE/MA
03	Matemática	Lic.	4	40	Not	2015	Res. n.º 918/2015 CONSUN UEMA	Res. n.º 94/2022 – CEE/MA
04	Química	Lic.	4	40	Mat Ves	2014	Res. n.º 855/2013 CONSUN /UEMA	Res. n.º 93/2022 – CEE/MA
05	Ciências com Habilitação em Biologia	Lic.						Res. n.º 219/2012 CEE
06	Ciências com Habilitação em Matemática	Lic.	4	30	Not	1985		Res. n.º 152/2012 CEE

Fonte: CPP (2024).

Quadro 2 - Cursos ofertados no *campus* Açailândia

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, TECNOLÓGICAS E LETRAS – CCHSTL										
	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Número de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação do Curso	Último parecer de reconhecimento	Data do Parecer	Prazo para Renovação
1	Administração	B. Sc	4	60	Ves p Not	2009	Res. n.º 663/2006 CONSUN UEMA	Res. n.º 294/2021-CEE/MA	31/03/2021	31/03/2026
2	Direito	B. Sc	5	40	Not.	2022	Res. n.º 156/2021 – CONSUN/UEMASUL	Curso irá solicitar reconhecimento em 2025		



2	Engenharia Civil	B. Sc	5	80	Int	2016	Res. n.º 940/2016 CONSUN UEMA	Res. n.º 290/2021-CEE	02/12/2021	02/12/2006
3	Letras Licenciatura com Habilitação em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa	Lic.	4	60	Ves p Not	2006	Res. n.º 663/2006 CONSUN UEMA	Res. n.º 170/2019 CEE Res. n.º 001/2020 CEE	21/10/2019 02/01/20	Fim único de emissão de diploma no período de 2006 a 2015
4	Letras, Licenciatura, em Língua Portuguesa, e Literatura de Língua Portuguesa	Lic.	4	40	Ves p Not	2016	Res. n.º 910/2015 CONSUN UEMA	Res. 015/2022 – CEE/MA	13/01/2022	13/01/2026
5	Pedagogia	Lic.	4	40	Mat	2020	Resolução n.º 074/2019 CONSUN UEMASUL	Aguardando resolução de reconhecimento, junto ao CEE/MA		
4	Tecnologia de Gestão Ambiental	Tec.	2	35	Not	2012	Res. n.º 831/2012 CONSUN UEMA	Res. n.º 116/2022 – CEE/MA	29/09/2020	29/09/2024

Fonte: CPP (2024).

Quadro 3 - Cursos ofertados no campus Estreito

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, NATURAIS E LETRAS – CCANL

Ord.	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Número de vagas anuais	Turmo	Ano de início	Ato de criação do curso	Último ato de Reconhecimento /Renovação de Reconhecimento	Data do parecer	Prazo para Renovação
01	Ciências Naturais Licenciatura em Matemática ou Física	Lic.	4	80	Not.	2020	Res. n.º 072/2019 CONSUN/UEMASUL	Res. n.º 135/2024-CEE/MA	24/04/2024	24/04/2029



02	Engenharia Agrônômica	Lic.	5	40	Di u	2020	Res. n.º 079/2019 CONSUN/ UEMASUL	Res.n.º 025/2025	25/01 /2024	25/02/ 2027
03	Direito	B.Sc	5	40	N ot.	2024	Re. n.º242/2023 – CONSUN/U EMASUL	Curso irá solicitar reconhecimento em 2026.		
04	Letras Língua Portuguesa e Literaturas	Lic.	4	40	N ot.	2020	Res. n.º 071/2019 CONSUN/ UEMASUL	Res.n.º 070/2024 – CEE/MA	Para autorga de grau	

Fonte: CPP (2024).

Quadro 04 – Cursos ofertados nas Unidades Avançadas no “Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão”.

Ordem	Curso	Vagas por Município				Total	Duração (anos)	Início	Ato de criação
		Amarante	Itinga	Porto Franco	Vila Nova dos Martírios				
1	Ciências Biológicas	40	40	-	40	120	4	2020	Res. nº 083/2019– CONSUN/UEMASUL
2	Geografia	40	40	40	40	160	4	2020	Res. nº 082/2019- CONSUN/UEMASUL
3	Letras Língua Portuguesa e Literaturas	40	40	40	40	160	4	2020	Res. nº 081/2019– CONSUN/UEMASUL
4	Matemática	40	40	40	40	160	4	2020	Res. nº 084/2019– CONSUN/UEMASUL
5	Pedagogia	40	40	80	40	200	4	2020	Res. nº 080/2019– CONSUN/UEMASUL
TOTAL		200	200	200	200	800			

Fonte: CPP (2024).

1.1 Missão

Produzir e difundir conhecimentos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão e formar profissionais éticos e competentes, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da região Tocantina do Maranhão, contribuindo para a elevação cultural, social e científica, do Maranhão e do Brasil.



1.2 Visão

Ser referência regional na formação acadêmica, na produção e promoção da ciência, tecnologia e inovação, nos próximos cinco anos.

1.3 Valores

Os valores norteadores da UEMASUL, que se encontram alinhados com as diretrizes curriculares próprias do MEC e com as demandas da sociedade regional para a promoção do desenvolvimento sustentável, estão expressos a seguir:

- Ética
- Transparência
- Sustentabilidade
- Democracia
- Autonomia
- Inclusão
- Responsabilidade social



2. CONTEXTO REGIONAL

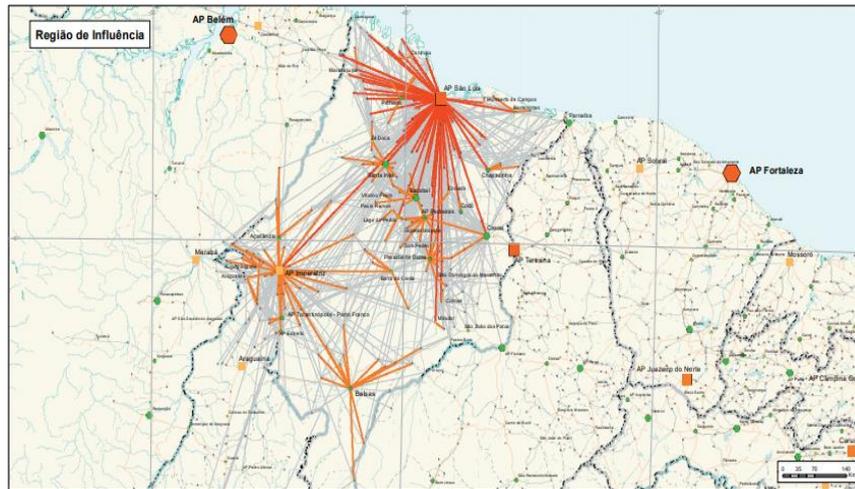
A natureza histórica da ocupação e povoamento do território maranhense legou diferenças e desigualdades que expressam peculiaridades entre as suas regiões, ou seja, entre a região Norte e a porção meridional do Estado do Maranhão. No conjunto dos aspectos que permitem identificar estas diferenças estão os diversos hábitos culturais que se expressam através da conquista e colonização portuguesa, sendo marcantes, principalmente, na porção setentrional (norte) do estado e as desigualdades socioeconômicas que foram construídas historicamente entre esta parte do território maranhense e a região Sul maranhense, demonstrando assim, as parcas preocupações e o distanciamento do governo central, presente na capital São Luís, no que se refere ao desenvolvimento de ações políticas, econômicas e culturais em relação à porção meridional maranhense (SOUSA, 2015, p. 75).

Ademais, as ações de descentralização conduzidas pelo governo estadual, no período atual, muito mais que sinalizar para a consolidação da UEMASUL, têm demonstrado o seu interesse no desenvolvimento maranhense. Prioritariamente, investir na ampliação da oferta de cursos e em um gerenciamento próximo de ações voltadas à Educação Superior, principalmente em áreas com demandas históricas expressivas no âmbito público, como a medicina.

Em discussão sobre desenvolvimento regional e Educação em Imperatriz, Gonçalves (2015, p. 51) assegura que, dado a inserção e influência de Imperatriz para o seu entorno, esta se situa em um patamar de importância regional, por ser uma cidade com população estimada em 259.980 habitantes (IBGE, 2021), e que vem se fortalecendo com sua posição estratégica de localização geográfica, e por ter papel relevante na Educação, para o processo de desenvolvimento local.

Para ilustrar a inserção regional de Imperatriz, dentro da rede urbano-regional do Maranhão, apresenta-se a figura 04 a seguir, constituída a partir do documento que trata da Região de influência das cidades – REGIC/IBGE (2018).

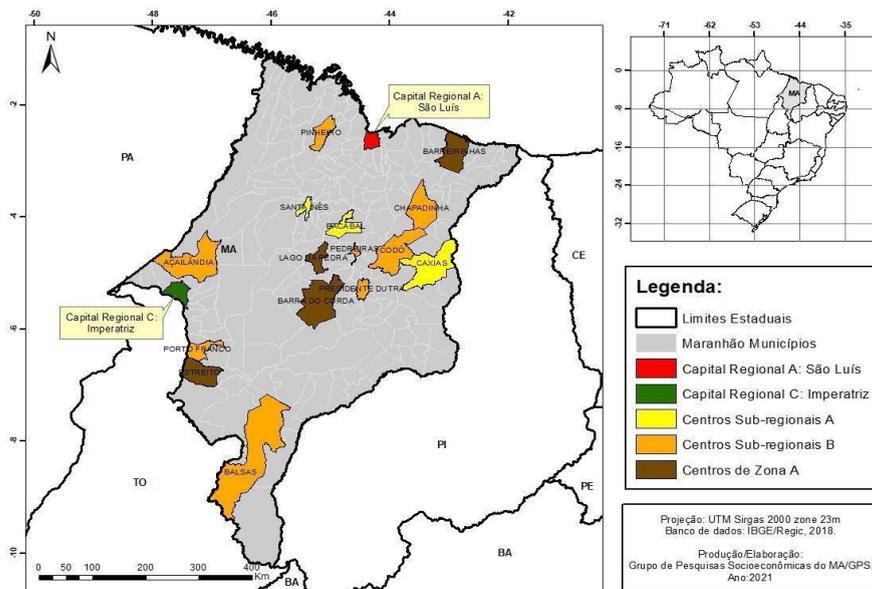
Figura 01 – Mapa da rede urbana do Maranhão



Fonte: Regic (IBGE, 2018)

No Maranhão, destacam-se cinco principais níveis de hierarquização das cidades (Figura 04), segundo a pesquisa Regic (IBGE, 2019), quais sejam: Capital Regional A (São Luís, 1.101.884 habitantes); Capital Regional C (Imperatriz, 259.980 habitantes); Centros Sub-regionais A (Santa Inês, 89.489; Bacabal, 104.949 habitantes; Caxias, 164.800 habitantes); Centros Sub-regionais B (Açailândia, 112.445 habitantes; Pedreiras, 39.191 habitantes; Porto Franco, 24.091 habitantes; Balsas, 95.929 habitantes; Chapadinha, 80.195 habitantes; Codó 122.859 habitantes; Pinheiro, 84.777 habitantes; e Presidente Dutra, 48.036 habitantes); e Centros de Zona A (Estreito, 41.497 habitantes; Barra do Corda, 88.212 habitantes; Barreirinhas, 63.217 habitantes; e Lago da Pedra, 50.616, habitantes).

Figura 02 – Mapa da hierarquia das cidades no Maranhão

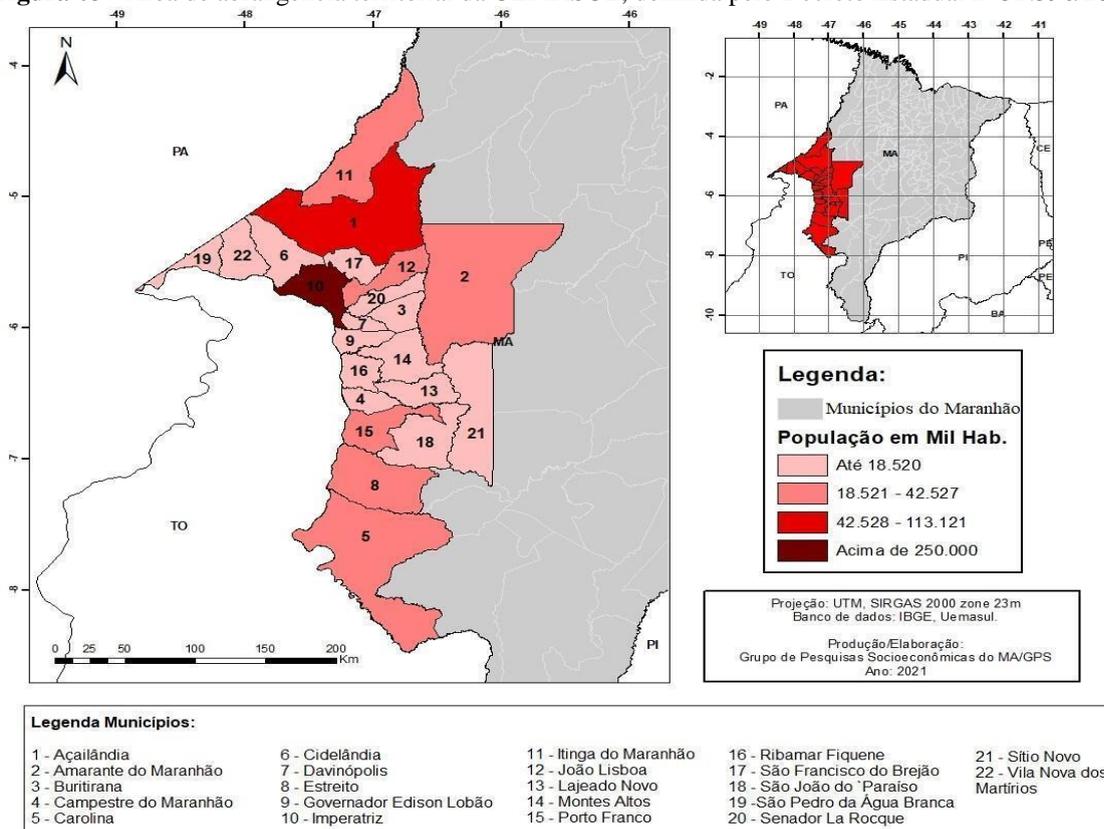


No que diz respeito aos processos de inserção regional da UEMASUL, pode-se afirmar que a sua abrangência territorial está pautada nos seguintes níveis de atuação:

- Cursos presenciais de Graduação Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo;
- Pós-Graduação *lato sensu*;
- Pós-Graduação *stricto sensu*.

A UEMASUL apresenta a sua inserção em um conjunto de 22 (vinte dois) municípios da Região Tocantina, a saber: Açailândia, Amarante do Maranhão, Buritirana, Campestre do Maranhão, Carolina, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Governador Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Porto Franco, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque, Sítio Novo do Maranhão e Vila Nova dos Martírios, conforme demonstrado na Figura 04:

Figura 03 - Área de abrangência territorial da UEMASUL, definida pelo Decreto Estadual nº 32.396/2016.



Dos 22 municípios que se encontram na área de abrangência territorial da UEMASUL, apenas Açailândia, Porto Franco e Imperatriz se enquadram no conjunto de cidades médias¹.

¹ Soares (1999); Corrêa (2007) Spósito (2001) e Spósito (org.) (2007), após mais de três décadas de estudos têm indicado importantes instrumentos e critérios teórico-metodológicos, que têm servido de referência para qualificar e caracterizar esses espaços (cidades médias), no interior da dinâmica urbana brasileira. Tratam-se dos espaços (cidades) que dispõem de quantitativo populacional variando entre 100.000 (cem mil) a 500.000 (quinhentos mil)

Os demais municípios são de pequeno porte. Eles apresentam em seus quadros demográficos, população total inferior a 30.000 habitantes. Outro dado relevante a ser considerado diz respeito ao período de instalação dos municípios. Dos 22 (vinte e dois) municípios apontados, 15 (quinze) foram instalados após a segunda metade do século XX, sendo que os Municípios de Carolina, Porto Franco e Imperatriz foram instalados ainda no século XIX.

A configuração regional dos municípios que estão sob a responsabilidade da UEMASUL é bastante heterogênea e complexa, refletindo, desse modo, as particularidades de seus processos de formação histórica e social. Os dados expostos na Figura 05 confirmam este fato, ao demonstrar as diferenças relacionadas à composição da densidade demográfica desses municípios. Destarte, pode-se constatar que há municípios que apresentam elevada densidade demográfica, como é o caso de Imperatriz, que contou, no ano de 2010, com 180,82 de habitantes/km². Ao contrário do município de Carolina, que registrou, nesse mesmo período, densidade demográfica equivalente a 3,71 habitantes/km².

Outro elemento essencial que contribui para explicar a complexidade dos municípios que estão sob a jurisdição da UEMASUL diz respeito às suas diferenças e desigualdades socioeconômicas. Os dados expostos na Tabela 01 revelam esta realidade, ao retratar a composição da renda média desses municípios. Essas informações estão disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013). Elas foram sistematizadas pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP).

Quanto à composição do Índice de Desenvolvimento dos Municípios (IDHM), com ênfase nos indicadores de Renda e Educação, apresentam-se os dados na Tabela 07 a seguir:

Tabela 01 - Composição do Índice do Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) com ênfase nos indicadores de renda e educação.

MUNICÍPIOS	IDHM (2000)	IDHM (2010)	IDHM Renda (2000)	IDHM Renda (2010)	IDHM Educação (2000)	IDHM Educação (2010)
Açailândia (MA)	0,498	0,672	0,579	0,643	0,311	0,602
Amarante do Maranhão (MA)	0,374	0,555	0,430	0,541	0,217	0,441
Buritirana (MA)	0,376	0,583	0,405	0,540	0,217	0,505
Campestre do Maranhão (MA)	0,441	0,652	0,495	0,611	0,259	0,586
Carolina (MA)	0,476	0,634	0,541	0,600	0,291	0,529

habitantes.



Cidelândia (MA)	0,414	0,600	0,481	0,562	0,242	0,529
Davinópolis (MA)	0,418	0,607	0,461	0,561	0,256	0,535
Estreito (MA)	0,468	0,659	0,553	0,666	0,271	0,536
Governador Edison Lobão (MA)	0,422	0,629	0,476	0,589	0,243	0,552
Imperatriz (MA)	0,591	0,731	0,623	0,697	0,465	0,698
Itinga do Maranhão (MA)	0,480	0,630	0,614	0,601	0,290	0,545
João Lisboa (MA)	0,454	0,641	0,511	0,585	0,281	0,573
Lajeado Novo (MA)	0,374	0,589	0,479	0,561	0,172	0,494
Montes Altos (MA)	0,412	0,575	0,484	0,534	0,237	0,486
Porto Franco (MA)	0,504	0,684	0,576	0,664	0,324	0,606
Ribamar Fiquene (MA)	0,402	0,615	0,487	0,592	0,220	0,527
São Francisco do Brejão (MA)	0,424	0,584	0,505	0,556	0,242	0,479
São João do Paraíso (MA)	0,421	0,609	0,489	0,554	0,235	0,542
São Pedro da Água Branca (MA)	0,415	0,605	0,498	0,577	0,237	0,523
Senador La Rocque (MA)	0,392	0,602	0,449	0,570	0,220	0,515
Sítio Novo (MA)	0,376	0,564	0,470	0,509	0,177	0,456
Vila Nova dos Martírios (MA)	0,379	0,581	0,467	0,555	0,192	0,491
Brasil	0,612	0,727	0,692	0,739	0,456	0,637

Fonte: IPEA/FJP (2013). Organização: Jailson de Macedo Sousa (2017).

Conforme os dados dispostos na Tabela acima, constata-se que apenas os Municípios de Açailândia e Imperatriz registraram índices considerados satisfatórios. No conjunto dos municípios que integram a área de abrangência da UEMASUL, os referidos municípios contabilizaram no ano de 2010 maiores avanços no IDHM² e estão em destaque. Dessa forma,

² O IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios é um indicador que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH. O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda e vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. (ATLAS BRASIL, 2013).



os dados revelam o papel desafiador a ser desempenhado pela UEMASUL em planejar ações que concorram para a mudança da realidade regional.

Esse cenário, observado para os municípios de Imperatriz e Açailândia, pode ser explicado por força de seu desempenho nos setores de agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, comércio, indústria e serviços. Esses municípios se destacam por serem os grandes pólos econômicos, políticos, culturais e populacionais do Maranhão, aglutinados no sudoeste do Estado, norte do Tocantins e sul do Pará.

Os dados econômicos relativos ao desempenho do PIB mostram que essa região tem crescido acima da média do Estado do Maranhão, do nordeste e até mesmo do país. Esse crescimento se deve, em parte, à dinâmica econômica apresentada por setores direta ou indiretamente articulados aos grandes empreendimentos e suas ramificações (carvoarias, guzerias e plantações homogêneas com fins industriais). Tal cenário desafia ainda mais a UEMASUL a se definir nesse espaço geográfico, enquanto instituição promotora de conhecimento científico que visa o desenvolvimento econômico sustentável.

Foi possível entender, diante desses dados, que todos os municípios que se inserem na área de abrangência da UEMASUL apresentaram melhorias significativas em seus indicadores sociais e econômicos. O caso do município de Lajeado Novo é bastante ilustrativo, uma vez que seu IDHM, no ano de 2000, foi de 0,374. Uma década após, no ano de 2010, essa unidade municipal registrou importante crescimento, apresentando um IDHM de 0,589.

Embora sejam perceptíveis as melhorias nos indicadores socioeconômicos dos municípios que integram a região de abrangência da UEMASUL, ainda há muito por fazer para que suas populações apresentem condições de vida dignas e adequadas. Um dos caminhos que poderá favorecer o ordenamento dos municípios dessa região dar-se-á mediante o desenvolvimento de ações que vislumbram um maior equilíbrio econômico e social entre esses municípios.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a Região Tocantina está situada próxima à linha do Equador e com uma grande disponibilidade de energia, luz e água durante a maior parte do ano. Essa região oferece condições excelentes para o rápido crescimento de espécies vegetais adaptadas ao trópico, evidenciando sua força nos setores da agricultura, pecuária, extrativismo vegetal e uso dos recursos naturais como fatores preponderantes para o crescimento e desenvolvimento econômico e social.

A oferta ampliada e democratizada de cursos superiores em nível de graduação e Pós-Graduação constitui importante iniciativa a favor da correção dessas assimetrias apresentadas por meio dos dados dispostos na Tabela 01 e na Figura 05. A ampliação da Educação Superior



nesses municípios deverá zelar pelo reconhecimento das suas potencialidades e fragilidades.

Acredita-se que o governo maranhense, por meio da criação de uma nova Universidade e, conseqüentemente, a ampliação da oferta de cursos superiores, tanto em nível de graduação quanto de Pós-Graduação (*lato sensu/stricto sensu*), ajustará tais disparidades, contribuindo, assim, para o equilíbrio social e econômico dos municípios que se inserem na região de influência da UEMASUL.

Além da reflexão sobre o seu entorno, outro importante passo dessa nova Universidade maranhense, diz respeito à sistematização dos fundamentos filosóficos e técnico-metodológicos que embasam o seu fazer educacional. Assim, com a explicitação desses fundamentos, afirma-se que o fazer universitário desta IES é resultado de uma ação consciente quanto aos princípios e fins que se deseja alcançar.



3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

3.1 Histórico do Curso

Conforme o Manual para Classificação dos Cursos de Graduação e Sequenciais do CINE Brasil (2019), o curso de Ciências Contábeis está inserido na área geral de Negócios, Administração e Direito, mas especificamente na área específica de Negócios e Administração. A Contabilidade se qualifica na metodologia especialmente idealizada para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que implicam nas situações patrimoniais, financeiras e econômicas das diversas autarquias (IUDÍCIBUS, 1998).

A Diretriz Curricular Nacional que estabelece os parâmetros para criação e organização curricular do curso de graduação de Ciência Contábeis, é definida pela Resolução CNE/CES 01, de Março de 2024, que estabelece o perfil do egresso, em termos de competência e habilidades a serem desenvolvidas ao longo da formação do discente.

Pode-se dizer que a contabilidade tem sua origem tão remota, quanto a própria origem do Homo Sapiens, alguns teóricos afirmam ainda que ela existe, pelo menos, desde 4.000 anos AC. Contudo, é possível afirmar que o homem primitivo, ao relacionar o número com instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, já praticava uma forma embrionária de Contabilidade (IUDÍCIBUS, MARION, FARIA, 2009).

Ainda que a Contabilidade tenha seus resquícios desde os tempos primitivos, o seu desenvolvimento ao longo dos séculos foi lento. Em um primeiro momento, na fase empírica da Contabilidade, utilizava-se de desenhos, figuras e imagens para marcar os patrimônios. Todavia, só por volta do século XV é que a Contabilidade teve um desenvolvimento notório, sendo denominada de fase lógica ou fase pré-científica.

Ao longo da história vários fatos marcaram o desenvolvimento das Ciências Contábeis, em especial na idade moderna, em que no tempo do Renascimento na Itália, a referência foi criação da primeira literatura contábil criada pelo Frei Luca Pacioli em 1494, fundamentando o método das partidas dobradas dobradas pela expressão da causa e efeito patrimonial com os termos débito e crédito. Diante das obras de renomados escritores, como Francesco Villa, Francesco Marchi e Giuseppe Carboni, a Contabilidade que por volta do século XIX era concebida apenas como um método de escrituração, passa a contemplar uma um aspecto científico. Contudo, com a queda da Escola Européia, especialmente a Italiana, no início do século XX, houve desta forma a ascensão da Escola Norte Americana. (IUDÍCIBUS, MARION, FARIA, 2009).



O Brasil foi influenciado inicialmente pela escola de contabilidade italiana, no entanto, foi a partir da influência da escola americana que o país se fundamentou para a formação da Lei das Sociedades por Ações, Resolução nº 179 de 1972 do Banco Central do Brasil, bem como para a instituição do ensino acadêmico na área de Ciências Contábeis. Anteriormente a isto, ainda no início do século XIX, as primeiras manifestações contábeis que marcam o início desta ciência no Brasil, contavam com a publicação de alvará que determinava a obrigatoriedade da escrituração contábil.

A primeira escola especializada no ensino de contabilidade, foi a Escola de Comércio Álvares Penteado, criada em 1902, nesta, atuaram professores de grandes nomes, como Francisco D'Auria, Frederico Hermann Júnior, Coriolano Martins, assim foram abertas portas para a pesquisa contábil. Ainda no que diz respeito ao início do desenvolvimento das ciências Contábeis no Brasil, pontua-se que foi na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, fundada em 1946, que o país ganhou seu primeiro núcleo efetivo, colaborando desta forma com o advento dos escritores da literatura contábil brasileira. (IUDÍCIBUS, 1998).

Entre os anos de 1915 e 1919, foram fundados importantes Institutos de contabilidade no país, como o Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais, em São Paulo, o Instituto Brasileiro de Contabilidade, no Rio de Janeiro, e o Instituto Paulista de Contabilidade, atualmente esta associação profissional é denominada Sindicato dos Contabilistas de São Paulo. O ensino comercial e a regulamentação profissional de contabilista, foram então regulamentados pelo Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, para que então, através do Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, as Ciências Contábeis e Atuariais alcançassem o nível universitário.

O ano de 1946 ficou marcado pela criação do Conselho Federal e Regionais de Contabilidade, através do Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946, registrando um importante ano para a profissão de Contador no Brasil, pois a partir disto fora possível habilitar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, bem como ficaram definidas as atribuições de Contador e Técnico em Contabilidade. Outro importante marco para a história da Contabilidade no Brasil, destaca-se pela publicação da Lei das Sociedades por Ações, no ano de 1976 (SILVA, MARTINS, 2007).

Com o processo de convergência da contabilidade brasileira, no ano de 2005, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), este é o órgão responsável pela produção de pronunciamentos contábeis brasileiros que estão de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo Conselho Internacional de Contabilidade (IASB). O CPC é formado pelo Abrasca, Apimec, B3 Brasil Bolsa Balcão e Entidades Representativas de



Investidores do Mercado de Capitais, CFC, Fipecafi e Ibracon, contando ainda com o apoio do Bacen, CVM, SRF e Susep.

Conforme a sociedade evolui, novos desafios são enfrentados e por consequência a Contabilidade vem evoluindo, em vias de atender as necessidades das diversas instâncias sociais que necessitam desta ciência para o seu desenvolvimento. Desta forma, o profissional da contabilidade tem competências e habilidades, bem como possui conhecimentos necessários sobre assuntos econômicos, financeiros, tributários, organizacionais e comportamentais a fim de direcionar as conclusões da lógica contábil. Todas as decisões de negócios são tomadas a partir dos dados contábeis e somente este profissional está apto de técnicas para disponibilizar o direcionamento necessário.

Em consonância com estes pressupostos, a UEMASUL propõe a criação e autorização do curso de Ciências Contábeis para o Centro de Ciências Agrárias, Naturais e Letras – CCANL, com o propósito de democratizar o ensino superior na região abordando as ciências sociais aplicadas, neste caso, na área contábil, para impactar positivamente a cidade de Estreito e as cidades circunvizinhas. A proposta deste curso pauta-se em um processo reflexivo e de discussão entre a gestão superior da universidade, o CCANL e a comissão de elaboração do PPC, que buscam atender às necessidades econômicas locais.

3.2 Justificativa do curso

O curso de Ciências Contábeis Bacharelado do Centro de Ciências Agrárias, Naturais e Letras – CCANL se propõe a formar um profissional capaz de compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras em âmbito nacional e internacional nos diversos modelos de organizações, conforme as orientações das Diretrizes Nacionais para este curso, bem como do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Neste intuito, o curso irá contribuir com o desenvolvimento do conhecimento contábil e desta forma com a melhoria da competitividade das empresas na cidade, colaborando assim com o progresso do município de Estreito e região. Para tanto, é importante ressaltar o contexto social, econômico, político e educacional no município de Estreito, de modo a inter-relacionar estes dados com as intencionalidades do curso como campo de conhecimento, formação e profissionais e seu compromisso social.

O município de Estreito apresenta uma população de 43.097 habitantes (IBGE, 2021) e registrou uma evolução no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre 2000 e 2010, quando passou de 0,468 para 0,659, ocupando a posição 2.924º no ranking nacional de



municípios. Segundo o IMESC (2021, p.177),

[...] no decênio de 2000 a 2010 a população estreitense apresentou uma taxa de crescimento de 56%. Nesse mesmo intervalo a população urbana teve aumento de 63%, e por sua vez, a população rural cresceu 42%. Nesse período, a população masculina aumentou 64% e a feminina 48%.

O município de Estreito ocupa a 9^o posição entre os municípios maranhenses que apresentam a taxa de crescimento anual residente (2021/2001), com o percentual de 3,1 % a.a. No que diz respeito às questões geográficas, Estreito faz parte da mesorregião da Chapada das Mesas³, assim como os municípios de Campestre do Maranhão, Carolina, Feira Nova do Maranhão, Lajeado Novo, Porto Franco, São João do Paraíso e São Pedro dos Crentes.

O município passou ainda a ser referência nacional no campo de produção de energia elétrica a partir da construção, implantação e funcionamento da Usina Hidrelétrica de Estreito – UHE, em 2012, pois a barragem e demais estruturas associadas a essa usina estão situadas nos municípios de Estreito/ MA, Aguiarnópolis/ TO e Palmeiras do Tocantins/ TO. A energia produzida na UHE é incorporada aos Sistemas Norte/Nordeste e Norte/Sul/Sudeste por intermédio da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN) de produção de energia elétrica, considerando que as empresas VALE e ALCOA, sócias desse empreendimento, já utilizam energia da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Desse modo, a cidade de Estreito é uma importante referência geográfica no estado do Maranhão e no Brasil e, a partir desse conhecimento, não se deve prescindir de abordar, com maior amplitude a defesa das leis de proteção ao meio ambiente, bem como a preservação de recursos naturais, defendidos neste Projeto.

Apesar de ter demonstrado crescimento econômico, com esse incremento na produção de energia, destacando inclusive um Produto Interno Bruto – PIB que o coloca na 15^a posição no estado do Maranhão, superando municípios vizinhos como Carolina na 42^a colocação e Porto Franco na 23^a, Estreito ainda não se destacou qualitativamente no campo educacional. (IMESC,

³ O parque nacional da Chapada das Mesas é uma área de proteção ambiental que abrange 160 046 hectares de Cerrado nos municípios de Carolina, Riachão, Estreito e Imperatriz, no centro-sul do Maranhão. De acordo com o diretor de ecossistemas do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Valmir Ortega, a criação do parque faz parte do esforço dos órgãos ambientais do Governo Federal para elevar a área protegida no Cerrado. Pouco mais de 2,5% do bioma está resguardado em unidades de conservação federais e estaduais. Conforme Ortega, a pressão para novos desmatamentos impulsionados por carvoarias e abertura de novas frentes para a agropecuária é muito forte. "É uma corrida contra o tempo para salvar grandes remanescentes", ressaltou. A região que agora está abrigada dentro do Parque Nacional é extremamente rica em espécies de animais e de plantas, sem falar no alto potencial turístico em decorrência das belezas naturais da Chapada das Mesas. Os planos do Governo Federal incluem a criação de novas áreas protegidas no Maranhão, formando um "mosaico" com parques e reservas estaduais e federais e terras indígenas. (IMESC, 2008).

2008). Conforme pode-se perceber no quadro abaixo, que aponta os dados educacionais referentes a educação básica, de acordo com o IBGE (2021):

Tabela 02 : Educação / Estreito

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade	93,4 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública)	4,9
Matrículas no ensino fundamental	5.574 matrículas
Matrículas no ensino médio	1.154 matrículas
Docentes no ensino fundamental	399 docentes
Docentes no ensino médio	53 docentes
Número de estabelecimentos de ensino médio	4 escolas

Fonte: IBGE Cidades 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/estreito/panorama>

No que diz respeito ao ensino superior em nível estadual, o Maranhão apresenta dados que estão aquém do nível nacional. Segundo o Instituto Semesp (2021), o estado possui a menor taxa de escolarização líquida (que mede o percentual de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em relação ao total da população da mesma faixa etária) do país, 11,1%, abaixo da média nacional de 18,1%. Do total de alunos do ensino superior no estado, 47,1% têm até 24 anos. Isso mostra que existe uma distância considerável para uma situação de desenvolvimento aceitável, especialmente na educação e na geração de renda, de tal modo, que o curso de Ciências Contábeis do CCANL contribuirá para a elevação das taxas de escolaridade em nível superior do estado e da região.

Dentro desta perspectiva, atualmente o município de Estreito dispõe de 5 cursos de Ciências Contábeis, na modalidade à distância e de iniciativa privada, conforme dados do Sistema E-mec (2024). Contrapondo a isto, a UEMASUL visa democratizar o acesso à educação superior de qualidade e atender a sua missão de universidade pública, ao criar e autorizar o curso de graduação em Ciências Contábeis no município, onde este ainda não possui oferta de vagas em universidades públicas e presencial.

Ainda conforme dados do Sistema E-mec, a oferta de vagas em universidades públicas para o curso de Ciências Contábeis no Maranhão só estão dispostas na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, na qual existem dois cursos, um localizado na capital São Luís com oferta de 100 vagas anuais e em Imperatriz com oferta de 60 vagas anuais. Ofertar o curso de Ciências Contábeis na cidade de Estreito oportuniza a interiorização do ensino superior, primando pelo



o cumprimento da sua responsabilidade social da UEMASUL, bem como a de formar profissionais para atender as demandas econômicas e do mercado de trabalho.

Neste aspecto, tendo em vista o contínuo crescimento econômico da cidade de Estreito, a formação de profissionais contadores é de suma importância para atender as premissas legais, visto que a prática contábil é exigência da legislação que impõe a necessidade de contadores e práticas contábeis junto às empresas, de acordo com o art. nº. 1.179 da lei nº. 10.406/02 (Novo Código Civil), que afirma que:

O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Todavia, para além das imposições legais, a contabilidade ocupa cada vez mais o caráter gerencial, ou seja, por meio das práticas contábeis, os gestores têm a oportunidade de aperfeiçoar suas práticas de gestão nas empresas, aumentando assim seus níveis de controle e eficiência, e possibilitando oferecer melhores serviços à sociedade, bem como elevando a competitividade das organizações e por consequência o aumento do seu lucro.

No que tange a área comercial, o município de Estreito está em constante crescimento, conforme aponta os dados do IMESC (2019), o comércio é varejista e atacadista, representado por quitandas, supermercados, feiras e mercados, abastecidos com produtos vindos sobretudo do estado do Tocantins, a principal área comercial da cidade são as avenidas Tancredo Neves e Santos Dumont. Observando os números, o município dispõe de 2.770 empresas ativas, conforme dados da Junta Comercial do Maranhão (2024), destas 1.221 são microempreendedores individuais, 1.191 são microempreendedores, 119 correspondem as empresas de pequeno porte e, 239 são as demais empresas. As empresas ativas por setor estão divididas da seguinte forma:

Quadro 05: Empresas ativas por setor no município de Estreito

Empresas ativas por setor	Quantidade
Comércio	1.425
Serviços	927
Construção	194
Indústria	191
Agropecuária	33

Fonte: Junta omercial do Maranhão (2024)

Levando em conta estas informações, bem como as necessidades legais e gerenciais do contador para a área empresarial e comercial, conforme já afirmado, denota-se que, para atender as demandas de organização e gestão da qualidade no fluxo empresarial do município de Estreito e região, faz-se necessário a presença de profissionais contadores que irão contribuir na dinamização da economia local.

Neste contexto, também, é possível prever a necessidade do profissional da contabilidade, no uso de suas ferramentas contábeis para a gestão pública, no que diz respeito ao auxílio na tomada de decisão. Destaca-se, portanto, como instrumento de gestão no planejamento público, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que são exigidos pela Constituição Federal de 1988, no seu Art. 165, Inciso I, II e III. Tomando ainda, as constantes mudanças na legislação, é necessário uma formação de profissionais capazes de assimilar, refletir e intervir nessas alterações, assim como a influência dessas ações na rotina da Administração Pública, dentro do princípio da legalidade.

No aspecto das demandas de empregabilidade para o profissional contador, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), aponta que a área de contabilidade registrou uma das maiores taxas de emprego do Brasil no ano de 2022, com aproximadamente 93,8% de profissionais empregados. Tendo em vista essa conjuntura, observando a realidade do mercado de trabalho no estado do Maranhão, atualmente o estado conta com 5.767 contadores, conforme dados do Conselho Federal de Contabilidade (2024), ocupando a 15ª posição em referência aos outros estados do país.

Tal conjuntura aponta para a necessidade de formação e oferta de mais profissionais da contabilidade no estado do Maranhão, para assim fomentar a economia do município de



Estreito, da região tocantina e de todo o estado, e desta forma equiparar os números acima mencionados, bem como dar suporte para o constante crescimento econômico do município.

3.3 Vocação do curso

O curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Agrárias, Naturais, Letras – CCANL tem sua voca o pautada no acesso   educa o superior da popula o do estreitense, consoante com a missão da UEMASUL de produzir e difundir conhecimentos contábeis, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, mediante a forma o de profissionais éticos componentes, com responsabilidade social.

Preâmbulo este, importante para a forma o de um contador que irá atuar de maneira  tica e consciente dos desafios que a sociedade moderna impõe. Sua voca o será voltada para subjugar a evolu o das atividades contábeis no que tange ao uso   tecnológicas e na sua influência sobre o mercado financeiro, que lhe imprime complexidade na regula o, supervisão e fiscaliza o. Além das esferas públicas pela implanta o de normas e legisla es que exigem instrumentos tecnológicos para gestão e eficiência da máquina pública. Ademais, há o aperfeiçoamento das auditorias de controle interno no setor público e privado, bem como, na elabora o de perícias contábeis judiciais e extrajudiciais, questão indispensável nos processos envolvendo litígios relacionados ao patrim nio.

Dessarte, o curso de Ciências Contábeis Bacharelado pautar , ainda, a sua voca o em formar seus egressos com competências e habilidade técnica e científica, para a constitui o de um pensamento crítico e inovador, na proposi o de novos modelos de negócios nas entidades públicas e privadas, considerando as dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais, de forma a respeitar os direitos humanos e a diversidade.

3.4 Pressupostos teóricos e didático-pedagógicos

O Curso de Contabilidade Bacharelado do CCANL, orientado pelo Projeto Pedagógico Institucional da UEMASUL, estabelece seus pressupostos teóricos e didático-pedagógicos pautados em concep o de educa o consistente, sistematizada com propósitos intencionais, práticas sistematizadas e organiza o, ligado às práticas sociais (Libâneo, 2013). Consoante a isso, conjecturar :

princípios filosóficos que permitam aos indivíduos não só refletirem sobre o conhecimento já produzido e sobre o que está sendo produzido, mas, principalmente, que norteiam sobre como deve ser ou como desenvolver o ser humano que se pretende formar. (UEMASUL, 2022, p. 62)



O PPI ainda aponta como princípios filosóficos, didáticos e organizacionais a criação de inter-relação fundamentada no incentivo à criatividade, à crítica, ao debate e, com isso, marcando a corresponsabilidade no processo de apropriação e produção de conhecimento. Com base nisso, a adoção de uma concepção técnico-metodológica deverá estar pensada em formar sujeitos de diálogo e filosoficamente fundamentados em três princípios básicos: identidade, diversidade e autonomia:

Identidade. Construída na liberdade de não copiar modelos teórico-metodológicos, apenas porque são tendências da atualidade. A identidade da UEMASUL se construirá no seu modo especial de ver e atender às peculiaridades de seu entorno e das necessidades de formação humana, técnica e política de seus egressos.

Diversidade. Constrói-se a diversidade ao atender às especificidades dos sujeitos, independentemente dos seus pertencimentos étnico-raciais, de gênero, de religião ou de geração. Constrói-se as diversidades a partir do momento que se convive com as diferenças no contexto da sala de aula e dos demais espaços acadêmicos por respeito e não por obrigação dos imperativos legais.

Autonomia. O princípio filosófico da autonomia defendido pela UEMASUL manifesta-se por meio da descentralização do poder de decisão. A ação descentralizada permite que o problema seja resolvido, na esfera do seu surgimento, antes que suas proporções fiquem fora de controle. (UEMASUL, 2022, p.63)

Considerando esses pressupostos filosóficos e didáticos, o curso de Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL pautará a sua ação no ensino crítico e reflexivo para seus alunos em um processo de formação humana e ética. Pensar para a criticidade e reflexão exigirá uma ruptura com o pragmatismo do pensamento do senso comum e pautar sua ação sob o prisma da ciência e seus métodos para a produção do conhecimento. Em consonância, Paulo Freire (1996) aponta que a criticidade vem arraigada de curiosidade, pautadas em princípios éticos e estéticos, com rigorosidade científica.

A construção desta criticidade e um pensamento reflexivo está intimamente ligado à produção de conhecimento e do pensamento científico, princípio que estará presente no Curso de Ciências Contábeis Bacharelado, pautado na pesquisa fomentada pelas políticas institucionais. Nesta perspectiva Freire (2007, p. 46), ressalta, que “pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”. De modo, o desenvolvimento do pensamento crítico através da pesquisa é a forma social de intervenção na realidade, onde os alunos podem questionar aspectos reais e propor medidas que podem vir a sanar suas problemáticas.



Sob este viés, exigirá do aluno a condição de autonomia, de protagonista de seu no processo formativo, através de instrumentos e métodos, elevando a sua condição humana e profissional e rompendo com as estruturas de memorização e reprodução educacional. O aluno como centro do processo de ensino e aprendizagem requer deste, proatividade, criatividade, bem como o desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais que possam lhe conduzir pela construção de seus conhecimentos e sua ação social. O Curso de Ciências Contábeis, por meio de suas atividades de ensino, extensão e pesquisa, se propõe promover o reconhecimento e proposições de mudanças no âmbito social.

Conforme orienta o PPI da UEMASUL, para que esses princípios se materializam na atividade educativa, é preciso a adoção de uma postura coletiva que assuma os desafios como uma forma de amadurecimento pessoal e acadêmico, que valorize a pesquisa como modo de se obter o conhecimento do mundo criado, que se organize os conhecimentos no sentido do alcance dos objetivos definidos em cada curso e programa. A partir desta compreensão, é que foi pensada a organização didático-pedagógica da UEMASUL e para o curso de Ciências Contábeis estrutura-se nos princípios de Igualdade, Qualidade, Gestão Democrática, Liberdade e Autonomia, Mobilidade Acadêmica, Interdisciplinaridade e Indissociabilidade Teoria-Prática, a saber:

- a) Igualdade – Igualdade de condições de acesso e permanência do acadêmico na universidade via curso escolhido. Baseados em Veiga (2008) defendemos que a igualdade em educação requer muito mais que a expansão da oferta de vagas e cursos. A igualdade requer a manutenção do atendimento com simultânea manutenção da qualidade.
- b) Qualidade – a UEMASUL defende que qualidade educacional não pode ser privilégio de apenas alguns grupos sociais, em detrimento da maioria da população. Demo (1994) afirma que a qualidade na educação implica uma dimensão técnica e uma dimensão política. A primeira significa a capacidade de manejar meios, instrumentos, formas, técnicas e procedimentos diante dos desafios do desenvolvimento. A segunda, qualidade política, é condição imprescindível para a participação. Enfatiza a competência humana em termos de se fazer e de fazer história, diante dos fins históricos da sociedade humana.
- c) Gestão Democrática – esse é um princípio legal defendido pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, e é basilar na construção da UEMASUL. A gestão democrática exige uma ruptura histórica na prática administrativa e pedagógica da universidade, com o enfrentamento das questões de exclusão (VEIGA, 2008). Ela exige, também, a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica e visa ao rompimento entre a concepção e a execução, entre o pensar e



o fazer, entre a teoria e a prática.

- d) Liberdade e autonomia – o princípio da liberdade está sempre associado ao princípio da autonomia e, por isso, fazem parte da própria natureza do ato pedagógico universitário. Para Rios (1982), o significado de autonomia remete-nos a regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa, sem imposições externas. Por isso, a liberdade deve ser considerada, também, como liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber direcionados para uma intencionalidade definida coletivamente.
- e) Mobilidade Acadêmica – A UEMASUL se articula no sentido de proporcionar uma interação entre seus *campi* e outras Universidades (nacionais e internacionais). Deve-se considerar a mobilidade acadêmica como um grande avanço para a política de formação dos cursos de graduação. Nessa dimensão, a mobilidade interna é prioritária e deve ser normatizada pela própria UEMASUL. Já a mobilidade externa expressa-se por um conjunto de ações, entre elas a realização de estágios no país e no exterior; apoio a convênios e intercâmbios de estudos e pesquisas envolvendo discentes e docentes de todas as áreas do conhecimento humano e tecnológico. A mobilidade acadêmica permite maior dinamismo nos cursos, posto que a construção das matrizes curriculares deve atender ao princípio da flexibilidade, permitindo uma boa mobilidade na opção de cursar as disciplinas que podem ser garantidas por atividades de ensino, extensão e pesquisa. O objetivo é a ampliação do número de docentes e discentes da graduação que participem de programas de cooperação, intercâmbio, complementação, aperfeiçoamento, extensão universitária. Tudo isso, garantindo a identidade a cada área de conhecimento e buscando superar a dicotomia entre teoria e prática e entre os diferentes campos do conhecimento, o que deve contribuir para o atendimento da função social e comunitária da Instituição.
- f) Interdisciplinaridade – na UEMASUL, a estrutura curricular dos cursos e o diálogo entre as disciplinas serão mediados pelo princípio da interdisciplinaridade. Assim, a interação das atividades pedagógicas, de modo a assegurar a diversidade do conhecimento, bem como a superação da fragmentação desse campo, objetiva a solução de problemas de maneira mais abrangente e multidimensional, na formação integral do estudante. Nas metodologias de ensino e aprendizagem, devem ser evidenciadas as possibilidades pedagógicas geradas pelo uso da tecnologia na educação, viabilizando ao estudante o acesso às ferramentas necessárias para a realização das atividades propostas.
- g) Indissociabilidade Teoria-Prática – Essa relação garante ao estudante a possibilidade de aplicar os conteúdos aprendidos em situações reais com autonomia. Isto é feito por meio da Dimensão Prática nos Cursos de Licenciatura e Bacharelado (Estágio Curricular



Supervisionado, Prática Curricular Investigativa e Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC / Atividades Complementares – AC). A vinculação entre teoria e prática também acontece de acordo com o projeto pedagógico de cada curso, pois existem atividades práticas desde o início do curso, culminando no Estágio Curricular Supervisionado e nas Atividades Complementares, que são componentes obrigatórios nos cursos de graduação. Compreende as disciplinas que desenvolvem competências e habilidades específicas em suas atividades formativas, voltadas à intervenção profissional em diferentes contextos que se articulam com demandas sociais.

A organização curricular aqui defendida visa à articulação coletiva voltada para a apropriação e geração de conhecimentos e, também, à definição de parâmetros para a elaboração desta proposta curricular, observando-se Diretrizes Curriculares para o curso de Graduação em Ciências Contábeis e as definidas pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão – CEE/MA.

3.5 Legislação

Este documento apoia-se e organiza-se de forma a atender às diretrizes do Ministério da Educação – MEC, assim como observa as atribuições aos Contadores especificadas pelo Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão – CRC/MA e Conselho Federal de Contabilidade – CFC, estando o mesmo fundamentado legalmente nos termos das leis federais, estaduais e institucionais abaixo citadas:

3.5.1 Legislações Federais

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;
- Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências;



- Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
- A Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência;
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012- Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;
- As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012;
- A Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007/CNE – Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 – Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências;
- Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado.



3.5.2 Legislações Estaduais

- Lei nº 10.558, de 06 de março de 2017, dispõe sobre a organização administrativa da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), criação de cargos em comissão, e dá outras providências;
- Lei nº. 10.694, de 05 de outubro de 2017, cria o CCANL, dispõe sobre a organização administrativa da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), cria cargos efetivos e cargos em comissão e dá outras providências;
- Resolução CEE/MA nº 109, de 17 de maio de 2018 – Estabelece normas para a Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências;
- Resolução CEE/MA nº 63, de 07 de abril de 2019 – Estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Estado do Maranhão;
- Resolução CEE/MA nº 166, de 01 de outubro de 2020, estabelece orientações complementares à implementação das Diretrizes para Extensão Universitária nas instituições de ensino superior pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino do Maranhão, a partir das normas prescritas na Resolução CNE/CES nº 7/2018 e regulamenta o processo de avaliação com fulcro nessa Resolução e na Resolução nº 109/2018 – CEE/MA.

3.5.3 Normativas institucionais da UEMASUL

- Resolução nº 12/2017 – CONSUN/UEMASUL, Institui o Núcleo Docente Estruturante no âmbito da gestão acadêmica dos cursos de Graduação - Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo – da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão;
- Resolução nº 031/2018 – CONSUN/UEMASUL, cria as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMASUL;
- Resolução nº 053/2018 – CONSUN/UEMASUL, “Aprova o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEXT, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL”;
- Resolução nº 060/2018 – CONSUN/UEMASUL, que “Regulamenta o estágio não obrigatório a discente do ensino superior, no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL”;
- Resolução nº 062/2018 – CONSUN/UEMASUL, que “Disciplina a concessão de monitoria a discentes do Ensino de Graduação no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL e dá outras providências”;



- Resolução nº185/2022 – CONSUN/UEMASUL - Dispõe sobre o Regimento Geral do Ensino de Graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL;
- Resolução nº186/2022 – CONSUN/UEMASUL Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL 2022-2026;
- Resolução nº 216/2022 – CONSUN/UEMASUL – Dispõe sobre a instituição e a regulamentação das atividades de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL;
- Resolução nº 217/2022 – CONSUN/UEMASUL Cria o Programa de Acompanhamento dos Egressos dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão e estabelece suas políticas.



4. POLÍTICA ACADÊMICAS

4.1 Política de Direitos Humanos

O curso de Contabilidade do CCANL discutirá a política de Direitos Humanos de forma transversal e interdisciplinar em seu currículo, em vias de contribuir na formação de cidadãos éticos, defensores dos Direitos Humanos e dos valores democráticos, contrários a discriminação, ao preconceito e voltados a fomentar a erradicação da pobreza, a sustentabilidade e ao meio ambiente.

A UEMASUL, apoiada na Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as diretrizes nacionais para a Educação em Direitos Humanos, no âmbito do seus cursos, promove debates acerca da promoção dos direitos humanos na construção de uma sociedade diversa e plural. Esta temática engloba as discussões que buscam formas de assegurar o interesse de grupos minoritários, tais como crianças, mulheres, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, entre outros, debatendo de que forma as políticas hegemônicas e globais visam dar conta das especificidades das relações éticas, ambientais bem como promover a dignidade humana e a diversidade.

O curso de Ciências de Contábeis, por meio dos estudos interdisciplinares em suas disciplinas, busca promover uma educação em direitos humanos, atenta para a valorização da diversidade e do entendimento que a educação é o veículo para a transformação da sociedade. Desta forma, a educação em Direitos Humanos, será trabalhada de forma interdisciplinar nas disciplinas de Sociologia das Organizações, Instituições de Direito Público e Privado, Psicologia Organizacional, Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social, Direito do Trabalho e Previdenciário, bem como através das práticas extensionistas nos componentes curriculares de Atividade Curricular de Extensão.

4.2 Políticas de Educação para as relações étnico-raciais

Democratizar o acesso ao ensino superior público é dever do Estado. Permitir a inserção de segmentos sociais e de grupos étnico-raciais historicamente prejudicados e excluídos no ensino superior público é combater as barreiras impostas e nem sempre visíveis que foram propagadas ao longo da história e que contribuíram para a ausência massiva da população negra, indígena e de grupos sociais economicamente menos favorecidos no interior da universidade.

Historicamente, podemos afirmar que os povos indígenas têm enfrentado situações



distintas de tensão social, ameaças e vulnerabilidade que resultam em contextos de agravamento das condições de saúde, de acesso à educação e perda do patrimônio cultural e imaterial. A expansão econômica vem ocasionando constrangimentos à organização social desses povos, limitando seus territórios e costumes, ameaçando seu desaparecimento e comprometendo a garantia de seus direitos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (2014), existem três Terras Indígenas na área de jurisdição da UEMASUL. São elas: a *Terra Indígena Krikati* contendo 8 (oito) aldeias, representados pelo povo Macro Jê/Gavião/Pykogê e falantes da língua Jê; a *Terra Indígena Governador* com 17 (dezessete) aldeias do povo Guajajara e Macro Jê; e a *Terra Indígena Araribóia*, composta por 159 (cento e cinquenta e nove) aldeias, representados pelo povo Guajajara/Tenetehára e falantes da língua Tupi.

Já os dados da IV Conferência Estadual de Igualdade Racial mostram que o estado do Maranhão possui a terceira maior população de negros do Brasil, com 76,2% da população autodeclarada preta ou parda. A mobilização do movimento social negro em âmbito nacional, trouxe consigo propostas e conquistas voltadas para a implementação de práticas educativas de combate ao racismo e a discriminação. A implementação da lei nº 10.639/03 que tornava obrigatório o ensino de História da África, e da Cultura Afro brasileira, e que se completou com a lei nº 11.645/08 instituindo também a obrigatoriedade da História da Cultura Indígena foi também uma das grandes conquistas em prol dos direitos da população negra e indígena no Brasil.

É dever da união, estados e municípios tomar medidas e ações que promovam a implementação efetiva de parâmetros legais nacionais e internacionais, políticas e programas para o combate ao racismo, discriminação racial e intolerância religiosa contra a pessoa negra, comunidades tradicionais e povos indígenas, levando em consideração a situação específica de cada povo. Assim, a UEMASUL compreendendo a necessidade de luta e afirmação desses povos, busca a adoção de medidas afirmativas voltadas para a construção de um projeto que promova o respeito mútuo e a garantia de acesso e permanência na universidade, considerando suas respectivas necessidades. Nessa perspectiva, a Universidade,

- Oferece vagas nos cursos de graduação por meio do Sistema Especial de Reserva de Vagas aplicados de acordo com o Manual do Candidato no Processo Seletivo de Acesso ao Ensino Superior – PAES (UEMA/UEMASUL) em consonância com a Lei 12.711/2012⁴;

⁴ Lei que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-



- Promove estudos e debates por meio do Núcleo de Estudos Afro-Indígenas de Imperatriz – NEAI, mantido pelo curso de História e por meio do Grupo de Literaturas Africanas “Saburadi nos Terra”, realizado pelo curso de Letras. O NEAI tem por finalidade contribuir para reflexão inclusiva da África dos povos ameríndios, da cultura popular e da reflexão acadêmica da região. Além disso, incentiva a conscientização sobre a cultura patrimonial em prol da construção da memória e identidade multicultural do povo sul maranhense. Já o Grupo de Literaturas Africanas, tem como objetivo estudar a literatura africana como parte da cultura brasileira, bem como sua influência na literatura nacional;
- Instituiu o Programa Bolsa Permanência para estudantes indígenas e quilombolas, com valor nunca inferior ao dobro do valor da Bolsa Permanência destinada aos demais estudantes, assim como dispõe o art. 7º, da Resolução nº 011/2017 – CONSUN/UEMASUL;
- Promove debates e reflexões por meio de eventos, palestras e ações que possibilitam a construção de uma compreensão sobre a importância dos estudos sobre a Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;
- Discute temas importantes sobre Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas disciplinas de Sociologia e Antropologia Jurídica.

O curso de Ciências Contábeis do CCANL, além das políticas previstas em âmbito institucional, trabalhará para a discussão dessas questões em âmbito acadêmico e social para que sejam garantidos os direitos da população negra e indígena nas mais diversas instâncias. Apresenta ao longo do currículo, o estudo desses aspectos como forma de estabelecer parâmetros contra a violação dos direitos desses povos, assim como estabelece a legislação nacional.

Dessa forma, a Educação para as Relações Étnico-Raciais, será trabalhada de forma interdisciplinar e transversal nas disciplinas de Sociologia das Organizações, Instituições de Direito Público e Privado, Psicologia Organizacional, Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social, Direito do Trabalho e Previdenciário, bem como através das práticas extensionistas nos componentes curriculares de Atividade Curricular de Extensão.

4.3 Políticas de Educação Ambiental



A resolução n° 63/2019 – CEE/MA, que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental, em seu art. 1º, define a proposta de Educação Ambiental como dimensão educativa que demarca um conjunto de valores e práticas, que propõem ações e posturas em defesa da vida e da sobrevivência humana e dos seres vivos, comprometendo a sociedade com o cuidado do planeta, de seus povos e dos recursos naturais. Essa concepção visa à construção de conhecimentos com a finalidade de desenvolver habilidades, atitudes e valores sociais em busca da proteção do meio ambiente com vistas ao desenvolvimento sustentável do planeta.

A UEMASUL integra um conjunto de princípios e valores que tem por finalidade a dinamização de práticas sustentáveis por meio de uma educação universitária pautada na responsabilidade socioambiental. Nesse sentido, a política ambiental é desenvolvida “de forma ética e transparente, objetivando a sustentabilidade da região sul maranhense, por meio da preservação e conservação dos recursos naturais e culturais, respeitando as diversidades existentes e promovendo a redução das desigualdades sociais.” (PDI/UEMASUL, 2022-2026).

Como instituição ética e cidadã, a UEMASUL desenvolve ações com responsabilidade ambiental, promovendo o incentivo à preservação do planeta. Estabelece por meio do estímulo ao pensamento crítico e reflexivo a formação de profissionais conscientes dos princípios e valores sustentáveis para que consolide de forma significativa, a responsabilidade para com o meio ambiente. A política ambiental é trabalhada por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação, integrando projetos, programas e ações de caráter socioambiental nos diversos *campi* da UEMASUL, promovendo a difusão de ideais de preservação, proteção e conservação do meio ambiente, assim como previsto na resolução n° 63/2019 – CEE/MA.

O curso de Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL, no objetivo de promover o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo que busque enfrentar os desafios impostos pelo aumento crescente dos problemas ambientais, irá empreender esforços para promover aos discentes ferramentas analíticas que fundamentam-os para uma interpretação sociopolítica das múltiplas dimensões que incluem as questões ambientais.

Desta forma, em vias de desenvolver uma compreensão integrada da temática ambiental, o Curso estabelecerá meios para trabalhar de forma interdisciplinar e transversal os conteúdos que envolvam a exploração econômica da natureza, e, conseqüentemente, para os conflitos e problemas relacionados aos usos e apropriações dos recursos naturais. Assim, as temáticas de Educação Ambiental serão trabalhadas também nas disciplinas de Sociologia das Organizações, Instituições de Direito Público e Privado, Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social, bem como através das práticas extensionistas nos componentes curriculares de Atividade Curricular de Extensão.



4.4 Políticas de Inclusão e Acessibilidade

De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015⁵, a pessoa com deficiência é aquela que possui qualquer “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Segundo a citada lei, toda pessoa com deficiência tem direito à oportunidades iguais sem qualquer tipo de discriminação.

Pessoas com necessidades especiais foram historicamente privadas do acesso ao trabalho, da vida escolar, de atividades de lazer e cultura, entre outros. No âmbito educacional, essas questões se acentuam ainda mais, pois muitas vezes, esses indivíduos não possuem acesso aos recursos e apoios necessários para estudarem em condições de igualdade em relação às demais pessoas.

Com vistas a mitigar essas questões, a UEMASUL busca possibilitar por meio da integração do aluno, a garantia dos direitos básicos de forma a alcançar o desenvolvimento de competências e habilidades segundo as necessidades de aprendizagem de cada indivíduo. Propõe, nessa perspectiva, uma política de inclusão que promova o direito ao acesso e permanência do aluno, considerando suas especificidades, sejam elas de caráter afetivo, social, étnico, físico, cognitivo, neurológico ou emocional (PDI/UEMASUL, 2022-2026).

Segue algumas das políticas de inclusão em âmbito institucional para pessoas com deficiência:

- Contratação de profissionais e estagiários discentes nas modalidades de leitor e tradutor de libras para colaborarem no Núcleo de Acessibilidade Educacional – NACE. Além de profissionais para acompanhamento nas aulas, ajudando na produção de materiais didáticos e na compreensão dos conteúdos, o núcleo dispõe ainda de profissionais intérpretes e tradutores de libras. Os alunos têm à disposição gravadores de áudio para auxiliar na transcrição das aulas e espaço para realizar estudos e leituras dos materiais com computadores adaptados;
- Aquisição de equipamentos, materiais e mobiliários adaptados e contratação de profissionais para acompanhamentos das atividades acadêmicas. Com a finalidade de

⁵ Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao__pessoa__deficiencia.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.



atender aos discentes com necessidades especiais, a UEMASUL vem realizando adaptações em sua estrutura física desde 2017, promovendo a permanência destes nos cursos de graduação;

- Além da mobilidade, a UEMASUL dispõe, ainda, de ferramentas que auxiliam no acesso à conteúdos digitais. O site da UEMASUL, conta com VLibras, um conjunto de ferramentas computacionais responsável por traduzir conteúdos digitais (textos, vídeos, áudios) para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). E também, o Audima, que converte os textos para áudio. Além dessas ferramentas, as redes institucionais (INSTAGRAM e FACEBOOK) contam com a descrição de imagens e banners para facilitar a comunicação interna e externa da universidade;
- Instalação de piso podotátil, placas em braile e rampas nas áreas interna e externa da instituição.

4.5 Políticas de apoio ao discente

A UEMASUL, desde o primeiro momento de sua implantação, tem procurado desenvolver uma política de assistência estudantil, visando ampliar o acesso e garantir a permanência acadêmica. A política de atendimento aos discentes da UEMASUL tem como objetivo diagnosticar, gerenciar e atender necessidades acadêmicas discentes por meio de estudos e proposições de programas, em conformidade com o planejamento acadêmico, financeiro e técnico. Este objetivo visa implantar processos que otimizem o tempo e a qualidade de acolhimento aos alunos no que se refere às suas reivindicações administrativas, pedagógicas e sociais, dentro das atribuições legais da UEMASUL, enquanto instituição pública de caráter regional.

A UEMASUL compreende que o seu corpo discente está na centralidade da missão institucional, é a sua razão de existir. A partir dessa compreensão, a instituição tem buscado responder às distintas demandas que o público atendido pela UEMASUL apresenta, por meio de elaboração de políticas de atendimento. Essas políticas têm levado em consideração a diversidade das necessidades do universo estudantil, visando a auxiliar aqueles que enfrentam mais dificuldades, seja no processo de escolarização ou referentes às vulnerabilidades que estejam expostas.

Para atuar diretamente na assistência estudantil, foi criada a Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil (PROEXAE), sendo esta estruturada da seguinte maneira:

- a) Coordenadoria de Sustentabilidade e Integração Social (CSIS) – integrada pela Divisão de



Acesso e Permanência Estudantil (DAPE), Divisão de Extensão Universitária (DIVEXT), Divisão de Recreação e Desporto (DRD) e pelo Restaurante Universitário (RU);

- b) Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Cidadania (CDRC);
- c) Coordenadoria de Assistência à Saúde e Acessibilidade (CASA) e Divisão de Serviço Social e Médico (DSSM);
- d) Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Cultural (CPHC) - Divisão de Etnologia e Divisão de Arqueologia.

Gerida pela Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil (PROEXAE), a Política de Apoio aos Discentes, passa a contemplar pois, os programas que seguem:

- a) Programa de Tutoria para o Cursinho Popular;
- b) Programa de Extensão Universitária (PIBEXT);
- c) Programa Institucional de Auxílio Permanência (PAP);
- d) Programa Institucional de Bolsa MAIS IDH;
- e) Restaurante Universitário (RU);
- f) Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI).

Além dos programas supracitados, há outras ações que contribuem para atendimento e apoio ao discente da UEMASUL, a saber:

- a) Programa de Estágio Não Obrigatório (PROGESA);
- b) Programa de Monitoria Acadêmica (PROGESA);
- c) Programa de Iniciação Científica (PIBIC) (PROPGI);
- d) Bolsa de Apoio Técnico Institucional (BATI) (PROPGI).

O Programa de Assistência Estudantil da UEMASUL constitui-se como um instrumento de democratização das condições de permanência dos discentes na educação superior. Está vinculado à Pró-reitora de Extensão e Assistência Estudantil (PROEXAE) e tem como objetivo minimizar os impactos das desigualdades sociais e contribuir para a redução das taxas de evasão, contribuindo para a permanência do discente, a produção do conhecimento e a melhoria do desempenho acadêmico.

A política de apoio ao discente é constituída pelas várias ações institucionais, que incluem as modalidades de auxílio por critério socioeconômico, a saber:

Auxílio Creche

Regulamentado pela Resolução n.º 292/2024 – CONSUN/UEMASUL, sendo ofertados 100 (cem) auxílios com vagas distribuídas para todos os campi, atualmente no valor de R\$



500,00 (quinhentos reais), vide Resolução n.º 276/2023 – CONSUN/UEMASUL, e com duração de 12 meses, podendo ser renovado. Dos critérios mínimos para concessão do auxílio, além da comprovada vulnerabilidade socioeconômica, é necessário que o discente e tenha filho menor de 6 (seis) anos e detenha a guarda.

Auxílio Moradia

Regulamentado pela Resolução n.º 292/2024 – CONSUN/UEMASUL, sendo ofertados 270 (duzentos e setenta) auxílios com vagas distribuídas para todos os *campi*, atualmente no valor de R\$ 360,00 (trezentos reais), vide Resolução n.º 276/2023 – CONSUN/UEMASUL, e com duração de 12 meses, podendo ser renovado. Dos critérios mínimos para concessão do auxílio é necessário que o estudante tenha família residindo em outro estado ou município diferente do *Campus* da UEMASUL em que está matriculado.

Auxílio Alimentação

Regulamentado pela Resolução n.º 292/2024 – CONSUN/UEMASUL, sendo ofertados 370 (trezentos e setenta) auxílios com vagas distribuídas para todos os *Campi*, atualmente no valor de R\$ 360,00 (trezentos reais), vide Resolução n.º 276/2023 – CONSUN/UEMASUL, e com duração de 12 meses, podendo ser renovado. Dos critérios mínimos para concessão do auxílio é necessário que o estudante esteja matriculado nos *Campi* que não dispõem de restaurante universitário.

Auxílio Refeição

Regulamentado em consonância com a Resolução n.º 292/2024 – CONSUN/UEMASUL, sendo ofertados 200 (duzentos) auxílios distribuídos para os *Campi* da UEMASUL, atualmente no valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), vide Resolução n.º 276/2023 – CONSUN/UEMASUL, e com duração de 12 meses, podendo ser renovado. Dos critérios mínimos para concessão do auxílio, é necessário que o estudante esteja matriculado em cursos presenciais regulares de graduação no *campus* que dispõe do Restaurante Popular e/ou Universitário.

Auxílio Transporte



Regulamentado em consonância com a Resolução n.º 292/2024 – CONSUN/UEMASUL, sendo ofertados 250 (duzentos e cinquenta) auxílios distribuídos para os *Campi* da UEMASUL, atualmente no valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), vide Resolução n.º 276/2023 – CONSUN/UEMASUL, e com duração de 12 meses, podendo ser renovado. Dos critérios mínimos para concessão do auxílio é necessário que o estudante esteja matriculado em cursos presenciais regulares de graduação nos *Campi* da UEMASUL.

Tabela 03 – Auxílios concedidos aos discentes e quotas

Resolução CONSUN nº	Bolsa	Quotas
268/2023	Auxílio Permanência	210
292/2024	Auxílio Creche	500
292/2024	Auxílio Moradia	300
292/2024	Auxílio Alimentação	370
292/2024	Auxílio Refeição	240
292/2024	Auxílio Transporte	250

Fonte: Site da UEMASUL, 2024.

Auxílio Emergencial de Inclusão Digital

Além dos auxílios regularmente oferecidos, diante do cenário de pandemia, e com vistas a garantir acesso às aulas por meio de plataformas digitais, a UEMASUL disponibilizou *SIM CARDS* aos discentes e docentes. Inicialmente foram distribuídos 3.000 (três mil) *SIM CARDS*, com plano mensal de dados móveis (3G/4G), via Serviço Móvel Pessoal (SMP), com pacotes de dados de 50GB e 30GB mensais, objetivando minimizar os impactos com as condições técnicas de o acesso à internet. Com o retorno do ensino presencial este auxílio foi suspenso e poderá ser ativado caso haja novo decreto que suspenda as aulas presenciais.

Restaurante Universitário

O *campus* de Imperatriz dispõe de um Restaurante Popular Universitário (RPU), oriundo de parceria regulamentada pelo Termo de Cooperação Técnica nº 02/2017 – SEDES, Processo nº 186732/2017 – SEDES, celebrado entre a SEDES do Governo do Estado e a UEMASUL. Oferece 400 refeições diárias, atendendo os discentes e técnicos administrativos.



Destarte, as obras do Restaurante Universitário, do campus Imperatriz, iniciaram em maio de 2023 e ainda estão em processo de construção a depender do estado, essa obra aumentará o número de refeições e qualidade do alimento ofertado, logo após sua finalização. Os demais *campi* também são atendidos por meio dessa parceria com a SEDES.

Auxílio para a apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos

Este auxílio é regulamentado pelas Resoluções n.º 267/2023 e n.º 276/2023 – CONSUN/UEMASUL e constitui-se como uma iniciativa que permite ao estudante a divulgação do seu trabalho, dentro e fora do país, e melhoria no seu desempenho acadêmico, sendo de grande importância por articular o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. O valor é de R\$ 600,00 (seiscentos e noventa reais) para a apresentação de trabalhos em eventos dentro do Estado do Maranhão, R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) para apresentação em outros estados do Brasil e R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) para apresentação em outros países.

4.5.1 Acolhimento e integração acadêmica

A UEMASUL compreende a importância de acolher seus acadêmicos, proporcionando uma experiência inovadora desde o primeiro contato deste com a academia. Para tanto desenvolve a Semana de Integração Acadêmica, com programações que objetivam recepcionar os estudantes recém-chegados à Instituição, bem como apresentá-los as normas acadêmicas e os programas de assistência estudantil, por exemplo. Paralelamente à Semana de Integração, o curso de Ciências Contábeis busca organizar mesas redondas e palestras visando apresentar aos estudantes iniciantes o mercado de trabalho, bem como atualiza-los quanto às tendências relacionadas ao exercício profissional em constante modernização.

4.5.2 Auxílio permanência

Na UEMASUL, a tarefa de estímulo à permanência discente é realizada por meio de programas desenvolvidos pela PROEXAE por meio das Coordenadoria de Sustentabilidade e Integração Social e suas Divisões de Acesso e Permanência Estudantil, de Extensão, pela Coordenadoria de Assistência à Saúde e Acessibilidade (CASA), na Divisão de Serviço Social e Médico. Estes programas estão em conformidade com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010).



A assistência estudantil da UEMASUL tem seus objetivos definidos pelo PNAES, que são:

- Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública;
- Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da Educação Superior;
- Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Como critérios gerais para concessão do benefício, o discente deverá estar regularmente matriculado em cursos regulares de graduação e estar em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Regulamentado pela Resolução n.º 11/2017 – CONSUN/UEMASUL que cria o programa Bolsa Permanência, alterada pela Resolução n.º 091/2019 – CONSUN/UEMASUL, pela resolução n.º 163/2022, pela Resolução n.º 268/2023 e pela Resolução n.º 276/2023 – CONSUN/UEMASUL, que reajusta os valores dos Programas e bolsas destinados aos discentes da UEMASUL. A Resolução n.º 169/2022 – CONSUN/UEMASUL ampliou o quantitativo de bolsas de 168 para 210 (duzentas e dez) bolsas com vagas distribuídas para todos os campi, sendo 200 (duzentas) bolsas universais no valor de R\$ 775,00 (setecentos e setenta e cinco reais) e 10 (dez) para estudantes indígenas e quilombolas no valor de R\$ 1.410,00 (mil quatrocentos e dez reais), com duração de 12 meses, podendo ser renovada por períodos sucessivos, desde que o discente continue atendendo aos critérios do programa, observado o prazo máximo para integralização curricular.

4.5.3 Atuação da Coordenação de Assistência à Saúde e Acessibilidade – CASA

Para implementar a política de inclusão e corresponder a uma exigência do Ministério da Educação e Cultura, a UEMASUL criou em sua estrutura Coordenação de Assistência à Saúde e Acessibilidade – CASA. O setor é regido por um projeto próprio e deve ser composto por uma Coordenação e por profissionais das áreas da Pedagogia, Psicopedagogia, Psicologia e Assistência Social.

Tem como objetivo assistir o corpo discente e docente da Universidade, nos aspectos pedagógicos, psicológicos e de assistência social. Ainda na perspectiva da inclusão, a UEMASUL criou em sua estrutura o Núcleo de Acessibilidade Educacional (NACE), que tem como objetivo dar o suporte educacional aos estudantes com deficiência. Na construção de uma Universidade cada vez mais inclusiva, são propostas diretrizes que orientam a UEMASUL a



avancar na garantia de igualdade de oportunidades para esse público.

4.5.3.1 Atendimento de pessoas com deficiência e Transtorno do Espectro Autista

O Curso de Ciências Contábeis do CCANL atende ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que protege os Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A política de inclusão de alunos portadores de transtorno do espectro autista é desenvolvida em todos os tripés que caracterizam um curso ofertado por uma universidade que são o ensino-pesquisa-extensão, através de ações educativas, realização de pesquisas acadêmicas, palestras informativas, desenvolvimento de mecanismos facilitadores de aprendizagem, entre outros. Essas ações serão desenvolvidas com base nas principais dificuldades apresentadas pela pessoa com transtorno de espectro autista e em suas características. A saber:

- Acadêmicas: limitações ou alterações na maneira como pessoas com autismo respondem aos estímulos, apresentando tendência a prestar atenção em detalhes o que torna difícil o estabelecimento de relações entre as partes e o todo. Outras características são a rigidez dos pensamentos e pouca flexibilidade no raciocínio, demonstrada pela dificuldade que autistas apresentam em criar coisas novas, fazer um raciocínio inverso, dar sentido além do literal, associar palavras ao seu significado, compreender a linguagem falada e generalizar a aprendizagem;
- Interações sociais: são inábeis em entender regras complexas de interação social; parecem ingênuos, podem não gostar de contatos físicos, dificuldade em manter contato visual, não entendem brincadeiras, ironias e metáforas, pouca habilidade para iniciar e manter conversações, comunicação deficiente;
- Interesse restrito: tendem a 'leitura' implacável nas áreas de interesse e perguntam insistentemente sobre os mesmos; dificuldade para avançar nas ideias; seguem suas próprias inclinações; às vezes recusam-se a aprender qualquer coisa fora de seu campo de interesse;

É importante ressaltar que os Transtornos do Espectro Autista (TEA) apresentam uma ampla gama de severidade e prejuízos, ou seja, há uma grande heterogeneidade na apresentação fenotípica do TEA, tanto com relação à configuração e severidade dos sintomas comportamentais, o que torna imperativo uma avaliação e acompanhamento específico de cada caso, antes do planejamento das ações a serem adotadas para cada aluno.

É premente a implementação de ações que demonstrem que o Curso de Ciências Contábeis esteja atuando para evolução na educação inclusiva na educação superior. Dessa



forma a UEMASUL, pretende promover a democratização do ensino e destacar, neste caso específico, ações de inclusão do aluno portador do transtorno do espectro autista, a realização de algumas ações, tais como:

- Realizar palestras educativas acerca do tema tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade em geral;
- Intensificar palestras, oficinas, capacitações que adotem a temática da convivência, do respeito, da diversidade entre pessoas com e sem autismo;
- Favorecer a cooperação e envolvimento entre os alunos e demais profissionais da instituição;
- Mostrar a comunidade acadêmica as dificuldades sofridas pelos TEAS e, também, destacar as potencialidades dos alunos portadores de autismo;
- Estimular a aceitação da diversidade evitando comportamentos preconceituosos comumente percebidos na sociedade;
- Desenvolver possibilidades de interação, socialização e construção do conhecimento, de forma a favorecer a aprendizagem e construção da autonomia de pessoas com autismo na realização de atividades acadêmicas;
- Fomentar projetos de pesquisa que visem investigar a acessibilidade do aluno com autismo na Educação Superior;

Para efetivação das ações pedagógicas de inclusão de alunos portadores de autismo, o curso conta com o apoio do Núcleo de Atendimento aos Psicológico- NAP e o Núcleo de Acessibilidade - NACE, que em parceria com a coordenação de curso, irá desenvolvendo estratégias para o desenvolvimento dos portadores de TEA, como também atendendo aos demais alunos do curso, que necessitem deste atendimento.

4.5.4 Estágios não Obrigatórios Remunerados

O Estágio Não Obrigatório, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, art. 2º, § 2º, “é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”. Reitera-se que o Estágio pode ser obrigatório ou não, lembrando, apenas, que o Estágio Não Obrigatório não substitui a prática dos estágios regularmente oferecidos.

A UEMASUL regulamentou o Estágio Não Obrigatório a partir da Resolução nº060/2018 – CONSUN/UEMASUL, em consonância com as Leis 9.394, de 20 de setembro de 1996, e 11.788, de 25 de setembro de 2008. Com base nesta Resolução, Art. 1º, o estágio não



obrigatório assume um grau de importância incontestável, correspondendo a “um ato de natureza educativa que visa à preparação para o mundo do trabalho, oferecido a discentes regularmente matriculados em curso superior de Instituição de Ensino Superior devidamente credenciada”.

Ainda de acordo com essa Resolução, o Estágio Não Obrigatório pode ser praticado, quando surgir oportunidade, levando em consideração às áreas compatíveis ao que o pleiteante tenha condições de desenvolver, estando, dessa forma, relacionadas à profissão a ser exercida futuramente. O exercício do Estágio Não Obrigatório pode dar um suporte ao discente, fortalecendo e ampliando os seus conhecimentos, além de oportunizar vivências que poderão aprimorar a sua prática pedagógica imediata e futura. Dessa maneira, a UEMASUL caracterizou esse tipo de estágio como “um ato de natureza educativa que visa à preparação para o mundo do trabalho”.

4.5.5 Monitoria

A Monitoria é a modalidade de ensino e aprendizagem, dentro das necessidades de formação acadêmica, destinada aos estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação. Seu principal objetivo é colaborar para a melhoria do desempenho acadêmico mediante o desenvolvimento de atividades ligadas ao ensino, possibilitando a experiência da vida acadêmica, por meio da participação em diversas funções da organização e desenvolvimento das disciplinas dos cursos, além de possibilitar a apropriação de habilidades em atividades didáticas.

Como procedimento pedagógico, a Monitoria tem demonstrado sua utilidade, à medida que atende às dimensões política, técnica e humana da prática pedagógica (CANDAUI, 1986). Portanto, é um instrumento facilitador de aprendizagem, sendo realizado por estudantes e para os estudantes com o objetivo de transferir conhecimento e auxiliar o professor em suas atividades.

Na UEMASUL, a Monitoria tem amparo legal na Resolução nº 062/2018 – CONSUN/UEMASUL e na Lei 10.525/2016 da criação da UEMASUL que, em seu artigo 1º, além de outras deliberações, veio “Disciplinar a concessão de Monitoria em disciplinas dos cursos de graduação nas modalidades monitoria com bolsa e monitoria voluntária, a discente regular da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão”. Ambas em conformidade com a Lei 9.394/1996.

Segundo o Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UEMASUL, instituído pela



Resolução nº 185/2022 – CONSUN/UEMASUL, em seus artigos 72 e 73, os estudantes dos cursos de graduação, a partir do 3º (terceiro) período, poderão candidatar-se à monitoria por meio de processo seletivo, para fins de admissão na disciplina, sem vínculo empregatício, conforme previsto na legislação vigente. Logo, a monitoria tem como objetivo incentivar o estudante para a carreira docente da Educação Superior, devendo, para tanto, planejar com o professor orientador as atividades teórico-práticas, características dessa ação didático-pedagógica.

Com esse propósito, o Curso de Ciências Contábeis do Bacharelado CCANL/UEMASUL apoiará os acadêmicos contemplados, como bolsistas ou voluntários, no processo de monitoria, com a finalidade de alcançar os seguintes objetivos:

- a. Envolver o discente em atividades que possibilitem o desenvolvimento de habilidades e competências múltiplas que o qualifique para o exercício da docência;
- b. Intensificar o processo de formação do discente, por meio de sua participação em todas as etapas do fazer docente;
- c. Contribuir para a sedimentação dos conhecimentos didático-pedagógicos do discente, de forma que ele seja capaz de aplicá-los como profissional da educação.

Nesse sentido, busca-se incentivar os discentes a participarem dos editais de monitoria, mediante a divulgação dos mesmos na modalidade remunerada e voluntária, integrando-os ao mundo do trabalho, de forma a oferecer um diferencial em seu currículo profissional e em sua bagagem teórico-prática. A cada semestre letivo são ofertadas pela Divisão de Estágio e Monitoria da UEMASUL de duas a três bolsas de monitoria para atender às disciplinas do curso.

4.5.6 Representação Estudantil

Segundo o Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UEMASUL em seu artigo 79, o corpo discente da Universidade será constituído por todos os alunos matriculados em seus cursos, portanto, sendo constituído por estudantes matriculados em cursos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu oferecidos pela Universidade, com observância de todos os requisitos necessários à obtenção dos correspondentes diplomas.

Logo mais, em seu art. 80, o mesmo regimento estabelece ainda que são Órgãos de Representação Estudantil, com organização e competências definidas no Regimento Interno, o Diretório Central dos Estudantes (DCE), os Diretórios Acadêmicos e os Centros Acadêmicos, visto que o disposto neste artigo não impede a criação de outras entidades estudantis.



4.5.7 Ligas acadêmicas e grupos de estudos

As ligas acadêmicas na UEMASUL são regulamentadas pela Resolução nº153/2021 (CONSUN/UEMASUL). As mesmas possuem participação opcional e são entendidas como sendo um ambiente educativo e extensionista voltadas para um conteúdo específico de formação. São nas ligas acadêmicas que os discentes possuem autonomia e protagonismo estudantil, seja na organização de eventos, vivências práticas ou interação com a comunidade.



5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

A proposta pedagógica oriunda deste projeto é orientada pelas normativas institucionais, estaduais e federais que lhe imprime uma organização didático- pedagógica e estabelece seus objetivos, perfil profissional proposto e seus processos de gestão.

5.1 Objetivos do curso

5.1.1 Objetivo Geral

Formar profissionais com sólida formação humanística, crítica e reflexiva, em vias de entender, analisar e divulgar os fenômenos que impactam o patrimônio das pessoas físicas e jurídicas, alinhado com os princípios legais, éticos e científicos no cumprimento de suas responsabilidades, auxiliando ainda na tomada de decisões contábeis seja no ambiente das entidades públicas e privadas.

5.1.2 Objetivos específicos

- Promover a formação em Ciências Contábeis por meio da integração e interdisciplinaridade curricular, tendo em vista a realidade regional, as condições e as questões emergentes da sociedade contemporânea, especialmente aquelas de natureza socioeconômica e cultural, visando o exercício da cidadania e a qualificação profissional do contador;
- Mediar o conhecimento contábil através de estratégias de ensino-aprendizagem que compreendam o aluno como elemento ativo e alvo do processo;
- Promover a integração das dimensões teórico-prática por meio da aplicação do conhecimento científico no desenvolvimentos das atividades práticas e extensionistas;
- Incentivar o desenvolvimento da criatividade e da busca por respostas para os problemas contábeis da região, com vistas ao protagonismo dos discentes, para que atuem de forma inovadora e contribuam com êxito no mercado de profissional;
- Apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais, quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;



- Revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação no uso da prática contábil;
- Atuar em atividades de pesquisa, extensão e inovação envolvendo de forma ética e comprometida com as comunidades e instituições na busca de soluções contábeis para as problemáticas socioeconômicas locais e regionais, a fim de contribuir para o desenvolvimento de políticas e ações voltadas para a sustentabilidade, promovendo comunidades e territórios sustentáveis;
- Formar profissionais comprometidos com o interesse público, capazes de contribuir, com seus conhecimentos e experiência na gestão das diversas modalidades contábeis, administrativas, gerenciais, bem como no processo de tomada de decisão a partir do conhecimentos contábeis;
- Conscientizar o profissional sobre sua responsabilidade social, por meio do desenvolvimento de atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade, que incluam a compreensão dos determinantes sociais, culturais, econômicos, comportamentais, ambientais e legais do seu exercício profissional.

5.2 Perfil do Egresso

O (a) egresso (a) do curso de Ciências Contábeis Bacharelado da UEMASUL deverá compreender as questões científicas, técnicas, sociais, ambientais e políticas no contexto da contabilidade. Além disso, deverá desenvolver competências e habilidades para desenvolver os conhecimentos da ciência contábil com aplicação da tecnologia da informação e comunicação em vias de...

O (a) bacharel (a) em Ciências Contábeis deve ser um profissional que cumpra os requisitos da formação básica, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais da área, instituída pela Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024. A DCN define em seu artigo 2º os seguintes atributos dos quais os formandos devem se apropriar, a saber:

- I – aplicar o pensamento científico no desenvolvimento de suas atividades;
- II – atender às necessidades informacionais, financeiras e não financeiras, das partes interessadas;
- III – prover meios e estratégias contundentes para a tomada de decisão das diversas organizações, culminando, pois, na realização dos fins contábeis enquanto ciência;
- IV – desenvolver concepção multidisciplinar e transdisciplinar em sua prática;



- V – atuar com isenção, com comprometimento e com ceticismo profissional;
- VI – reconhecer a importância das diversidades e de questões no âmbito social, ambiental e governança nos ambientes das entidades;
- VII - ter visão sistêmica, holística e humanista;
- VIII – ser cooperativo, criativo, crítico, reflexivo, proativo, inovador e adaptável a mudança de cenários;
- IX – agir com ética, considerando o código de ética e demais normas de conduta do Contador;
- X – manter-se em continuidade no ensino e aprendizagem, inclusive com formações continuadas, ao longo da vida profissional;
- XI – fazer uso das tecnologias da informação e comunicação para coleta, armazenamento e análise de dados e disponibilização de informações à tomada de decisão; e
- XII – saber se comunicar de forma eficaz, de maneira escrita, verbal ou visual

Para além das competências acima pontuadas, a referida diretriz estabelece competências e habilidades que o Curso de Graduação em Ciências Contábeis deve proporcionar aos discentes, ao longo da formação acadêmica. A respeito das competências gerais, o Apêndice I da DCN situa as seguintes:

- a) pesquisar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade, buscar e desenvolver soluções para organizar e interpretar os dados macroeconômicos e microeconômicos, a fim de resolver problemas;
- b) integrar os conhecimentos de Administração, da Economia, do Direito, das Tecnologias da Informação e de outras áreas relacionadas aos saberes das Ciências Contábeis para criar ou aprimorar, de forma inovadora, os modelos de negócio das entidades, considerando as dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais;
- c) utilizar os conhecimentos de matemática financeira, estatística, métodos quantitativos e qualitativos como ferramenta para geração e análise de informação, entre estas a execução do processo contábil, análise retrospectiva e preditiva, realização de trabalho de auditoria e asseguarção;
- d) desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, o reconhecimento e proposição de mudanças no âmbito socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação aos interesses das partes; e



e) comunicar-se de forma eficaz, compartilhando ideias e conceitos de modo efetivo e apropriado à audiência e à situação, usando argumentação suportada por evidências.

Para cada competência geral, a diretriz define habilidades técnicas a serem desenvolvidas pelos egressos (as). Assim, as competências e habilidades estão definidas e organizadas da seguinte forma:

Quadro 06: Competências e Habilidades do egresso de Ciências Contábeis

Competências	Habilidades
Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas;	a) Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade pertinentes a quaisquer entidades e o que rege o Comitê de Pronunciamentos Contábeis; b) agir de acordo com os princípios, postulados e convenções contábeis; c) identificar as políticas contábeis adequadas na preparação das demonstrações financeiras; d) elaborar e interpretar as demonstrações financeiras; e) elaborar e interpretar relatórios de informações não financeiras.
Participar da formulação do planejamento estratégico e apoiar a gestão no processo de tomada de decisão.	a) Aplicar técnicas de gestão de custos, avaliação de desempenho e orçamentos para apoiar a tomada de decisão; b) utilizar ferramentas de gerenciamento de riscos e oportunidades e analisar cenários que possam impactar o modelo de negócio da entidade; c) analisar estratégias de financiamento e suas implicações; d) analisar a posição financeira atual e futura de uma entidade, usando as técnicas de análise de índices, análise de tendências, análise de fluxo de caixa, entre outras; e) elaborar orçamento de capital para avaliação de decisões de investimento de capital; f) aplicar as abordagens de avaliação de empresas, de ativos e de mercado usadas para decisões de investimento; g) analisar as implicações tributárias e previdenciárias relacionadas com as estratégias de negócio e de tomada de decisão.



<p>Auditar informações financeiras e não financeiras e fornecer outros serviços de asseguaração.</p>	<p>a) aplicar as normas de auditoria e asseguaração; b) aplicar o que rege o Comitê de Pronunciamentos Contábeis; c) planejar e executar trabalhos de auditoria e asseguaração; d) avaliar os riscos relevantes de distorção nas demonstrações financeiras e nas estratégias de auditoria; e) aplicar métodos quantitativos e qualitativos aos trabalhos de auditoria e asseguaração, quando aplicáveis.</p>
<p>Analisar a gestão de risco, controle interno e outros mecanismos de governança</p>	<p>a) explicar aos gestores acerca dos princípios da boa governança, incluindo os direitos e responsabilidades dos proprietários, dos investidores e dos responsáveis pela governança; b) explicar o papel das partes interessadas nos requisitos de governança, de divulgação e de transparência; c) analisar os riscos e oportunidades das atividades de uma entidade, inclusive os climáticos, os ambientais e os sociais, com o uso de instrumentos quantitativos e qualitativos; d) analisar a confiabilidade do sistema de controle interno relacionado às demonstrações financeiras.</p>
<p>Compreender e aplicar a legislação tributária e previdenciária.</p>	<p>a) elaborar o planejamento tributário e previdenciário; b) aplicar as leis e regulamentos tributários e previdenciários inerentes às organizações; c) avaliar os impactos tributários e previdenciários da tomada de decisão; d) identificar riscos oriundos da gestão tributária e previdenciária das entidades.</p>
<p>Executar trabalhos de perícia judicial e extrajudicial</p>	<p>a) aplicar normas de Perícia Contábil; b) aplicar procedimentos técnico-científicos de Perícia Contábil destinados a subsidiar a solução do litígio ou da constatação de fato; c) elaborar laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil em conformidade com as normas jurídicas e profissionais e com a legislação específica no que for pertinente.</p>
<p>Compreender como a tecnologia da informação contribui para a análise de dados e para a geração de informação.</p>	<p>a) utilizar tecnologias da informação para apoiar o processo de geração e interpretação da informação contábil; b) explicar como a tecnologia da informação contribui para a análise de dados e para a tomada de decisão; c) apropriar-se das tecnologias de captura, armazenamento, mineração e análise de dados; d) desenvolver novas tecnologias, inclusive programação, para geração de informação; e) desenvolver a capacidade de implementar e usar tecnologias contemporâneas como big data, data analytics, data visualisation e inteligência artificial no âmbito dos sistemas de informação contábil.</p>



5.3 Estrutura curricular do curso

A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas em regime presencial flexibilizado na forma semestral, conforme a Resolução nº 185/2022 – CONSUN/UEMASUL, que dispõe sobre o regimento geral das normas de graduação e Resolução CNE/CSE n.º 1/2024 que institui as Diretrizes Curriculares do curso de Ciências Contábeis.

5.3.1 Articulação entre os componentes curriculares no processo de formação

O Curso de Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL, articula-se de forma a atender ao desenvolvimento de competências inerentes ao curso, por meio de suas disciplinas, organizadas em núcleos de formação, respeitando o direcionamentos previsto no Regimento Geral do ensino de Graduação da UESMASUL, Resolução nº 185/2022 – CONSUN/UEMASUL. A distribuição das disciplinas em diferentes núcleos está definida da seguinte maneira:

5.3.1.1 Núcleo de Formação Básica

As disciplinas do Núcleo de Formação Básica contemplam a carga horária de 960 (novecentas e sessenta) horas, que contemplam os conhecimentos de áreas interdisciplinares, do campo da estatística, matemática, língua portuguesa, informática administração e direito, que embasam uma formação interdisciplinar e integral com conceitos para uma postura ética e profissional. O rol destas disciplinas são:

Tabela 04: Disciplinas do Núcleo de Formação Básica

ORD.	Disciplinas	Crédito				CH Total
		T	Pr	ACE	ES	
1	Cálculo	4				60
2	Sociologia das organizações	3		1		60
3	Leitura e Produção Textual	3		1		60
4	Fundamentos de Economia	4				60
5	Instituições de Direito Público e Privado	4				60
6	Matemática Financeira	4				60
7	Estatística	4				60
8	Fudamentos de Administração	3		1		60
9	Metodologia do Trabalho Científico	3		1		60



10	Fundamentos de Tecnologia da Informação	3		1		60
11	Direito Empresarial	4				60
12	Psicologia Organizacional	3		1		60
13	Administração Financeira e Orçamento Empresarial	3		1		60
14	Empreendedorismo	4				60
15	Direito Tributário	3		1		60
16	Direito do Trabalho e Previdenciário	4				60
	Subtotal	56	0	8	0	960

5.3.1.2 Núcleo de Formação Específica

Para o Núcleo de Formação Específica o curso apresenta uma horária total de 1.470 (mil quatrocentas e setenta) horas, que priorizam o aprofundamento e a diversificação de estudos na área de contábil, os modelos de negócios das entidades públicas e privadas, gestão e mecanismo de governança, perícia dentre outros, como mostra a Tabela 05.

Tabela 05: Disciplinas do Núcleo de Formação Específica

ORD.	Disciplinas	Crédito				CH Total
		T	Pr	ACE	ES	
1	Contabilidade Básica I	4				60
2	Legislação e Ética Profissional do Contador	4				60
3	Contabilidade Básica II	4				60
4	Teorias da Contabilidade	4				60
5	Estrutura das Demonstrações Contábeis	3		1		60
6	Contabilidade Intermediária I	4				60
7	Contabilidade Comercial	3		1		60
8	ACE 1			4		60
9	Contabilidade Tributária	4				60
10	Contabilidade Intermediária II	4				60
11	Contabilidade de Custos I	4				60
12	Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social	4				60
13	ACE 2			4		60
14	Contabilidade das Instituições Financeiras	4				60

15	Contabilidade Aplicada ao Setor Público I	4				60
16	Contabilidade Avançada I	4				60
17	Contabilidade de Custos II	4				60
18	ACE 3			2		30
19	Contabilidade Aplicada ao Setor Público II	4				60
20	TCC I	4				60
21	Análise das Demonstrações Financeiras	4				60
22	Contabilidade Avançada II	4				60
23	Controladoria	4				60
24	Noções de atuária	4				60
25	Auditoria	4				60
	Subtotal	86	0	12	0	1470

5.3.1.3 Núcleo Livre

As três disciplinas do núcleo livre Eletiva Restritiva I (60 horas), Eletiva Restritiva II (60 horas) e Eletiva Universal (60 horas) fazem parte do núcleo livre de cunho específico, podem ser escolhidas pelo discente em um conjunto de disciplinas oferecidas, com o intuito de complementar a formação geral ou tratar temas específicos de interesse do discente, que visa enriquecer o currículo do acadêmico, conforme tabela abaixo:

Tabela 06: Disciplinas do Núcleo Livre – Eletivas Restritivas

ORD.	Código	Disciplinas Eletivas Restritivas	Crédito				CH Total
			T	Pr	ACE	ES	
1	USCONEST046	História e Cultura Afro-Brasileira e indígena	4				60
2	USCONEST047	Inglês Instrumental	4				60
3	USCONEST048	Gestão Ambiental	4				60
4	USCONEST049	Direitos Humanos	4				60
5	USCONEST050	Governança Corporativa e Compliance	4				60
6	USCONEST051	Contabilidade para Micro e Pequenas Empresas	4				60
7	USCONEST052	Perícia Contábil	4				60

5.3.1.4 Disciplinas selecionadas para Atividades de Curricularização de Extensão (ACE)

As disciplinas com créditos de Atividade Curricular de Extensão estão apresentadas na tabela 07, a forma como as ACE serão trabalhadas ao longo do curso está melhor descrito no tópico 5.12 deste projeto.

Tabela 07: Disciplinas com Atividade Curricular de Extensão - ACE

Período	Código	Disciplinas	Crédito				CH Total
			T	Pr	ACE	ES	
1º	USCONEST002	Sociologia das organizações	3		1		60
	USCONEST003	Leitura e Produção Textual	3		1		60
2º	USCONEST008	Fundamentos de Administração	3		1		60
	USCONEST010	Metodologia do Trabalho Científico	3		1		60
	USCONEST011	Fundamentos de Tecnologia da Informação	3		1		60
3º	USCONEST016	Estrutura das Demonstrações Contábeis	3		1		60
	USCONEST017	Psicologia Organizacional	3		1		60
4º	USCONEST018	Administração Financeira e Orçamento Empresarial	3		1		60
	USCONEST021	Direito Tributário	3		1		60
	USCONEST022	Contabilidade Comercial	3		1		60
5ª	USCONEST023	ACE 1			4		60
6º	USCONEST029	ACE 2			4		60
7º	USCONEST034	ACE 3			2		30
Subtotal			30	0	20	0	750

5.3.2 Matriz Curricular

Quadro 07: Matriz curricular do Curso de Ciências Contábeis do CCANL

Per.	CÓDIGO	Disciplinas	Crédito				CH Total
			T	PT	ACE	ES	
1º	USCONEST001	Cálculo	4				60
	USCONEST002	Sociologia das organizações	3		1		60
	USCONEST003	Leitura e Produção Textual	3		1		60
	USCONEST004	Fundamentos de Economia	4				60
	USCONEST005	Instituições de Direito Público e Privado	4				60
	USCONEST006	Contabilidade Básica I	4				60
Subtotal			22	0	2	0	360
Per.		Disciplinas	Crédito				CH Total
			T	PT	ACE	ES	
2º	USCONEST007	Matemática Financeira	4				60



	USCONEST008	Fundamentos de Administração	3		1		60
	USCONEST009	Legislação e Ética Profissional do Contador	4				60
	USCONEST010	Metodologia do Trabalho Científico	3		1		60
	USCONEST011	Fundamentos de Tecnologia da Informação	3		1		60
	USCONEST012	Contabilidade Básica II	3	1			60
Subtotal			20	1	3	0	360
Per.		Disciplinas	Crédito				CH Total
			T	PT	ACE	ES	
3°	USCONEST013	Estatística	4				60
	USCONEST014	Direito Empresarial	4				60
	USCONEST015	Teorias da Contabilidade	4				60
	USCONEST016	Estrutura das Demonstrações Contábeis	3		1		60
	USCONEST017	Psicologia Organizacional	3		1		60
Subtotal			18	0	2	0	300
Per.		Disciplinas	Crédito				CH Total
			T	PT	ACE	ES	
4°	USCONEST018	Administração Financeira e Orçamento Empresarial	3		1		60
	USCONEST019	Empreendedorismo	4				60
	USCONEST020	Contabilidade Intermediária I	4				60
	USCONEST021	Direito Tributário	3		1		60
	USCONEST022	Contabilidade Comercial	3		1		60
Subtotal			17	0	3	0	300
Per.		Disciplinas	Crédito				CH Total
			T	PT	ACE	ES	
5ª	USCONEST023	ACE 1			4		60
	USCONEST024	Direito do Trabalho e Previdenciário	4				60
	USCONEST025	Contabilidade Tributária	3	1			60
	USCONEST026	Contabilidade Intermediária II	3	1			60
	USCONEST027	Contabilidade de Custos I	4				60
	USCONEST028	Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social	4				60
Subtotal			18	2	4	0	360
Per.		Disciplinas	Crédito				CH Total
			T	PT	ACE	ES	
6°	USCONEST029	ACE 2			4		60



	USCONEST030	Contabilidade das Instituições Financeiras	3	1			60
	USCONEST031	Contabilidade Aplicada ao Setor Público I	4				60
		Eletiva Restritiva I	4				60
	USCONEST032	Contabilidade Avançada I	4				60
	USCONEST033	Contabilidade de Custos II	3	1			60
Subtotal			18	2	4	0	360
Per.		Disciplinas	Crédito				CH Total
			T	PT	ACE	ES	
7º	USCONEST034	ACE 3			2		30
	USCONEST035	Contabilidade Aplicada ao Setor Público II	3	1			60
		Eletiva Restritiva II	4				60
	USCONEST036	TCC I	4				60
	USCONEST037	Contabilidade Avançada II	3	1			60
	USCONEST038	Estágio Curricular Supervisionado I				3	135
	USCONEST039	Análise das Demonstrações Financeiras	4				60
Subtotal			18	2	2	3	465
Per.		Disciplinas	Crédito				CH Total
			T	PT	ACE	ES	
8º	USCONEST040	Controladoria	3	1			60
		Eletiva Universal	4				60
	USCONEST041	Estágio Curricular Supervisionado II				3	135
	USCONEST042	Noções de atuária	4				60
	USCONEST043	TCC II					
	USCONEST044	Atividades Complementares					120
	USCONEST045	Auditoria	3	1			60
Subtotal			14	2	0	3	495
Subtotal			145	9	20	6	3000

QUADRO DE HORAS

CARGA HORÁRIA TEÓRICA	2175
CARGA HORÁRIA TEÓRICA/PRÁTICA	135
ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO	300
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	270
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	120
TOTAL GERAL	3000



5.3.3 Ementário

1º PERÍODO

Disciplina:	Carga Horária
Cálculo	60h

Ementa: Funções, limite, diferenciação, derivada de funções trigonométricas, aplicações de derivada, funções exponenciais e logarítmicas, integração, tópicos adicionais de integração.

Bibliografia Básica:

STEWART, James. Cálculo, vol1, Editora Cengage Learnig, 7ªedição. 2013.

TAN, S. T. Matemática Aplicada à Administração e Economia. Editora Cengage Learning, 2ª. Edição Revista, 2011.

GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo, Volume 1, Editora LTC, 5ª. Edição, 2010.

CHIANG, A.C. Matemática para economistas. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

Bibliografia Complementar:

GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo, Volume 2, Editora LTC, 5ª. Edição, 2010.

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de Matemática Elementar. Vol. 8ª ed. São Paulo: Atual, 1996.

HOFFMANN, L. D., BRADLEY, G. L. Cálculo – Um curso moderno e suas aplicações, 10ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

THOMAS, G. B. Cálculo. 11. ed. São Paulo: Pearson/Addison-Wesley, v. 2, 2009.

SIMON, C. P., BLUME, L. Matemática para Economistas, 1ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.



Disciplina:	Carga Horária
Sociologia das Organizações	60h

Ementa: Sociologia e organização. Diversidade cultural, mudança social e comportamento nos ambientes dos negócios. As relações Étnico-Raciais e Afrodescendentes. Competição e cooperação. A influência das novas tecnologias em ambientes de trabalho. Ações individuais, coletivas e o corporativismo. A sociologia da inovação e das rápidas transformações nas organizações e no mundo dos negócios. Sistemas simbólico-ideológicos e consumo de mercadorias. Organizações formais e Informais. O indivíduo e as organizações.

Bibliografia Básica:

CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de. Sociologia Aplicada à Administração. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Sociologia das Organizações: uma análise do homem e das empresas. 1ª ed. São Paulo: Thomson Learning, 2002.

Bibliografia Complementar:

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Sociologia das organizações. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

WEBER, M. Economia e sociedade. 1ª ed. Brasília: UnB, 1999.



Disciplina:	Carga Horária
Leitura e Produção Textual	60h

Ementa: Interpretação de textos. Produção de textos sistematizados pela gramática, com preferência pela temáticas de Direitos Humanos, Inclusão, Relações étnicas e Educação Ambiental. Teoria da Comunicação. O Campo, O papel, Classificação Tipológica e Modalidades da Comunicação Administrativa. Correspondência e Redação Técnica. Elaboração da estrutura e modelo de documentos organizacionais.

Bibliografia Básica:

FERREIRA, R. M.; LUPPI, R. A. de. Correspondência comercial e oficial: com técnica de redação. 15 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, J. B. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

KLEIMAN, Â. Leitura: ensino e pesquisa. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2008. _____. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. 13 ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2010.

KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C. A coerência textual. 17 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. A coesão textual. 21 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MEDEIROS, J. B. Correspondência: Técnica de Comunicação Criativa. 20 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.



Disciplina:	Carga Horária
Fundamentos da Economia	60h

Ementa: Fundamentos básicos da ciência econômica, abrangência e limitações da economia. Caracterização e funcionamento do sistema econômico. O mecanismo de mercado: oferta, procura e equilíbrio. Elasticidade: preço e renda. Teoria da Firma, Noções de estrutura de mercado. A moeda e o sistema financeiro. Os agregados macroeconômicos. Crescimento e desenvolvimento socioeconômico. As relações econômicas internacionais. A questão do desemprego. Inflação. Os grandes desafios econômicos do mundo atual.

Bibliografia Básica:

MANKIWI, Gregory. **Introdução à Economia:** princípios de micro e macroeconomia. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus. 2001.

PINHO, Diva B.; VASCONCELOS, M. Antonio S. (org.) **Manual de Economia.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia.** 20. ed. São Paulo: Atlas. 2003.

Bibliografia Complementar:

BACHA, Carlos José Caetano. **Macroeconomia aplicada a análise da economia brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

LOPES, Luiz Martins e VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org). **Manual de Macroeconomia – básico e intermediário.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Adelphino Teixeira. **Economia e Mercado.** São Paulo: Atlas, 1985.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Brasileira contemporânea – de Getúlio a Lula.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TROSTER, Roberto; MOCHÓN, Francisco. **Introdução à Economia.** São Paulo: Makron, 2004.



Disciplina:	Carga Horária
Instituições de Direito Público e Privado	60h

Ementa: Noções de Direito. Teoria Geral do Estado. A Lei. Pessoas. Bens. Ato e Fato jurídico. Obrigações. Contratos. Posse e Propriedade. Direito de Família. Exercício do Direito para segurar o interesse dos grupos minoritários.

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

BRANCATO, Ricardo Teixeira. Instituição de Direito Público e Privado. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

HERKENHOFF, João Baptista. Instituições de Direito público e Privado. São Paulo: Acadêmica, 1992.

Bibliografia Complementar:

BRASIL, Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 27. ed. Atualizada e Ampliada. São Paulo: Saraiva, 2001.

FARIA, José Eduardo. Direito e Justiça. São Paulo: Ática, 1994.

MARTINS, Sergio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Atlas, 2003.
NEGRÃO, Theotônio.

Código Civil e Legislação Civil em Vigor. Com Colaboração de José Roberto Ferreira Gouvêa. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

PINHO, Ruy Rabello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Instituições de Direito Público Privado. 21. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RÁO, Vicente. O Direito e a Vida dos Direitos. 5. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1999.



Disciplina:	Carga Horária
Contabilidade Básica I	60h

Ementa: A Contabilidade e o seu campo de atuação. Informações Contábeis: usuários e finalidade. O patrimônio: conceito, aspectos, situação patrimonial e representação gráfica. Fatos Contábeis. Procedimentos contábeis básicos. Livros de Escrituração. Normas brasileiras de Contabilidade relativas à escrituração contábil dos documentos. Contas e Planos de Contas. Mecanismo do débito e do crédito. Registro de operações mais comuns. Noções de Apuração de Resultado, Balancete de Verificação, Balanço Patrimonial e Demonstração de resultado.

Bibliografia Básica:

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. **Contabilidade introdutória**. 11. Ed - São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 17. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Contabilidade Básica**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2017

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso de Contabilidade Introdutória em IFRS e CFC**. São Paulo: Atlas, 2014.

BARBOSA, Ângelo Crysthian. **Contabilidade Básica**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 11. Ed - São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVESE, Clóvis Luiz. **Manual de Contabilidade Básica**. 10. Ed - São Paulo: Atlas, 2014.



2º PERÍODO

Disciplina:	Carga Horária
Matemática Financeira	60h

Ementa: Juros e Capitalização Simples e Composta. Descontos e Taxas de Descontos. Série de Pagamento. Taxa e Prazo Médio. Sistemas de Amortização. Financiamentos e Empréstimos. Taxas: Nominal, Efetiva e Real. Noções de Análises de Investimento. Aplicações com Softwares.

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Matemática financeira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002. SOBRINHO, José Dutra V. Matemática financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000

Bibliografia Complementar:

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. Matemática financeira com HP12C e Excel. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRUNI, Adriano Leal. Matemática financeira para concursos. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, A. L. C. Matemática financeira aplicada. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



Disciplina:	Carga Horária
Fundamentos de Administração	60h

Ementa: Origem e bases históricas para a evolução da administração. Administração como Ciência, arte e profissão. As áreas de atuação do Administrador e as Leis 4.769 e 7.321. Administração no mundo globalizado. Abordagem Clássica e Neoclássica e seus desdobramentos. As funções administrativas de planejamento, organização, direção e controle. Administração no Brasil.

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à Administração. – 8 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. A. C. A. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, I. Administração: teoria, processo e prática. 4 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2007.

KWASNICKA, E. L. S.P. Introdução a Administração. Local? Atlas, 2007.

LITTERER, J. A. S.P Introdução à Administração. L.T.C.U. 2008.

ROBBINS, S. P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2005.



Disciplina:	Carga Horária
Legislação e Ética Profissional do Contador	60h

Ementa: Filosofia e Ciência. Ética e Moral. A Profissão Contábil e o Sistema CFC/CRCs. As obrigações Básicas do Contador. A Importância e a Obrigatoriedade da Escrituração Contábil. A Responsabilidade dos Profissionais de Contabilidade. Os Profissionais de Contabilidade Perante a Fraude e a Sonegação Fiscal. A Legislação Profissional do Contador. O Código de Ética Profissional do Contador.

Bibliografia Básica:

CAMARGO, M. Fundamentos de Ética Geral e Profissional. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAUI, Marilena de Souza. Convite à Filosofia. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005. Código de Ética Profissional do Contabilista: Resolução CFC nº 803/96, de 10/10/96.

CORBISIER, Roland. Introdução à Filosofia. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990. t.1.

ROCHA, José Carlos Fortes. Manual do Contabilista. Fortaleza: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará, 2001.

Bibliografia Complementar:

CHAUI, Marilena de Souza. O Que é Ideologia. 2. ed. rev. e ampliada São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção: Primeiros Passos).

DUARTE JR. J. F. O que é Realidade. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

GALLO, S. (Coord.) Ética e Cidadania: Caminhos da Filosofia (elementos para o ensino da filosofia), 5. ed. Campinas: Papirus, 1997.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. Dicionário Básico de Filosofia. 3. ed. revisada. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MAIA, T. Lisieux. Que é filosofia? (ou Filosofar?). Fortaleza: Tradição & Cultura, 2000.



Disciplina:	Carga Horária
Metodologia do Trabalho Científico	60h

Ementa: Investigação a respeito da construção do conhecimento. Estabelecimento da diferenciação entre dados e informações. Estudo dos tipos de conhecimento, métodos científicos e métodos específicos das ciências sociais. Compreensão do conceito, tipos e principais técnicas de pesquisa. Aplicação dos métodos qualitativos e quantitativos no campo das pesquisas referentes a preservação do meio ambiente, igualdade, cidadania, bioética, direitos humanos, responsabilidade social e direito autoral.

Bibliografia Básica:

DEMO, Pedro. Metodologia do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Também em versão eletrônica)

AZEVEDO, Celicina Borges. Metodologia Científica. 2 ed. São Paulo: Manole, 2009.

Bibliografia Complementar:

ACEVEDO, Cláudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. Como Fazer Monografias, TCC, Dissertações e Teses. 4. ed. São Paulo: 2013.

ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência, Introdução ao Jogo e Suas Regras. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT – Comentadas para Trabalhos Científicos. 5 ed. Paraná: Juruá, 2015.

MARCONI, Lakatos. Metodologia do Trabalho Científico. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014.



Disciplina:	Carga Horária
Fundamentos de Tecnologia da Informação	60h

Ementa: Administração na era da informação. Conceitos de sistemas de informação e tecnologia da informação e comunicação (TIC). O papel operacional, gerencial e estratégico da tecnologia de informação nas organizações. O uso da Tecnologia da informação (TI) nos contextos organizacional e social. Impacto social e ético dos sistemas de informação. Avaliação de investimentos de TI. Tendências de hardware e software. Governança de TI. COBIT.

Bibliografia Básica:

CRUZ, T. Sistemas de Informações Gerenciais: Tecnologias da Informação e as Organizações do Século XXI & Introdução ao BPM & BPMS Introdução ao CMM-I. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. Administração de Serviços: Operações Estratégicas e Tecnologia da Informação. São Paulo: Bookman, 2014.

SANTOS, M. A. dos. Fundamentos do Gerenciamento de Serviços em Tecnologia da Informação. 2. ed. São Paulo: Brasport, 2013.

Bibliografia Complementar:

FITZMOMOUS, J. A. Administração de Serviços: Operações, Estratégia e Tecnologia da Informação. 7. ed. São Paulo: AMGH, 2014.

NORTON, P. Introdução à informática. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 2005.

O'BRIEN, J. A. Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na Era da Internet. São Paulo, Saraiva, 2009.

TANEMBAUM, A. S. Organização estruturada de computadores. 5 ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall: 2006.

TURBAN, E.; VOLONINO, L. Tecnologia da Informação para Gestão: em busca do melhor desempenho estratégico e operacional. 8 ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.



Disciplina:	Carga Horária
Contabilidade Básica II	60h

Ementa: Classificação das contas. Lançamentos e ajustes contábeis nos diários e razão. Balancete de verificação inicial e final. Apuração de resultado. Balanço patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício. Conceitos, classificação e reconhecimentos de provisões, reservas, depreciação, amortização e exaustão.

Bibliografia Básica:

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. **Contabilidade introdutória**. 11. Ed - São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 11. Ed - São Paulo: Atlas, 2018.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Contabilidade Básica**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso de Contabilidade Introdutória em IFRS e CFC**. São Paulo: Atlas, 2014.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial: Instrumento de Análise, Gerência e Decisão**. 18. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PADOVESE, Clóvis Luiz. **Manual de Contabilidade Básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; RODRIGUES, Fernanda Fernandes. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2015. v.1.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso Básico de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.



3º PERÍODO

Disciplina:	Carga Horária
Estatística	60h

Ementa: Conceitos estatísticos básicos. Número Índice. Amostragem. Intervalo de confiança dos parâmetros. Testes de Hipóteses. Regressão e Correlação Simples. Testes de significância. Análise de variância. Aplicações a problemas reais.

Bibliografia Básica:

ALENCAR FILHO, E. Iniciação à Lógica Matemática. 18. ed. Editora Nobel, 2000.

CORRAR, J. L. et. al. Pesquisa Operacional para Decisão em Contabilidade e Administração. São Paulo: Atlas, 2008.

SOARES, Edvaldo. Fundamentos de lógica: elementos de lógica formal e teoria da argumentação. São Paulo: Atlas, 2003

Bibliografia Complementar:

CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria; Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. São Paulo: Atlas, 2007.

BRUNI, Adriano Leal. SPSS: Guia Prático para Pesquisadores. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística básica. São Paulo: Saraiva, 2002



Disciplina:	Carga Horária
Direito Empresarial	60h

Ementa: Noções de direito privado. A evolução do direito empresarial. Conceito e fontes do Direito Empresarial. A empresa e os empresários. As obrigações da empresa. Sociedades empresariais em geral. Propriedade industrial, comercial e de serviços. Contratos. Representações jurídicas. Recuperação das Empresas. Dissolução das Sociedades. Concordata. Falência. Títulos de crédito.

Bibliografia Básica:

ABRÃO, C. H. Curso de direito comercial. 36 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

COELHO, F. U. Comentário à nova lei de falência e recuperação de empresa. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. Curso de direito comercial: direito das empresas. Volume 03. 10 ed. São.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei de sociedades anônimas. Com a colaboração de Antonio Luís de Toledo Pinto. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. Código civil brasileiro e legislação correlata. Senado Federal, Senador Epiácio Cafeteira. Brasília, DF: Senado Federal, 2010.

DAS CHAGAS, E. E. Direito Empresarial Esquemático. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINS, F. Curso de direito comercial: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

REQUIÃO, R. Curso de direito comercial. 32 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.



Disciplina:	Carga Horária
Teorias da Contabilidade	60h

Ementa: Arqueologia da Contabilidade e o Método das Partidas Dobradas. Fatores sociais, econômicos, culturais, políticos e tecnológicos que influenciaram a contabilidade. As Escolas do Pensamento Contábil na Europa e nos Estados Unidos. A Contabilidade no Brasil. Órgãos regulamentadores da profissão. Estrutura Conceitual. Características da Informação contábil. Mensuração e evidenciação do Ativo, Passivo, Receitas e Despesas sob a visão da teoria contábil. Patrimônio líquido e suas teorias. Perspectivas da profissão. Aspectos gerais e assuntos contemporâneos da ciência contábil. Educação ambiental e cidadania.

Bibliografia Básica:

COELHO, Cláudio U. F.; LINS, Luiz dos S. **Teoria da contabilidade:** abordagem contextual, histórica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos; Faria, Ana Cristina de. **Introdução a Teoria da Contabilidade para Graduação.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017

Bibliografia Complementar:

IUDÍCIBUS, Sergio de; LOPES, Alexsandro B. **Teoria avançada da contabilidade.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu. LOPES, Alexsandro B. **Teoria da contabilidade:** uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

NIYAMA, Jorge K.; SILVA, Cesar A. T. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2013.

NIYAMA, Jorge K. **Teoria da Avançada da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2014.

SUNDER, Shyam. **Teoria da contabilidade e do Controle.** São Paulo: Atlas, 2014.

VIEIRA, Liszt; BREDARIOL, Celso. **Cidadania e Política Ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2006



Disciplina:	Carga Horária
Estrutura das Demonstrações Contábeis	60h

Ementa: Objetivos da análise contábil. Estrutura das Demonstrações Contábeis: aspectos legais e práticos. Análise horizontal e vertical. Análise através de índices. Índice padrão. Alavancagem operacional e financeira. Análise dinâmica do capital de giro. Taxa de retorno de Investimento. Análise de crédito: Risco e Política.

Bibliografia Básica:

BERTI, Anélio. SAVI, Jurandir. Introdução à Análise de Balanços. Curitiba: Juruá, 2012.

MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Alexandre Alcântara. Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

LINS, Luiz dos Santos; FILHO, Francisco José. Fundamentos e Análise das Demonstrações Contábeis: uma abordagem interativa. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu. Et Al. Análise Avançada das Demonstrações Contábeis: Uma abordagem crítica. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante C. Análise Financeira de Balanços: Abordagem básica e gerencial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.



Disciplina:	Carga Horária
Psicologia Organizacional	60h

Ementa: Fundamentos da Psicologia: história, Métodos e atualidades. A Psicologia como Ciência. Fundamentos Biológicos e Sociológicos do Comportamento. Aplicação da Psicologia na Organização. Teoria da Personalidade e Comportamento na Organização. Motivação, Desempenho e Produtividade na Gestão de equipes. Avaliação de Potencial de QI e Personalidade.

Bibliografia Básica:

AGUIAR, M. A. F. de. Psicologia Aplicada à Administração: uma abordagem multidisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2005.

BERGAMINI, C. W. Psicologia Aplicada à Administração de Empresas: psicologia do comportamento organizacional. 4 ed. 8 reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar:

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de. L. T. Introdução ao Estudo de Psicologia. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MINUCUCCI, A. Psicologia Aplicada à Administração. 5 ed. 14 reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. Relações Humanas: psicologia das relações interpessoais. 6 ed. 10 reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.

ROBINS, S. P. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Prentice Hall, 2009.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.



4º PERÍODO

Disciplina:	Carga Horária
Administração Financeira e Orçamento Empresarial	60h

Ementa: Avaliação de títulos da dívida e ações. Decisões de investimentos e orçamento de capital. Relação Risco/Retorno e a Teoria das Carteiras. Precificação de ativos e a hipótese de mercados eficientes. Custo do capital. Financiamento de longo prazo (por capital próprio e de terceiros). Estrutura de capital e política de dividendos. Sistema de orçamento dentro da empresa. Planejamento e controle orçamentário. Orçamento empresarial: Fundamentos e conceitos do orçamento global da empresa. Orçamento de vendas, de produção, de consumo de matéria-prima, de compras, de mão de obra direta, custos indiretos de fabricação. Orçamento de caixa, demonstrativo de resultados projetados e balanço patrimonial. Fluxo de Caixa.

Bibliografia Básica:

FREZATTI, Fábio. **Orçamento Empresarial:** planejamento e controle gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GITMAN, Lawrence J. **Administração Financeira:** Uma abordagem Gerencial. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.

SÁ, Carlos Alexandre, **ORÇAMENTO EMPRESARIAL:** Novas Técnicas de Elaboração e de Acompanhamento. 1ª edição São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT Michael C. **Administração financeira:** teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey F. **Administração Financeira** – corporate finance. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEITE, Hélio de Paula. **Introdução à Administração Financeira.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos da administração financeira.** 10.ed. São Paulo: Makron Books, 2000



Disciplina:	Carga Horária
Empreendedorismo	60h

Ementa: Histórico. Conceito. Importância do Empreendedorismo. Características do Empreendedor. Tipos de empreendedorismo. Os pioneiros empreendedores. O microempreendedor individual e Empreendedor Individual. A startup. O Empreendedorismo e o desenvolvimento econômico. Plano de negócios.

Bibliografia Básica:

BIAGIO, L. A. Empreendedorismo. 1 ed. São Paulo: Manole, 2011.

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LENZI, F. C. A nova geração de empreendedores: guia para elaboração de um plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

DEGEN, R. J. O empreendedor: Empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

GERBER, M. E. O mito do empreendedor: como fazer de seu empreendimento um negócio bem-sucedido. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LAPOLI, E. M.; SILVEIRA, R. M.; FRANZONI, A. M. B.; NUNES, I. Empreendedorismo em organizações do conhecimento. 1 ed. Editora: Pandion, 2011.

MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores: Fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. 2 ed. Prentice Hall Brasil, 2011.

SEIFFERT, P. Q. Empreendendo novos negócios em corporações: estratégias, processos e melhores práticas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.



Disciplina:	Carga Horária
Contabilidade Intermediária I	60h

Ementa: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa, DVA, Demonstração do Resultado Abrangente, Relatório da Administração e Notas Explicativas.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Intermediária IFRS e CPC**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

FIPECAFI *et al.* **Manual de Contabilidade Societária Aplicável a todas as Sociedades**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Pronunciamentos técnicos contábeis 2012**. Brasília: CFC, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) **Interpretações e orientações técnicas contábeis 2012**. Brasília: CFC, 2013.

LOPES DE SÁ, A. **Plano de Contas**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, José Luiz dos Santos; Schmidt, Paulo; FERNANDES, Luciane Alves. **Manual de práticas contábeis: aspectos societários e tributários**.3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.



Disciplina:	Carga Horária
Direito Tributário	60h

Ementa: Sistema Tributário Nacional, Princípios Constitucionais Tributários, Princípios Gerais do Direito Tributário, Administração Tributária. Estado e Direitos Humanos, Crise e Reconstrução. Teoria Jurídica do Direito Financeiro, Teoria Jurídica dos Ingressos Públicos, Teoria Jurídica das Receitas Financeiras Compulsórias, Teoria Jurídica de Orçamento Público, Despesa Pública, Receita Pública, Orçamento e Crédito Público.

Bibliografia Básica:

BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.

CAMPOS, Djalma de. Direito Financeiro e Orçamentário. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BORBA, Cláudio. Direito Tributário. 5a edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2000.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Benedito Antônio; GOMES, Sebastião E., AFFONSO, Antônio G. Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada e Anotada. 3 ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

BRASIL, Lei de Responsabilidade Fiscal: Lei Complementar n. 101 de 04/05/2000. FIGUEIREDO, Carlos Maurício.

NÓBREGA, Marcos. Lei de Responsabilidade Fiscal. Rio de Janeiro: Impetus, 2001.



Disciplina:	Carga Horária
Contabilidade Comercial	60h

Ementa: Introdução ao Estudo da Contabilidade Comercial. Patrimônio da Empresa Comercial. Escrituração. Problemas Contábeis Diversos de uma Empresa Comercial. Operações com Mercadorias. Critérios de Avaliação dos Elementos de Ativo e Passivo. Registros de Operações Comerciais Típicas. Demonstrações Contábeis.

Bibliografia Básica:

HOOG, Wilson Alberto Zappa. Manual de Contabilidade. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2012.

IUDÍCIUS, Sérgio de; MARTINS. Et Al. MANUAL DE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA: Aplicável a todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

HOOG, Wilson Alberto Zappa. Contabilidade: Teoria Básica e Fundamental. Curitiba: Juruá, 2012.

GUERRA, Luciano. Contabilidade Descomplicada. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.



5º PERÍODO

Disciplina:	Carga Horária
Direito do Trabalho e Previdenciário	60h

Ementa: Direito do trabalho e previdenciário no contexto da Constituição. Relação de Emprego: Empregador, Empregado e Contrato de Trabalho. Direitos Sociais previstos na Constituição Federal. Jornada de Trabalho: turnos ininterruptos, intervalos, descansos, horas-extras. Férias, 13º salário. Folha de Pagamento. Encargos sociais e previdenciários. FGTS. Admissão e rescisão de contrato de trabalho. Previdência Social: Estrutura, custeio e benefícios. Legislação Previdenciária.

Bibliografia Básica:

NASCIMENTO, A. M.; NACIMENTO, S. M. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 41. Ed. São Paulo: LTR, 2018.

OLIVEIRA, A. de. **Manual de Prática Trabalhista**. 51. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, S. P. **Constituição, CLT, Legislação Previdenciária e Legislação Complementar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

CASSAR, Vólia Bomfim; BORGES, Leonardo Dias. **Comentários à Reforma Trabalhista: de acordo com a Lei 13.467/2017 e a MP 808/2017**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2018.

GONÇALVES, Gilson. **Resumo prático de cálculos trabalhistas: exemplos e fórmulas**. 3. ed. rev. e. atual. Curitiba: Juruá, 2018.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso Direito do Trabalho**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 34. ed. Saraiva. São Paulo: Atlas, 2018.

OLIVEIRA, A. de. **Manual Prático da Previdência Social**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2006.



Disciplina:	Carga Horária
Contabilidade Tributária	60h

Ementa: Evolução do Sistema Tributário Nacional. Sistema Constitucional Tributário Brasileiro. Fatos Geradores, Contribuintes e Responsáveis, Bases de Cálculo e Alíquotas dos impostos e contribuições sociais devidos pelas Pessoas Jurídicas. Contabilização dos Impostos e Contribuições Sociais. Obrigações Tributárias Principais e Acessórias dos Contribuintes Pessoas Jurídicas, inclusive Obrigações Previdenciárias e Trabalhistas. Jurisprudência Judicial e Administrativa concernentes aos Impostos e Contribuições Sociais.

Bibliografia Básica:

BORGES, Humberto Bonavides. Planejamento tributário. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REZENDE, Amaury José; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, Roberta Carvalho. Contabilidade tributária: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas. São Paulo: Atlas, 2010.

FABRETTI, Láudio Camargo. Contabilidade tributária. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, Hugo de Brito. Crimes contra a ordem tributária. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Luís Martins de; CHIEREGATO, Renato; PEREZ Jr, José Hernandez; GOMES, Marliete Bezerra. Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REIS, Luciano Gomes dos; GALLO, Mauro Fernando; PEREIRA, Carlos Alberto. Manual de contabilização de tributos e contribuições sociais. São Paulo: Atlas, 2010.



Disciplina:	Carga Horária
Contabilidade Intermediária II	60h

Ementa: Tributação pelo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas. Compensação de Prejuízos Fiscais. Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06). Subvenções e Assistências Governamentais (CPC 07). Ajuste a Valor Presente (CPC 12). Estoque (CPC 16). Custos de Empréstimos (CPC 20). Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros (CPC 23). Eventos Subsequentes (CPC 24). Provisões e Contingências (CPC 25). Ativo Não Circulante Mantido para Vendas e Operação Descontinuada (CPC 31). Tributos sobre o Lucro (CPC 32).

Bibliografia básica:

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamentos, interpretações e orientações. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC>.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FIPECAFI *et al.* **Manual de contabilidade Societária Aplicável a todas as Sociedades**. 2 ed. - São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade intermediária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária**. 4. ed. - São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, José Luiz dos Santos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade societária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, José Luiz dos Santos; SCHMIDT, Paulo; FERNANDES, Luciane Alves. **Manual de práticas contábeis: aspectos societários e tributários**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.



Disciplina:	Carga Horária
Contabilidade de Custos I	60h

Ementa: Conceitos Básicos de Custos. Classificação e Nomenclatura dos Custos. Objetivos da Contabilidade de Custos. Apuração de Custos. Apuração dos Materiais, da Mão- de- Obra e dos Custos Indiretos de Produção. Formas do Custeio. Custos Estimados. Custos por Processo. Custos por Ordem Específica da Produção. Centros de Custo. Método de Rateio dos Custos Indiretos. Mapa de Localização dos Custos. Custos Comerciais. Custos Financeiros. Relatórios de Custos. Fluxograma de Custos

Bibliografia Básica:

CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso básico de contabilidade de custos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEONE, George; LEONE, Rodrigo. Curso de Contabilidade de Custos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

ATKINSON, Anthony A.;ET AL. Contabilidade Gerencial. 3 Ed. São Paulo: Atlas,2011.

BRUNI, Adriano Leal. Administração de custos, preços e lucros. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS. Joel J. Contabilidade e Análise de Custos. 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2011.



Disciplina:	Carga Horária
Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social	60h

Ementa: Ambiente da Contabilidade e da Contabilidade Ambiental. Terminologias contábeis ambientais: Ativo, passivo, receitas, gastos, custos e despesas ambientais. Contabilização de eventos ambientais. Gestão ambiental e sustentabilidade empresarial. Balanço social: balanço da transparência corporativa e Sustentabilidade empresarial. Responsabilidade Social. Relatório socioambiental: o que as empresas divulgam no Brasil e no exterior; Indicadores ambientais e socioeconômicos do desempenho sustentável. Legislação ambiental.

Bibliografia Básica:

ASSUMPTO, Luiz Fernando Joly. **Sistema de Gestão Ambiental:** Manual Prático para Implementação de SGA e Certificação ISO 14.001/2004. 4. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2014.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental:** uma informação para o desenvolvimento sustentável. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, Aracéli Cristina; SIQUEIRA, José Ricardo; GOMES, Maia; ZAIDAN, Mônica. **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais.** 2. ed. São Paulo, Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

BRAGA, Célia. **Contabilidade Ambiental:** Ferramenta para a Gestão da Sustentabilidade. 1. ed. São Paulo, Atlas, 2007.

COSTA, Carlos Alexandre Gehm. **Contabilidade Ambiental:** Mensuração, Evidenciação e Transparência. São Paulo: Atlas, 2012.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade Ambiental.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social e o Relatório da Sustentabilidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.



6º PERÍODO

Disciplina:	Carga Horária
Contabilidade das Instituições Financeiras	60h

Ementa: Aplicação da Contabilidade nas Instituições Financeiras. Legislação. Plano de Contas. Registros de Operações Típicas dos Estabelecimentos Bancários e das Cooperativas de Crédito. Demonstrações e Informações Contábeis.

Bibliografia Básica:

CAVALCANTE, Francisco. MISUMI, Jorge Yoshio. Mercado de Capitais. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

EIZIRIK, Nelson. Instituições Financeiras e Mercado de Capitais. São Paulo: Renovar, 2000.

NIYAMA, J. K. Contabilidade das Instituições Financeiras. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

INHEIRO, Juliano Lima. Mercado de Capitais. São Paulo: Atlas, 2002.

SANVICENTE, Antonio Zottato; MELAGI, Filho. Mercado de Capitais e Estratégias de investimento. São Paulo: Atlas, 2003



Disciplina:	Carga Horária
Contabilidade Aplicada ao Setor Público I	60h

Ementa: Setor público: aspectos sociais, políticos e constitucionais. Campo de aplicação da contabilidade pública. Orçamento Público, evolução e princípios. Instrumentos de Planejamento Orçamentário; processo orçamentário; mecanismos retificadores do orçamento; receitas e despesas públicas; gestão fiscal; Licitações e Contratos Administrativos.

Bibliografia Básica:

BRASIL, STN. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público** (MCASP). 8.ed.

Disponível em:

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8%C2%AA%20ed+-+publica%C3%A7%C3%A3o_com+capa_2vs/4b3db821-e4f9-43f8-8064-04f5d778c9f6.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2015

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na gestão municipal**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ARRUDA, Daniel; ARAÚJO, Inaldo. **Contabilidade Pública: Da teoria à Prática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento Aplicado ao Setor Público: abordagem simples e objetiva**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL, MPOG. **Manual Técnico de Orçamento do Governo Federal** (MTO). Brasília, 2018.

QUINTANA *et al.* **Contabilidade Pública: De acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TIMBÓ, Maria Z.F.; PISCITELLI, Roberto B. **Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Financeira Pública**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2014.



Disciplina:	Carga Horária
Contabilidade Avançada I	60h

Ementa: Método do Custo de Aquisição e do Valor Justo. Método de Equivalência Patrimonial e Avaliação de Investimentos (CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto). Propriedade para Investimento (CPC 28). Ações e Debêntures (CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Transação e Divulgação entre Partes Relacionadas (CPC 05). Combinação de Negócios (CPC 15). Educação ambiental e gestão.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso de Contabilidade avançada em IFRS e CPC**. São Paulo: Atlas, 2014.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamentos, interpretações e orientações. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC>.

FIPECAFI. IUDÍCIBUS, S *et al.* **Manual de contabilidade Societária Aplicável a todas as Sociedades**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia complementar:

PEREZ JUNIOR, José Hernandes; OLIVEIRA, Luís Martins de. **Contabilidade avançada: texto e testes com as respostas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade avançada**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RIOS, Ricardo Pereira; MARION, José Carlos. **Contabilidade Avançada**. São Paulo: Atlas, 2017.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade avançada**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VELTER, Francisco; MISSAGIA, Luiz. **Contabilidade avançada**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.



Disciplina:	Carga Horária
Contabilidade de Custos II	60h

Ementa: Métodos de Custeio. Custeio Variável e Custeio de Absorção. Análise de Custo/Volume/Lucro. Margem de Contribuição. Análise do Ponto de Equilíbrio. Margem de Segurança. Custeio Baseado em Atividades. Controle, Custos Controláveis e Custos Estimados. Custo Padrão. Análise de Variâncias de Custos.

Bibliografia Básica:

CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso básico de contabilidade de custos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEONE, George; LEONE, Rodrigo. Curso de Contabilidade de Custos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

ATKINSON, Anthony A.; ET AL. Contabilidade Gerencial. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BRUNI, Adriano Leal. Administração de custos, preços e lucros. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS. Joel J. Contabilidade e Análise de Custos. 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

WERNKE, Rodney. Gestão dos Custos no Comércio Varejista. Curitiba: Juruá, 2010.



7º PERÍODO

Disciplina:	Carga Horária
Contabilidade Aplicada ao Setor Público II	60h

Ementa: Estrutura Conceitual; Composição do patrimônio público; Plano de Contas; Avaliação de Ativos e Passivos; Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público; transações com e sem contraprestação. Procedimentos contábeis orçamentários e procedimentos contábeis patrimoniais. Efeitos práticos da visão patrimonial sobre procedimentos específicos.

Bibliografia Básica:

BRASIL, STN. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. 8. ed. Disponível em:
http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8%C2%AA%20ed+-+publica%C3%A7%C3%A3o_com+capa_2vs/4b3db821-e4f9-43f8-8064-04f5d778c9f6.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público: abordagem simples e objetiva**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na gestão municipal**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ARRUDA, Daniel; ARAÚJO, Inaldo. **Contabilidade Pública: Da teoria à Prática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

QUINTANA, *et al.* **Contabilidade Pública: De acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TIMBÓ, Maria Z.F.; PISCITELLI, Roberto B. **Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Financeira Pública**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2014.



Disciplina:	Carga Horária
Trabalho de Conclusão de Curso I - TCC I	60h

Ementa: Orientações para construir o projeto de Pesquisa para o Trabalho de Conclusão do curso.

Bibliografia Básica:

CARLOS, GIL,. A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2017. (MINHA BIBLIOTECA).

JUDITH, BELL. **Projeto de Pesquisa**. São Paulo: Grupo A, 2008. (MINHA BIBLIOTECA).

MARIA, LAKATOS. E. Técnicas de Pesquisa. São Paulo: Grupo GEN, 2021. (MINHA BIBLIOTECA).

Bibliografia Complementar:

CORDEIRO, Farias.Filho,. M.; Arruda Filho, Emílio J. M. Planejamento da Pesquisa Científica, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2015. (MINHA BIBLIOTECA).

LOESCH, Cláudio.; HEIIN, Neslon. Pesquisa Operacional - fundamentos e modelos. São Paulo: Editora Saraiva, 2008. (MINHA BIBLIOTECA).

SAMPIERI, Roberto. H.; COLLADO, Carlos. F.; LUCIO, María.del.Pilar. B. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: Grupo A, 2013. (MINHA BIBLIOTECA)

MATIAS-PEREIRA. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Grupo GEN, 2016. (MINHA BIBLIOTECA).

ZAMBERLAN, Luciano. Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas. São Paulo: Editora Unijuí, 2016. (MINHA BIBLIOTECA).



Disciplina:	Carga Horária
Contabilidade Avançada II	60h

Ementa: Reservas de Lucros e Reservas de Capital. Matriz e Filial. Concentração e Extinção das Atividades das Empresas – Aspectos Contábeis e Tributários. Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversões das Demonstrações Contábeis (CPC 02). Demonstração Intermediária (CPC 21). Demonstrações Contábeis Consolidadas (CPC 36).

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso de Contabilidade avançada em IFRS e CPC.** São Paulo: Atlas, 2014.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamentos, interpretações e orientações. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC>.

IUDÍCIBUS, S *et al.* **Manual de contabilidade Societária Aplicável a todas as Sociedades.** 2 ed. - São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade avançada:** textos, exemplos e exercícios resolvidos. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade avançada.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RIOS, Ricardo Pereira; MARION, José Carlos. **Contabilidade Avançada.** São Paulo: Atlas, 2017.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade avançada.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VELTER, Francisco; MISSAGIA, Luiz. **Contabilidade avançada.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.



Disciplina:	Carga Horária
Estágio Curricular Supervisionado I	135h

Ementa: Atividade supervisionada na área de gestão para elaboração de um projeto de intervenção empresarial, com a análise de todas as fases do estágio, objetivando a resolução de problemas na realidade organizacional em objeto no estudo, através de propostas de mudanças para os fenômenos observados.

Bibliografia Básica

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; LVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação de estágio supervisionado. São Paulo: Pioneira, 2003.

GUIMARAES, Ivan Lima. Manual de estágio e as carreiras profissionais. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

LIMA, Manolita Correia (org). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Pioneira, 2008.

Bibliografia Complementar

LARSON, Erik W.; GRAY, Clifford F. Gerenciamento de Projetos - o processo gerencial. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2016. E-book.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315p. Reimp. 2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2a ed. São Paulo: Atlas, 2007. 118p. 2 reimp. 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23a ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304p. 6 reimp. 2011.

VERGARA, Sylvia Constant et al. Métodos de pesquisa em administração. 2a ed. São Paulo: Atlas, 2006. 287p. YIN, Robert. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



Disciplina:	Carga Horária
Análise das Demonstrações Financeiras	60h

Ementa: Objetivos e Finalidades da Análise das Demonstrações Contábeis. Análise Vertical e Horizontal. Análises de Índices Financeiros, de Estrutura de Capitais e de Rentabilidade. Método Dupont. Índice de Rotação e de Atividade. Análise do Capital de Giro. Alavancagem Operacional e Financeira. Relações entre fluxo de caixa, lucro e accruals. Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Análise de crescimento e lucros sustentáveis. Criação de valor contábil e econômico.

Bibliografia Básica:

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis:** Contabilidade Empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis.** São Paulo: Atlas, 2014.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços:** abordagem gerencia. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico financeiro: comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DA SILVA, J. P. **Análise Financeira das Empresas.** 13. ed. São Paulo: CENGAGE, 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanço.** São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de *et al.* **Contabilidade Introdutória:** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações:** aplicável também às demais sociedades. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.



8º PERÍODO

Disciplina:	Carga Horária
Controladoria	60h

Ementa:

Conceitos Básicos de Controladoria. Funções da Controladoria. O papel do Controller. Planejamento Estratégico e Operacional. Planejamento Financeiro. Técnicas de Análise de Investimentos. Ferramentas de Gestão. Avaliação de Desempenho Organizacional. Teoria da Agência e Governança Corporativa. Sistemas de Controles Internos

Bibliografia Básica:

LUNKES, R; SCHNORRENBERGER, D. Controladoria: na Coordenação dos Sistemas de Gestão. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, Auster; REGINATO, Luciane. Controladoria: Um Enfoque na Eficácia Organizacional. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Luís Martins, Perez Jr., José Hernandez, Silva, Carlos Alberto dos Santos. Controladoria Estratégica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010

Bibliografia Complementar:

SCHIMIDT, Paulo (organizador). Controladoria: agregando valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MORANTE, Antônio Salvador; JORGE, Fauzi Timaco. Controladoria: análise financeira, planejamento e controle orçamentário. São Paulo: Atlas, 2008.



Disciplina:	Carga Horária
Estágio Curricular Supervisionado II	135h

Ementa: Atividade supervisionada na área de gestão para elaboração de um projeto de intervenção empresarial, com a análise de todas as fases do estágio, objetivando a resolução de problemas na realidade organizacional em objeto no estudo, através de propostas de mudanças para os fenômenos observados.

Bibliografia Básica

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; LVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação de estágio supervisionado. São Paulo: Pioneira, 2003.

GUIMARAES, Ivan Lima. Manual de estágio e as carreiras profissionais. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

LIMA, Manolita Correia (org). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Pioneira, 2008.

Bibliografia Complementar

LARSON, Erik W.; GRAY, Clifford F. Gerenciamento de Projetos - o processo gerencial. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2016. E-book.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315p. Reimp. 2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2a ed. São Paulo: Atlas, 2007. 118p. 2 reimp. 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23a ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304p. 6 reimp. 2011.

VERGARA, Sylvia Constant et al. Métodos de pesquisa em administração. 2a ed. São Paulo: Atlas, 2006. 287p. YIN, Robert. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



Disciplina:	Carga Horária
Noções de Atuária	60h

Ementa: Introdução ao Estudo de Auditoria Contábil. Teoria da Prova Auditorial. Estudo das Finalidades da Auditoria. Aspectos Teóricos e Práticos das Normas de Auditoria e Princípios Fundamentais de Contabilidade. Sistemas de controles Internos. Revisão das Normas Técnicas de Contabilidade. Procedimentos Utilizados na Revisão das Demonstrações Contábeis.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria contábil: teoria e prática. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PEREIRA, Alexandre Demétrius. Auditoria das Demonstrações Contábeis: Uma abordagem Jurídica e Contábil. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. Auditoria de impostos e contribuições: IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, ICMS, IPI, ISS. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LINS, Luis dos Santos. Auditoria: Uma abordagem Prática com ênfase na Auditoria Externa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.



Disciplina:	Carga Horária
Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II	

Ementa: conforme orientações do docente orientador e Instrução Normativa de TCC II.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:.

Disciplina:	Carga Horária
Atividades Complementares	120

Ementa: Conforme Instrução Normativa de AC do Curso.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:



Disciplina:	Carga Horária
Auditoria	60h

Ementa: Auditoria Interna e Externa. Auditoria Contábil, fiscal e de Sistema. Procedimentos de Auditoria. Auditoria por Amostragem. Exames de Saldos Contábeis. Planejamentos de Auditoria. Organização de Serviços de Auditoria. Relatórios e Pareceres de Auditoria.

Bibliografia Básica:

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. Auditoria de impostos e contribuições: IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, ICMS, IPI, ISS. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria contábil. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010

Bibliografia Complementar:

ATTIE, William. Auditoria: conceitos e aplicações. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. PEREZ JUNIOR, José Hernandez. Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012

.LINS, Luis dos Santos. Auditoria: Uma abordagem Prática com ênfase na Auditoria Externa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012. MAUTZ, Robert Kuhn. Princípios de Auditoria (Tradução Hilário Franco). v. 2. São Paulo: Atlas. 1985

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.



DISCIPLINAS ELETIVAS RESTRITIVAS

Disciplina:	Carga Horária
Língua Brasileira Dos Sinais – Libras	60h

Ementa: História dos movimentos políticos organizados por associações de surdos e suas conquistas. A diferença entre linguagens e língua e as implicações para se pensar os processos identitários. A Língua Brasileira de Sinais, suas singularidades linguísticas e seus efeitos sobre o desenvolvimento, aquisição da língua(gem) e produções culturais. O campo e objetos dos "Estudos Surdos em Educação" bem como suas relações com a Psicologia Educacional. As bases epistemológicas das diferentes formas de se entender a inclusão de pessoas surdas.

Bibliografia Básica

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do FERNANDES, E. (Org.). Surdez e Bilingüismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LACERDA, C. B.F. de; GÓES, M. C. R. de; (Orgs.) Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000.

MOURA, M. C. de. O surdo, caminhos para uma nova Identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000. Professor. 4. ed. Rio de Janeiro: Libras, 2005.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

THOMA, A.; LOPES, M. (Orgs). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.



Disciplina:	Carga Horária
História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	60h

Ementa: Questão étnica e racial no Brasil: debates e disputas historiográficas e sócio- políticas. População negra e indígena na sociedade brasileira em seus contextos históricos; Movimentos sociais negros e indígenas e perspectiva de valorização das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas. Afirmção da identidade étnico-racial e luta por políticas de ações afirmativas. Ensino de História e seu papel na discussão e na elaboração de subsídios para a materialidade da Lei n.º10.639/2003 e da Lei n.º 11.645/2008, e de suas diretrizes curriculares para a reeducação das relações étnico-raciais no espaço escolar.

Bibliografia Básica

CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares**. São Paulo: editora Nacional, 1988.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía org. **Educação, história e relações raciais**: debates em perspectiva.1. ed.São Paulo: Livraria da física, 2015.

SILVA, Giovani José, D. e Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa. **Histórias e culturas indígenas na Educação Básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Eliane. **Raça**: conceito e preconceito. São Paulo: Ática, 1997.

BENJAMIN, R. **A África Está Em Nós-História e Cultura Afro-brasileira**. São Paulo: ed. Grafset, 2004, V 1

BRASIL. **Educação Anti-Racista**: Caminhos Abertos Pela Lei Federal no 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

BRASIL.**Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: SECADI, 2013.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

CUNHA. Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras.1992.



Disciplina:	Carga Horária
Inglês Instrumental	60h

Ementa: Desenvolvimento de habilidades de leitura utilizando gêneros textuais escritos em língua inglesa, desenvolvendo vocabulário específico relevante às necessidades e habilidades relacionadas com a área de atuação profissional e acadêmica. Para a leitura e compreensão dos vários gêneros textuais o aluno deverá ter domínio de estratégias de leitura, tais como: reconhecimento de cognatos, palavras repetidas, dicas tipográficas, skimming, scanning, prediction, selectivity, inferência. Além da identificação de aspectos linguísticos que interferem na compreensão textual, tais como grupos nominais, classes de palavras, grupos verbais, estrutura da sentença ativa e passiva e elementos de coesão. Assim, serão desenvolvidas com os alunos práticas sócio-interacionais mediadas pela linguagem objetivando formar um leitor crítico, ativo e mais reflexivo, que possa tornar-se sujeito da sua aprendizagem.

Bibliografia Básica

CRUZ, D.; OLIVEIRA, A. Inglês para administração e economia. São Paulo: Disal, 2007.

MUNHOZ, R. Inglês instrumental: estratégias de leitura. São Paulo: Textonovo, 2000.

MURPHY, R. Essential grammar in use. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Bibliografia Complementar

AZAR, B. S. Understanding and using english grammar. New York: Longman, 2009.

BEAUMONT, J. Building skills for the TOEFL ibt. White Plains. Pearson Education, Inc, 2006.

MCCARTHY, Michael; MCCARTEN, Jeanne; SANDIFORD, Helen. Touchstone 2: teacher's edition. Cambridge: Cambridge University, 2005.

MURPHY, Raymond. English grammar in use: a self-study reference and practice book for intermediate students: with answers. 4nd ed. Cambridge: Cambridge University, 2012.

TEODOROV, V. (Org.). Freeway. São Paulo: Richmond Educação, 2010. MURPHY, Raymond; SMALZER, William R. Basic grammar in use: reference and practice for students of North American English. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University, 2011.



Disciplina:	Carga Horária
Gestão Ambiental	60h

Ementa: Conceitos de gestão ambiental. Legislação ambiental. Evolução dos conceitos de proteção ambiental. Sistema de gestão ambiental. Normas ambientais. Interpretação e aplicação da norma ISO 14001. Implementação de um sistema de gestão ambiental.

Bibliografia Básica

CURI, D. (Org.). Gestão ambiental. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

JARDIM, A.; TOSHIDA, C.; MACHADO JUNIOR, V. Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos. Barueri: Manole, 2012.

PHILIPPI, A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. Curso de gestão ambiental. 2. ed. Barueri: Manole, 2014.

Bibliografia Complementar

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira; IBRAHIN, Francini Imene Dias. Legislação ambiental. São Paulo: Érica, 2014.

DIAS, Genebaldo Freire. Dinâmicas e instrumentação para educação ambiental. São Paulo: Gaia, 2010.

EDUCAÇÃO ambiental e sustentabilidade. 2. ed., rev. e atual. Barueri: Manole, 2014.

GREGORY, R. FAILING, L. HARSTONE, M. Structured decision making: a practical guide to environmental management choices. Hoboken, NJ, USA: Wiley-Blackwell, 2012.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 19. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2011.



Disciplina:	Carga Horária
Direitos Humanos	60h

Ementa: Direitos Humanos: aspectos filosóficos, históricos, jurídicos, políticos e sociais. As Declarações Internacionais. Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. Direitos Humanos no Brasil: atualidade e desafios. Direitos Humanos e Hermenêutica. Direitos Humanos e a Legislação Processual Brasileira.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Ulisses F.; AQUINO, Júlio Groppa. Os Direitos Humanos na Sala de Aula: A Ética Como Tema Transversal. São Paulo: Moderna, 2001.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Cidadania em Preto e Branco: discutindo as relações sociais. São Paulo: Ática, 2014.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 2011.

Bibliografia Complementar

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e Direitos Humanos. In: REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. Construindo a Cidadania: Desafios para o Século XXI. Capacitação em Rede. Recife: RBDH, 2001.

_____. Vera Maria, et al. Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos. Petrópolis: Vozes, 2003.

CANDAU, Vera e SACAVINO, Susana (orgs.). Educar em Direitos Humanos. Rio de Janeiro: D&P Editora, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. 10ª.Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

OLIVEIRA, L. A. Turismo para gays e lésbicas: uma viagem reflexiva. São Paulo: Roca, 2002



Disciplina:	Carga Horária
Governança Corporativa E Compliance	60h

Ementa: Conceitos de governança corporativa. Função-objetivo das empresas. Teoria de agência. Mecanismos internos e externos de governança corporativa. Governança corporativa no Brasil e no mundo. Conselho de administração, comitê de auditoria e conselho fiscal. Incentivos e remuneração de executivos. O papel dos investidores institucionais na governança corporativa. Governança corporativa em empresas familiares. Governança corporativa em fusões e aquisições. Governança corporativa e sustentabilidade. Principais códigos de governança corporativa no Brasil e no mundo. Escândalos financeiros no Brasil e no mundo.

Bibliografia Básica

BORNHOLDT, W. Governança na empresa familiar: implementação e prática. Porto Alegre: Bookman, 2005.

MALLIN, C. A. Corporate governance. 3 ed. New York: Oxford, 2010.

SILVA, A. L. C.; Governança corporativa e sucesso empresarial: melhores práticas para aumentar o valor da firma. São Paulo: Saraiva, 2006.

Bibliografia Complementar

BORTOLON, P. M.; LEAL, R. P. C. Determinantes e consequências das operações de unificação de ações no Brasil. In: 9º Encontro Brasileiro de Finanças, 2009, São Leopoldo.

DUTRA, M. G. L.; SAITO, R. Conselhos de Administração: análise de sua composição em um conjunto de companhias abertas brasileiras. Revista de Administração Contemporânea, v. 6, n. 2, p. 9-27, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBCG). Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 5. ed. São Paulo: IBCG, 2015.

JENSEN, M. C. Agency costs of free cash flow, corporate finance and takeover. American Economic Review, v. 76, n. 2, p. 323-329, 1986.

LEAL, R. P. C.; SILVA, A. L. C.; VALADARES, S. M. Estrutura de controle e propriedade das companhias brasileiras de capital aberto. Revista de Administração Contemporânea, v. 6, n. 1, p. 7- 18, 2002.



Disciplina:	Carga Horária
Contabilidade Para Micro E Pequenas Empresas	60h

Ementa: Microempresa e empresa de pequeno porte. Regulamentações da escrituração contábil. Escrituração contábil para micro e pequenas empresas. Demonstrações contábeis para micro e pequenas empresas. Obrigações simplificadas para micro e pequenas empresas.

Bibliografia Básica

FERRONATO, Airto João. Gestão contábil-financeira de micro e pequenas empresas: sobrevivência e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Edivan Moraes. Manual da contabilidade simplificada para micros e pequenas empresas (ITG 1.000). 5. ed. São Paulo: IOB, 2013.

VEIGA, Windsor Espenser; SANTOS, Fernando de Almeida. Contabilidade: com ênfase em micro, pequenas e médias empresas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

IUDICIBUS, Sérgio de...[et.al.]. Manual de contabilidade societária. FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras, FEA/USP. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PAULA, José Carlos de; MARINS, Telmo Santos. Gestão de Crédito para Micro e Pequenas Empresas. 1. ed. São Paulo: IOB, 2012.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica Fácil. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SANTOS, José Luiz dos ... [et.al.]. Manual de práticas contábeis: aspectos societários e tributários. 2. ed. Atualizada pela Lei n° 11.941/09 e pelas Normas do CPC. São Paulo: Atlas, 2011.



Disciplina:	Carga Horária
Perícia Contábil	60h

Ementa: Aspectos introdutórios da perícia contábil. Distinção entre auditoria e perícia contábil. Distinção entre Perito e Assistente Técnico. Normas Relativas ao Perito e Assistente Técnico. Tipos e Normas da Perícia. Diligências. Planejamento Pericial. Laudo Pericial Contábil. Impugnação e rejeição do laudo. Mercado e Honorários Periciais. Proposta, justificativa e responsabilidade pelo pagamento.

Bibliografia Básica

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. Perícia contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012

COSTA, João Carlos Dias da. Perícia contábil: aplicação prática. São Paulo: Atlas, 2016

HOOG, Wilson Alberto Zappa. Perícia contábil: normas brasileiras – interpretadas e comentadas à luz dos Códigos Civil, Processo Civil e Penal. 2. ed. São Paulo: juruá, 2007.

Bibliografia Complementar

MAGALHAES, Antônio de Deus Farias. Perícia contábil: Uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017

SÁ, Antônio Lopes de. Perícia contábil. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; GOMES, José Mário Matsumura. Fundamentos da perícia contábil. São Paulo: Atlas, 2006

SOUZA, Clóvis de; et al. Perícia contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ZANNA, Remo Dalla. Prática de perícia contábil. 2. ed. São Paulo: IOB Thomson, 2007

5.3.3 Conteúdos Curriculares

A matriz curricular do curso de Ciências Contábeis abarca os conteúdos curriculares necessários para a formação profissional, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos, metodológicos e técnicos da ciência contábil, que possibilita capacitar os(as) discentes para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, ambientais e políticas no contexto da contabilidade, a partir do da base do ensino, pesquisa, inovação e extensão.

Importante ressaltar que os conteúdos são um meio para o desenvolvimento de



competências, habilidade e atitudes. Para Zabala (1998), o conteúdo curricular deve ser entendido como tudo quanto se tem que aprender para alcançar determinados objetivos que não apenas abrangem as capacidades cognitivas, como também incluem as demais capacidades. Dentro desta perspectiva, o curso de Ciências Contábeis compreende que os conteúdos curriculares fomentados serão balizadores do processo de formação e contemplarão os diversos campos de conhecimentos do contador, necessários para sua ação social.

Deste modo, em atendimento aos objetivos do curso e a Diretrizes Curriculares do Curso os conteúdos curriculares irão ao encontro ao desenvolvimento de competências do perfil do egresso, principalmente no que se refere ao preparo e análise de informações financeiras relevantes e fidedignas, ao planejamento estratégico no apoio das tomadas de decisão, na auditoria de financeiras e de serviços, na análise e no controle de risco, bem como na utilização das tecnologias da informação para elaboração de formação consistentes.

Os conteúdos curriculares, na perspectiva de uma formação crítica, ética e reflexiva, abordará questões relacionadas à educação ambiental, educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em disciplinas específicas de forma interdisciplinar. Aqui, fazemos os apontamentos de algumas disciplinas que poderão abordar essas temáticas são:

No que diz respeito a Educação Ambiental, as discussões poderão ser abordadas em Leitura e Produção Textual, na produção e elaboração e de vários textos usando essa temática; Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social, tratará dos aspectos que envolvem a gestão ambiental e sustentabilidade nas responsabilidades, bem como a responsabilidade social das empresas diante das questões ambientais e, por fim, Contabilidade Avançada I, que tratará das educação ambiental como requisito básico, na elaboração de métodos de custo e valor, dentre outros elementos.

Os conteúdos que tratam das relações étnico-raciais, a diversidade cultural e as suas interrelações com a contabilidade serão abordados com ênfase nas reflexões trazidas pelas disciplinas de Sociologia das Organizações em Leitura e Produção Textual.

Contextualizar a contabilidade como campo do conhecimento científico com o enfoque em uma abordagem dos Direitos Humanos é repensar a contabilidade enquanto prática social para entender seus desdobramentos, assim como suas raízes nos sistemas de opressão vigente (Lopes; Lima, 2022, 5). Para o curso de Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL esta abordagem estará contemplada com maior destaque na disciplina de Sociologia das Organizações e em Instituições de Direito Público e Privado ao discutir o exercício do Direito como forma de assegurar os interesses dos grupos minoritários. Para além dessas disciplinas,



Fundamentos de Tecnologia da Informação ao discutir o contexto organizacional e os impactos sociais e éticos nos sistemas.

Outro aspecto relevante, no processo de formação para o egresso de Ciências Contábeis são as discussões acerca da acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência. As Ciências Contábeis diante do seu papel de fornecer informações confiáveis e fidedignas para a tomada de decisões da gestão pública e privada assume a função de orientar de forma inclusiva e assertiva tais decisões no processo de inclusão de pessoas com deficiência. Desde modo, o curso discutirá com relevo nas disciplinas de Leitura e Produção Textual, Metodologia do Trabalho Científico, bem como as disciplinas que abordam a produção de dados.

5.3.4 Integração Curricular

Em conformidade com o Regimento Geral do Ensino de Graduação, Resolução n.º 185/2022 – CONSUN/UEMASUL, a integralização curricular é alcançada pela conclusão de todos os componentes curriculares estruturados em sequências didáticas que articulam as diferentes disciplinas. Essa abordagem visa proporcionar uma visão completa e integrada do currículo, buscando superar a fragmentação do mesmo.

A integralização do currículo do curso resultará na obtenção do diploma correspondente. O acompanhamento da integralização será realizado semestralmente pela Direção do Curso em conjunto com a Coordenadoria de Ensino e Aprendizagem (CEA/PROGESA). O prazo estabelecido para a integralização curricular é de no mínimo 8 (oito) semestres e, no máximo, 12 (doze) semestres. Durante esse período, os(as) discentes devem completar um total de 3.000 (três mil e horas) horas distribuídas no decorrer dos períodos seguinte maneira:

Tabela 08: Carga Horária para integralização do curso de Ciências Contábeis Bacharelado – CCANL

	CARGA HORÁRIA
Núcleo Básico	960 horas
Núcleo Específico	1470 horas
Núcleo Livre Eletivo	180 horas
Núcleo Integrador	120 horas
Estágio Curricular obrigatório	270 horas
TOTAL	3.000 horas

Elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), 2024.



Além da integralização do currículo, para a obtenção do diploma de Bacharel em Ciências Contábeis, o(a) discente deverá, obrigatoriamente, se submeter ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) quando este for oferecido.

5.3.5 Interdisciplinaridade

O curso de Ciências Contábeis do CCANL trabalhará a interdisciplinaridade ao longo de toda estrutura curricular, com práticas que possibilitarão a construção do conhecimento de forma integrada e interdisciplinar a partir da organização das disciplinas na matriz. É importante destacar que conforme determinam as diretrizes curriculares do curso, o profissional contador deve estar atento às diversidades e questões de âmbito social, ambiental e de governança que envolvem as entidades nas quais este profissional está inserido. Para tanto, desde a sua formação o profissional deve desenvolver competências para trabalhar os diversos conhecimentos e utilizar das várias habilidades para exercê-los na sua profissão.

Tendo em vista este aspecto, o curso de Ciências Contábeis define um currículo que atende ao perfil pedagógico e profissional, de forma que desenvolve as competências e habilidades necessárias ao profissional contador, assim todas as disciplinas foram organizadas considerando a interdisciplinaridade, possibilitando que um mesmo objeto do conhecimento seja abordado em várias disciplinas, e o seu estudo possa ser relacionado a partir de vários enfoques,

Assim, a interdisciplinaridade proporciona o conhecimento integral na formação do contador, possibilitando-lhe sair da universidade preparado para enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, no qual pode desenvolver habilidades relacionadas às diversas áreas do conhecimento, buscando soluções de problemas, pois o grande desafio do contador é auxiliar os diversos setores dentro da organização. o aluno não consegue formar uma compreensão global e indivisível da contabilidade como Ciência, envolver os conhecimentos das várias disciplinas além de relacionar a teoria e prática.

5.3.6 Compatibilidade entre hora-aula e hora-relógio



O regime de integralização da carga horária dos cursos de graduação da UEMASUL leva, em consideração, o que está previsto na Resolução n.º 25/2017 – CONSUN/UEMASUL, onde define que a carga horária de trabalho efetivo é mensurada em 60 minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, o que compreende em: aula expositivas e preleções e atividades práticas supervisionada, tais como laboratórios em bibliotecas, iniciação científica trabalhos individuais e em grupo, aulas de campo, projetos extensionistas, práticas de ensino, estágios e outras de caráter educativo e prático. Deste modo, o curso de graduação cumpre integralmente a carga horária prevista neste Projeto Pedagógico, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

5.4 Metodologia de ensino utilizada no curso

A metodologia de ensino a ser utilizada no curso de Ciências Contábeis do CCANL, se baseia primordialmente nas determinações da Resolução n.º 185/2022 – CONSUN/UEMASUL, que no seu Art. 1º, § 1º assinala que:

os cursos de graduação da UEMASUL obedecerão a princípios metodológicos que, admitindo a diversidade de meios, promovam a integração com a pesquisa, a extensão e a inovação, relação teórico-prática como elementos indissociáveis do processo ensino-aprendizagem, na perspectiva da relação entre docente e o conhecimento.

Desta forma, o professor tem o papel de mediador no processo de ensino-aprendizagem, e os métodos a serem utilizados por ele são importantes para garantir a efetividade do processo. Desse modo, a metodologia de ensino desempenhada pelos docentes do curso de Ciências Contábeis do CCANL, sob a perspectiva do Projeto Pedagógico, está em consonância com uma sequência lógica na disposição das disciplinas teórico-práticas, bem como o conteúdo e carga horária, o que permite clareza na intencionalidade docente na formação do perfil do egresso.

O Curso de Ciências Contábeis visa promover aos alunos conhecimentos teóricos e práticos, possibilitando-os atuarem futuramente nas áreas diversas que a profissão abarca, com a competência de tomar decisões quando necessário, bem como usar do pensamento crítico e reflexivo em sua prática profissional. Assim, o caminho metodológico a ser desenvolvido no curso, possibilitará não só a aprendizagem dos conhecimentos científicos, mas também auxiliará no desenvolvimento das competências, habilidades e atitudes necessárias ao exercício da prática profissional do egresso de Ciências Contábeis.

Os procedimentos, técnicas e métodos de ensino utilizados no curso de Ciências



Contábeis do CCANL serão diversificados e irão dialogar com o que rege as DCN's, e as normativas Institucionais, tendo em vista a prática das metodologias com estratégias ativas que visam uma aprendizagem significativa, proporcionando o protagonismo e autonomia discente, assim como uma proposta de inovação para o curso.

Tendo em vista esse aspecto, Berbel (2011, p.29) define o conceito de metodologias ativas como “formas de desenvolver o processo de aprender, utilizando experiências reais ou simuladas, visando às condições de solucionar, com sucesso, desafios advindos das atividades essenciais da prática social, em diferentes contextos.”

A metodologia no curso de Ciências Contábeis, além de trabalhar estratégias ativas de aprendizagem, trabalha a formação integrada, que busca identificar as relações entre as realidades estudadas e os conceitos entre domínios complementares. Essa abordagem metodológica caracteriza-se pela constante integração entre teoria e prática, bem como pela promoção de diálogos entre os componentes curriculares que se complementam na formação profissional.

Tais métodos vão ao encontro das necessidades dos alunos e direcionadas pelos docentes, que dentre elas, podem ser: aulas expositivas e dialogadas, apoiadas ou não por equipamentos audiovisuais; desenvolvimento de núcleos de estudo e pesquisa, utilizando-se do trabalho em equipe para consecução dos objetivos; a apresentação de seminários, grupos de discussão, grupos de observação e verbalização; trabalhos, escritos ou orais, individuais e em grupo; estudos de casos; visitas técnicas, virtuais e com amparo na utilização de recursos multimídia; pesquisas científicas; participação em eventos organizados pela UEMASUL ou em parceria com outras instituições e/ou entidades ligadas à área da Contabilidade; uso de metodologia ativa baseada em problemas que são apresentados aos estudantes e estes procuram a solução em grupo com o desenvolvimento das tarefas tutoradas pelo docente.

5.5 Estágio Curricular Obrigatório e práticas contábeis

O estágio curricular obrigatório deve proporcionar aos discentes experiências entre a teoria e prática, ou seja, permitir a esses alunos a participação em situações reais do ambiente de trabalho vinculadas aos objetivos traçados pelo curso, bem como em articulação com as competências do perfil do egresso. Tais objetivos deverão priorizar a formação do futuro profissional da contabilidade em seus principais núcleos de atuação: em entidades públicas e em entidades privadas.

O estágio curricular obrigatório do Curso de Ciências Contábeis do



CCANL/UEMASUL deverá constituir momentos de aquisições e práticas para a finalidade de aprimoramento de habilidades estabelecidas pela a DCN de Ciências Contábeis, as quais consolidam a formação profissional desses discentes. Dessa forma, o estágio supervisionado pode será considerado com um instrumento avaliativo do curso de graduação, visto que deverá verificar a articulação entre os conhecimentos das disciplinas com as práticas de experiências profissionais.

Por isso, o estágio curricular supervisionado do curso de Ciências Contábeis do CCANL/UEMASUL terá no total de 270 horas de atuação totalizantes, este acontecerá sobre a supervisão de um orientador. Tais horas serão distribuídas em duas disciplinas sendo a primeira Estágio Curricular Supervisionado I, que estará presente no 7º período do curso e contará com 135 horas totais, enquanto a segunda, Estágio Curricular Supervisionado II, será ofertada no 8º período e também contará com 135 horas totais.

Outrossim, essas atividades supervisionadas na área de gestão servirão para elaboração de um projeto de intervenção empresarial, com a análise de todas as fases do estágio, objetivando a resolução de problemas na realidade organizacional em objeto no estudo, através de propostas de mudanças para os fenômenos observados. Portanto, é válido ressaltar que os setores de supervisão e observação serão conveniados com a coordenação do curso de Ciências Contábeis Bacharelado, que mediará o curso com informações, avaliações, planejamentos e encaminhamento dos termos de convênio às instituições concedentes, tanto públicas com privadas.

5.6 Atividades Complementares (A/C)

O objetivo principal das Atividades Acadêmico-Complementares (AC) é complementar a prática acadêmica, incentivando estudos adjacentes, bem como a iniciação científica direcionada ao desenvolvimento de pesquisas, extensão e inovação no âmbito das Ciências Contábeis. Além da produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), necessário para integralização do curso, os(as) discentes são estimulados(as) a desenvolver projetos, relatórios e artigos científicos, a participar e organizar eventos, bem como a se envolverem em programas de iniciação científica, inovação e extensão. É importante salientar que tais atividades devem totalizar no mínimo 120 horas, distribuídas em diferentes atividades que estarão listadas na Instrução Normativa de AC.

Sendo assim, almeja-se que o(a) profissional bacharel em Ciências Contábeis tenha a capacidade de tomar decisões e de refletir sobre sua prática como profissional e pesquisador (a)



da área, transformando seu ambiente de trabalho em um ambiente de pesquisa ao qual possa se dedicar atentamente. Pretende-se, dessa forma, que o(a) discente adquira conhecimento para agir em seu ambiente de trabalho, buscando aprimorar e ampliar os movimentos profissionais, assim como o sistema econômico e o meio sociocultural aos quais se aplica.

Atribui-se caráter de obrigatoriedade às AC do curso de Ciências Contábeis de acordo com a Resolução nº 185/2022 – CONSUN/UEMASUL, que rege os cursos de graduação da UEMASUL, sendo responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso estabelecer regularmente as atividades, considerando carga horária mínima de 120 horas e adequação.

As AC, em consonância com as orientações deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC), serão ofertadas com o objetivo de promover atividades interativas e colaborativas, buscando permitir que os conhecimentos possíveis, mediante a realização delas, possam ser constituídos por meio do diálogo e da organização e síntese das informações apresentadas neste diálogo. A carga horária correspondente às AC está distribuída com foco em: Atividades de Ensino; Atividades de Pesquisa; Atividades de Extensão; Atividades de Inovação e Atividades Culturais.

Em resumo, o Curso promoverá diversas atividades específicas, tais como: assembleias, eventos institucionais, jornadas de campo, seminários, palestras, mesas redondas, dentre outras. Para as atividades culturais, propõe-se a leitura e síntese de livros, visita a museus e exposições, e participação em grupos teatrais. Também são propostas atividades de ensino que não estão incluídas na matriz curricular, como cursos de extensão.

Com relação à pesquisa, são propostas atividades de construção e publicação de artigos científicos, incentivando a participação em eventos e grupos de pesquisa, e a colaboração em projetos de pesquisa, seja como bolsista ou voluntário. As atividades de extensão incluem o desenvolvimento de projetos direcionados às necessidades sociais da região ou ao conhecimento de suas características culturais, sociais e históricas.

Também são consideradas Atividades Complementares (AC) as atividades de gestão e administração, como a participação em conselhos, apoio e representação discente, assim como em comissões organizadoras de eventos realizados pela universidade.

Ainda mais, o estágio não obrigatório pode ser computado como AC, nas condições estabelecidas pela Instrução Normativa do curso, desde que desenvolvido no decorrer do curso, na respectiva área de formação e/ou áreas afins, serão computadas as AC desenvolvidas durante o período de realização do curso. Ao discente que ingressar no curso por meio de transferência externa ou interna serão aproveitadas as atividades realizadas no curso anterior.



A validação de qualquer das atividades depende de prévia aprovação da Direção do curso, as atividades deverão possuir relação direta com os objetivos do curso e deverão ser desenvolvidas durante o período de vínculo formal com a IES. O curso criará ainda condições de oferta, de eventos e demais atividades acadêmicas, científicas e/ou culturais com vistas a possibilitar aos alunos uma alternativa ao cumprimento da carga horária necessária.

5.7 Trabalho de Conclusão de Curso

Para a conclusão do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL/UEMASUL é obrigatório a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que consiste em trabalho escrito, componente obrigatório pela Resolução nº 185/2022 – CONSUN/UEMASUL (Regimento Geral do Ensino de Graduação da UEMASUL).

O TCC do Curso Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL/UEMASUL tem por objetivo proporcionar aos alunos a oportunidade de demonstrar as competências e habilidades adquiridas, com o domínio dos conteúdos e da terminologia da área contábil, ampla capacidade de análise, interpretação e valorização de fenômenos relacionados a área da contábil e aguçada capacidade de argumentação, com postura reflexiva e uma visão crítica, bem como apresentar à comunidade acadêmica tema com aprofundamento temático, estimulado pela pesquisa e produção científica, utilização de bibliografia específica e especializada.

O referido trabalho será elaborado pelos acadêmicos de forma individual, e com a orientação de um docente vinculado ou não a UEMASUL, escolhido pelo aluno, que lhe dará aceite, e será formalizado em termo próprio. O TCC deverá ser sob a forma de artigo, de caráter de iniciação à pesquisa, resultado de um trabalho de investigação ou de revisão crítica de literatura, sobre assunto específico compatível com a graduação em Ciências Contábeis, respeitando as normas do método científico, e seguindo as regras vigente da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O TCC Curso de Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL/UEMASUL será desenvolvido por meio de disciplinas obrigatórias, a saber o Trabalho de Conclusão de Curso I - TCC I (7º período; 60 horas) e Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II (8º período), as quais perfazem um total de 60 horas. As atividades de TCC ocorrerão vinculadas ao docente responsável pela disciplina e a Coordenação de Curso.

Na disciplina TCC I o aluno receberá orientações para elaboração do projeto de pesquisa, do docente responsável pela disciplina e, em paralelo, deverão acontecer encontros com o docente orientador, ao longo da orientação/semestre letivo. O projeto de pesquisa deverá



ter no mínimo 10 páginas e no máximo 15 páginas, não contabilizando os elementos pré-textual e pós-textual. Na disciplina TCC II o aluno desenvolverá o artigo e deverão ocorrer encontros presenciais com o docente orientador, ao longo da orientação/semestre letivo

5.8 Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs) no Processo de ensino-aprendizagem

O domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) e, no caso da área da Ciências Contábeis, dos Sistema de Informação Contábil (SIC) e suas tecnologias, é habilidade indispensável para a formação dos discentes, uma vez que são parte integrante do cotidiano social, influenciam comportamentos e decisões rotineiras, em casa e no trabalho, e têm a capacidade de despertar maior atenção do(a) discente e tornar o processo de ensino-aprendizagem mais significativo, interativo, dinâmico e inovador.

No âmbito do curso, será utilizado principalmente na execução de atividades que demandam o uso e aplicação de SIC, em que os(as) discentes executam uma sequência de etapas de atividades para alcançar um produto final com informações estruturadas, tais como: custos, estoques, faturamento, fluxo de caixa, entre outros, seguindo orientações do(a) docente em sala e instruções assistidas em plataformas digitais, descritos melhor abaixo

Neste sentido, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, e as competências e habilidades do perfil do(a) egresso(a), será adotado pelo corpo docente do Curso Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL/UEMASUL, no processo de ensino-aprendizagem, na execução dos planos de ensino, um conjunto de tecnologias as quais incluem:

a) Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA: é uma plataforma fundamental para o gerenciamento de disciplinas e o registro das informações relevantes para o corpo discente e docente, abrangendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dentro do SIGAA, os(as) docentes podem registrar notas, frequências e disponibilizar materiais didáticos, como documentos, textos e *links* de vídeos ou filmes documentários relacionados aos conteúdos das disciplinas. Os conteúdos podem ser direcionados para aulas específicas, e os vídeos e filmes documentários podem ser cadastrados por meio de *links* externos ou anexos. Além disso, o sistema permite o cadastro de atividades como enquetes, fóruns de discussão, questionários e tarefas para serem resolvidas *online*.

Ademais, através dele a comunidade acadêmica tem acesso aos serviços da biblioteca onde pode pesquisar material no acervo e fazer empréstimos de material impresso, além de



acesso direto à biblioteca virtual da *Pearson*⁶. O SIGAA oferece também o serviço de *chat* da turma, *chats* agendados, notícias, fóruns, *Web Conferência*, entre outros. É, também, através do SIGAA que os professores realizam todos os seus registros acadêmicos.

Outra funcionalidade importante é o armazenamento de um banco de questões e a comunicação entre docentes e discentes por *e-mail*, bem como a interação *online* por meio de *chat*. No curso de Ciências Contábeis, o SIGAA será utilizado por todo corpo docente como ferramenta tecnológica para apoiar a execução do plano de ensino durante os períodos letivos. Administrado pelo Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI da UEMASUL, este permite ao discentes, docentes e técnicos administrativos acessar suas informações acadêmicas e o sistema de bibliotecas com os serviços prestados de: Empréstimo eletrônico domiciliar; Serviço de referência; bem como o uso das bibliotecas virtuais Pearson e Minha Biblioteca. As bibliotecas se propõem a atender as necessidades bibliográficas do ensino de graduação, provendo-lhe suporte informacional através de seus produtos e serviços.

b) O Sistema de Informações Contábil (SIC), é um potencial instrumento de coleta que produz informações em áreas específicas como a economia, administração e financeira das empresas, é capaz de gerar relatórios destinados ao administrativo em tempo necessário, além de fornecer informações acerca dos eventos de negócio que podem afetar a organização empresarial. O SIC bem estruturado e administrado pode ser um forte instrumento no processo de organização, visto que ele possibilita a emissão de relatórios em tempo útil com maior segurança nas informações geradas (Bairro, 2008). Em razão que um profissional contador deve produzir informações precisas aos usuários da contabilidade, gerando assim uma boa tomada de decisão.

c) O IBM SPSS Statistics é um software estatístico utilizado para solucionar com ampla diversidade de problemas relacionados aos negócios os quais envolvem pesquisas por meio de análises preventivas, teses e hipóteses, e análises geoespaciais. Na atmosfera dos negócios as instituições empresariais utilizam o IBM SPSS Statistics para realizar previsões e planos, entender dados e tendências, impulsionar resultados úteis e validar suposições. Ou seja, uma ferramenta que apresenta várias funcionalidades que geram com facilidade grande quantidade de dados, dessa forma, permitindo inúmeras formas de apresentação de tabelas, por isso deve ser domínio básico de um profissional contador.

Outros programas software serão adotados no percurso de estabilidade do curso de graduação, mediante análise colegiado do curso, bem como pela gestão superior da UEMASUL,

⁶ A Pearson é uma Biblioteca Virtual e é considerada a maior empresa de aprendizagem do mundo, com mais de 22,5 mil colaboradores atuando em 70 países.



como, por exemplo: Eviews (software para análise econométrica. Indispensável nas disciplinas que envolvam estatística, finanças e econometria), Palisade Decision Tools Suite (pacote é composto por sete softwares que trabalham conjuntamente com o Excel: PrecisionTree, @Risk, TopRank, NeuralTools, StatTools, Evolver e RiskOptimizer. Pode-se utilizar estes softwares em todas as disciplinas que envolvam planilhas de Excel e disciplinas da área de processo decisório, MATLAB, ArcGis (software de geoprocessamento e geoanálise, ideal para os convênios e acordos que possam ser firmados entre a EPPEN e órgãos vinculados a prefeitura de Osasco); e APAMA (software para análise de dados financeiros de alta frequência em tempo real.

d) *Google Workspace*: é um serviço do *Google* que oferece um conjunto de ferramentas colaborativas e personalizadas, tais como: *Google Forms*, *Google Drive*, *You Tube*, *Gmail*, *Google Meet*, *Google Apresentações*, *Google Maps*, *Google Classroom*, entre outros. O *Google Forms* é uma ferramenta utilizada no processo de avaliação, permitindo a criação, aplicação e *feedbacks* tanto para os(as) discentes quanto para as disciplinas, além da autoavaliação dos(as) docentes. Com o *Google Forms* os(as) docentes podem elaborar questões em diferentes modalidades, atribuir pontos, fazer comentários e disponibilizar o formulário através do SIGAA, da disciplina ou por *e-mail*. Essa ferramenta também permite a configuração para liberação imediata da nota ou após revisão manual, além de gera uma planilha com as respostas e permitir a inserção de vídeos, *links*, arquivos e imagens.

O *Google Apresentações* é um *App* que permite ao (a) professor (a) criar, transferir via *upload*, importar slides ou abrir do *Google Drive* suas apresentações *online* e compartilhar com a turma, que pode acessar e assistir de forma simultânea pelo celular, ou projetar em sala de aula por meio de projetor multimídia. Na apresentação é possível inserir planilhas, gráficos, tabelas, formas, diagramas, áudios salvos no *Google Drive*, vídeos do *You Tube* ou gravações salvas no *Google Drive* e imagens (*gifs*, adesivos e fotos) do *Google Drive*, *Google Fotos*, câmera do computador ou celular, da *web* (pesquisa direta ou link) ou fazendo *upload*.

O *Google Drive* se baseia no conceito de computação em nuvem e é um espaço para armazenamento e sincronização de arquivos, pastas e serviços do *Google* como: *Google apresentações*, formulários, documentos, planilhas, desenhos, *sites*, *jamboard* e *Apps Script* (plataforma que permite o desenvolvimento de soluções com base na linguagem de programação *JavaScript*). Permite ao (a) docente organizar, armazenar e compartilhar arquivos e pastas das disciplinas com os(as) discentes e, ao mesmo tempo, trabalhar de forma interativa *online* usando os diferentes aplicativos do *Google* sincronizados.

O *Google Meet* é um *app* de comunicação por vídeo (videoconferência), que se



popularizou muito no meio acadêmico e escolar durante a Pandemia de COVID-19. Na UEMASUL foi a principal ferramenta utilizada para a realização das aulas e reuniões remotas durante o período de isolamento social. O app permite ao (a) docente realizar aulas, orientações e atividades de forma remota.

O *Google Sheets* é um *app* de visualização de planilhas, o qual está incluído no pacote gratuito do Google Edição, o aplicativo é compatível com os documentos em arquivos. Esse aplicativo permite aos usuários que acessem e editem planilhas coletivamente. O serviço ofertado pelo *Google Drive*, também usufrui de outras ferramentas como: o *Google Docs*, *Google Slides*, *Google Drawings*, *Google Forms*, *Google Sites* e *Google Keep*, instrumentos ideais para o manuseio de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

O *Google Classroom* ou Google Sala de Aula, é um sistema de gerenciamento de conteúdo. Por meio dele é possível criar sala de aula para cada disciplina, agenda, adicionar materiais de estudos, tarefas e trabalhos. Permite que os(as) discentes resolvam as atividades trocando ideias com os colegas ou tirando dúvidas com o(a) professor(a) no chat privado. O *app* tem um espaço de classificação de atividades para correção e corrigidas.

Além disso, o Curso de Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL/UEMASUL se mobilizará para fazer uso de diversas ferramentas de inovação tecnológica do mundo do trabalho como instrumentos de facilitação do aprendizado, resultando em novas estratégias de apropriação do conhecimento. Várias ferramentas serão apresentadas ao longo da graduação, e distribuídas em vários ambientes da universidade, como por exemplo: o **Laboratórios de Informática**, que possuem computadores e softwares específicos que simulam situações que os estudantes vivenciam em suas profissões. Além disso, os discentes podem acessar o conteúdo de qualquer dispositivo, dessa forma, promovendo a acessibilidade digital.

5.9 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação da aprendizagem no curso de Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL será entendida sob uma perspectiva crítica e reflexiva sob o processo de ensino-aprendizagem, adquirindo sentido e articulação na formação do contador que compreenda as questões científicas, técnicas, sociais, ambientais e políticas no contexto da contabilidade.

No tocante à avaliação da aprendizagem, é abordada por cada docente nos respectivos componentes curriculares que atuam, sob uma perspectiva qualitativa e quantitativa, no percorrer do processo formativo. O docente, com o olhar de sua prática e as regulamentações



institucionais, avaliam seus alunos em prol da aprendizagem dos mesmos, usando os critérios e instrumentos necessários para este fim, podendo adotar: avaliações individuais, escritas e/ou orais; autoavaliação; seminários; relatórios de pesquisa; elaboração de pareceres; fichamentos; gamificação; participação em fóruns; atividades interdisciplinares; construção de diversos produtos técnicos dentre outros, visando a formação discente sólida, crítica e cidadã.

Nesse viés, uma avaliação da aprendizagem sob aspectos quantitativos, busca a participação dos sujeitos como um fenômeno essencialmente político, a fim de que consiga uma educação transformadora (DEMO, 2008), por meio da ação docente em suas respectivas disciplinas. Desde modo, os procedimentos de acompanhamento de avaliação da aprendizagem estão em consonância com as disposições da DCN e dos dispositivos institucionais, principalmente a Resolução nº 185/2022 – CONSUN/UEMASUL.

No que tange à avaliação do rendimento acadêmico, os procedimentos avaliativos não podem estar dissociados do processo ensino-aprendizagem. Dessa forma, a avaliação da aprendizagem é regulamentada pela a Resolução nº 185/2022 – CONSUN/UEMASUL, CAPÍTULO II, DOS DOCUMENTOS E PROCEDIMENTOS AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ACADÊMICO, descrita a seguir:

Art. 141. Aprovação do discente em componente curricular do curso de graduação terá por base frequência e nota, estabelecendo-se, como condições necessárias e suficientes para aprovação, a obtenção de nota final mínima de 7,0 (sete) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária, efetivamente estabelecido para o componente curricular excetuando-se as Atividades Acadêmico - Científico – Culturais – AACC e Atividades Complementares- AC, que terão por sua natureza registrado o cumprimento de o cumprimento de 100% do determinado pela legislação, não sendo consideradas para efeito do cálculo o coeficiente do rendimento do discente. Art. 142. A aprovação do discente em atividades obrigatórias como estágios e trabalhos de conclusão de curso AACC e AC dos cursos de graduação ocorrerá conforme regulamentação específica. Art. 145. O aproveitamento acadêmico do discente será expresso pelo coeficiente de rendimento registrado no histórico Acadêmico. Parágrafo único. O coeficiente de rendimento será calculado com base nas notas obtidas pelo discente em todos os componentes curriculares das atividades cursadas desde o seu ingresso nesta Universidade.

A Resolução nº 185/2022 – CONSUN/UEMASUL estabelece no seu CAPÍTULO III A AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM EM CARÁTER EXCEPCIONAL. Conforme descrito abaixo:

Art. 153. Poderão requerer os benefícios do regime excepcional de aprendizagem os discentes amparado pelo que dispõe a legislação em vigor. Parágrafo único. Terão direito às adaptações de provas e apoio necessário, previamente solicitado, inclusive tempo adicional para realização das avaliações: I - Pessoas com alteração completa ou parcial de um ou mais segmento do corpo humano acarretando comprometimento da função física ponto; II- Pessoas com perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras; III - Pessoas com perda da acuidade visual parcial ou total; IV-Pessoas com funcionamento intelectual significativamente inferior à média, e limitações associadas



a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas; V- Pessoas com deficiências múltiplas; VI- Pessoas com afecções mórbidas congênitas ou adquiridas que determina em distúrbios agudos ou agudizados caracterizados por incapacidade física relativa, de ocorrência isolada ou esporádica incompatível com a frequência aos trabalhos acadêmicos, desde que se verifique a conservação de qualidade intelectuais e emocionais necessária para o cumprimento de atividades em novos moldes; VII- Discente gestante a partir do oitavo mês ou do surgimento de complicações decorrentes do estado de gravidez.

A avaliação da aprendizagem para o curso de Ciências Contábeis é subsídio primordial para o redimensionamento das ações do curso. Nesse sentido, a UEMASUL dispõe da Coordenadoria de Avaliação Institucional (CAI), que elabora relatórios de avaliação de sucessos e insucessos, mostra o desempenho acadêmico dos discentes em cada centro, curso e disciplina, tornando a avaliação da aprendizagem algo processual e formativo. Esses relatórios servem como instrumentos de gestão e têm permitido que o colegiado e o NDE do curso identifiquem as necessidades dos alunos, que se encontram nas mais variadas situações acadêmicas, observar a eficiência do planejamento feito para o curso, a adequação dos professores às turmas e disciplinas designadas e como o curso pode ajudar os alunos a alcançar o conhecimento necessário para ter uma boa formação.

5.10 Número de vagas

O Curso de Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL/UEMASUL ofertará, em uma única entrada, o número de 40 (quarenta) vagas anuais no turno noturno no primeiro semestre do ano letivo. O Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (PAES) é feito pela Universidade Estadual do Maranhão, que seleciona candidatos no limite das vagas ofertadas.

Além do PAES, o ingresso no curso pode ser por nota do Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM, transferência interna, transferência externa e portador de diploma de curso superior. Nestes casos, os ingressos acontecerão em caso da existência de vagas definidas em editais publicados anualmente.

5.11 Atividades práticas de profissional contábil

As atividades práticas profissionais previstas para o curso de ciências contábeis estão previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, dispostas na Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024 e tem a finalidade de aproximar os conteúdos curriculares das disciplinas



com a prática profissional do contador, proposto situações mais próximas do mercado de trabalho.

Para o curso de Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL, a relação teoria e prática terá a proposta de diálogo permanentemente para manter a ideia de unidade. Essa perspectiva foge da concepção tradicional que o conhecimento está somente na teoria, fomentando o distanciamento da ação/prática. Segundo Freire (1987, p.38), a teoria e a prática são inseparáveis, por meio dessa relação, se constitui a práxis autêntica que possibilita aos sujeitos reflexão sobre a ação, proporcionando educação para a liberdade. “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (FREIRE, 1987, p. 38).

Tomando por base esta concepção, o curso de Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL, ofertará no rol de suas disciplinas, a partir do 2º período créditos teóricos/práticos para relacionar com maior evidência saberes com cunho prático, de maneira a formar o futuro contador com base epistemológica profissional consistente. Isto, fomentará e trará ao curso, questões para discutir e refletir sobre às necessidades do mercado de trabalho e suas mudanças. O quadro abaixo, relaciona as disciplinas que irão compor o créditos teóricos/práticos:

Quadro 08: Disciplinas com créditos de prática profissional contábil

ORD.	Disciplinas	Crédito				CH Total
		T	PT	ACE	ES	
1	Contabilidade Básica II	3	1			60
2	Contabilidade Tributária	3	1			60
3	Contabilidade Intermediária II	3	1			60
4	Contabilidade das Instituições Financeiras	3	1			60
5	Contabilidade de Custos II	3	1			60
6	Contabilidade Aplicada ao Setor Público II	3	1			60
7	Contabilidade Avançada II	3	1			60
8	Controladoria	3	1			60
9	Auditoria	3	1			60

A relação teoria-prática, para o curso de Ciências Contábeis Bacharelado, também poderá estar presente nas demais disciplinas, onde o curso irá fomentar através a ação das práticas educativa docentes, que irá se materializa no decorrer de suas discussões, reflexões e ação metodológica, trazendo essa a unidade teoria – prática para o processo formativo dos alunos.

Essas atividades práticas profissionais irão direcionar o aluno para a prática contábil,



fortalecendo a formação, com o uso de tecnologia da informação e comunicação, pertinente ao uso de laboratório de informática e softwares, como recurso essencial. Para além disso, estudos de caso, elaboração de pareceres de auditorias e controladoria, tomando por base a geração e gestão de informação para a tomada de decisão assertiva.

5.12 Atividades Curriculares de Extensão

O conceito de extensão diz respeito à socialização do conhecimento em interação com a comunidade e, sobretudo, ao respeito dos direitos humanos e a cultura. Para Maciel e Mazzili (2010), a universidade exerce um papel fundamental na construção de uma sociedade igualitária e democrática na coluna de indissociabilidade que eleva o nível acadêmico universitário. Arelados aos processos de ensino, pesquisa e extensão, exigência inerente ao papel das universidades, esta elabora projetos que possibilitem a fusão deste tripé em conhecimento universitário com a sociedade.

Dessa maneira, é necessária a extensão no percurso de formações de profissionais que irão atuar nas mais variadas conjunturas administrativas, o caso do profissional contador, além de fornecer aos discentes várias oportunidades de troca de experiências nas vastas atmosferas do conhecimento, fortalecendo os saberes adquiridos e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Sob tal pensar, o Curso de Ciências Contábeis do CCANL/UEMASUL irá estabelecer contribuições que mediarão as práticas de conhecimento em aplicação com a sociedade de Estreito, Maranhão. Para tanto, a Universidade e a direção do curso de Ciências Contábeis irão instigar docentes e discentes, para a realização da curricularização da extensão em suas diferentes forma conforme a Resolução n.º 216/2022 – CONSUN/UEMASUL. A relevância desse ponto, se dará nos termos de ampliação da Universidade em relação a comunidade e a priorização da formação humana profissional do contador, para além de contribuir com a comunidade com o avanço da pesquisa.

Para tanto, o curso de Ciências Contábeis promoverá a flexibilização de suas atividades em consonâncias com as futuras as atividades extensionistas, a partir com às necessidades da comunidade, pois, é nítido que a extensão é fundamental para a verticalização do curso na proporção que garante a interação social, linha indispensável para o processo de compreensão de ensino-aprendizagem. Para delimitação inicial de sua proposta de curricularização o curso organizou as a oferta de créditos para a extensão, da seguinte forma:

Quadro 09: Disciplinas com Atividade Curricular de Extensão no curso de Ciências Contábeis – CCANL

Período	Disciplinas	Crédito				CH Total
		T	Pr	ACE	ES	
1º	Sociologia das organizações	3		1		60
	Leitura e Produção Textual	3		1		60
2º	Fundamentos de Administração	3		1		60
	Metodologia do Trabalho Científico	3		1		60
	Fundamentos de Tecnologia da Informação	3		1		60
3º	Estrutura das Demonstrações Contábeis	3		1		60
	Psicologia Organizacional	3		1		60
4º	Administração Financeira e Orçamento Empresarial	3		1		60
	Direito Tributário	3		1		60
	Contabilidade Comercial	3			1	60
5ª	ACE 1			4		60
6º	ACE 2			4		60
7º	ACE 3			2		30
Subtotal		30	0	20	0	750

O curso irá promover do 1º ao 4º Período a curricularização da extensão como créditos dentro das disciplina com ações que, preferencialmente sejam de cunho interdisciplinares, com envolvimento dos docentes discente, ficando a cargo do NDE sistematizar essa proposta.

Para o 5º ao 7º período, considerando que o discente já dispõe de aprofundamento acadêmico das grandes áreas de formação de Ciências Contábeis, a curricularização será desenvolvidas em disciplinas., ou seja, será desenvolvidos projetos de cunho extensionista, considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a parti da ação na comunidade , que seguirá com as seguintes temáticas:

- ACE 1
Projeto: Economia Inclusiva – Orientações às empresas quanto ao balanço social em ações de responsabilidade socioambiental;
- ACE2
Projeto: Educação Financeira – Atendimento à comunidade para a elaboração de orçamento pessoal;
- ACE3
Projeto: Imposto de renda solidário – Atendimento à comunidade para declaração do Imposto de Renda.



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

6 GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO



6.1 Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL terá como finalidade a análise de planos e processos relacionados ao curso e/ou seus discentes, bem como auxiliar a direção do curso sempre que for demandado. Segundo a Resolução nº 185/2022 – CONSUN/UEMASUL tem ainda as seguintes atribuições:

- Analisar e emitir parecer sobre os planos de ensino das disciplinas do curso;
- Propor aos Órgãos Superiores da Instituição o estabelecimento de convênios de cooperação técnica e científica com instituições afins com a finalidade de desenvolvimento e capacitação no âmbito do curso;
- Ajudar a Direção do Curso na implantação e execução do Projeto Pedagógico de Curso (PPC);
- Dar suporte à Coordenação de Curso na tomada de decisões relacionadas às atribuições desta, sempre que solicitado;
- Propor e apoiar a promoção de eventos acadêmicos do curso;
- Contribuir com a Coordenação de Curso nas avaliações relacionadas aos processos de regulação do curso;
- Auxiliar a Coordenação de Curso na definição das áreas de contratação de docentes do curso;
- Acompanhar e orientar as docentes do curso nas questões didático-pedagógicas;
- Auxiliar a Coordenação de Curso no planejamento de ensino;
- Elaborar a lista tríplice de indicação da Coordenação de Curso;
- Indicar os membros do NDE;
- Propor à Coordenação de Curso, procedimentos e pontuação para avaliação de Atividades Complementares;
- Acompanhar os procedimentos referentes ao Evento de Avaliação de Estágio Curricular Obrigatório;
- Encaminhar as propostas de alterações no Projeto Pedagógico do Curso aos conselhos superiores da UEMASUL.

6.2 Núcleo Docente Estruturante

No âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, o Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso será composto pelo Coordenador e por, pelo



menos, 30% do corpo docente. De acordo com a Resolução N° 012/2017 – CONSUN/UEMASUL, que trata do Núcleo Docente Estruturante, o NDE deverá possuir participação obrigatória de no mínimo 05 (cinco) professores pertencentes ao seu corpo docente.

6.3 Direção de Curso

A direção do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL atuará com o intuito de atender às funções políticas, gerenciais, acadêmicas e institucionais, bem como acompanhar e avaliar a satisfação dos acadêmicos. Será profissional da área das Ciências Contábeis, com experiência na área de atuação e vivência acadêmica.

6.4 Direção de Centro

O Centro de Ciências Agrárias, Naturais e Letras – CCANL, está sob a direção do professor doutor **Gutierrez Rodrigues Morais**, do curso de Ciências Naturais, com habilitação em Matemática ou Física, desde o ano de 2021.

6.5 Gestão Acadêmica do curso e o processo de avaliação interna e externa

A Comissão Própria de Avaliação – CPA é a responsável pela Avaliação Interna da UEMASUL. Teve seu regimento aprovado por meio da Resolução n° 204/2022 – CONSUN/UEMASUL, que disciplina a organização, as competências e o funcionamento da Comissão Própria da Avaliação – CPA de acordo com a Lei Federal n° 10.861, de 14 de abril de 2004⁷.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA é composta por discentes que são escolhidos por eleição que são realizados por meio de Editais da UEMASUL e por docentes indicados por seus pares. Com reuniões mensais, conforme calendário de reuniões, definido no início do ano. De acordo com o Art. 2º, da referida resolução, são objetivos da CPA:

- Desenvolver o processo de autoavaliação da UEMASUL para o autoconhecimento e aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da gestão, em conformidade com as dimensões da avaliação institucional;

⁷ Esta Lei institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES, regulamentada pela Portaria MEC N° 2.051, de 09 de julho de 2004.



- Sistematizar as informações advindas do processo de autoavaliação, socializando-as com toda comunidade acadêmica e a sociedade, na perspectiva de subsidiar as ações de melhoria da UEMASUL;
- Prestar informações solicitadas pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão – CEE/MA e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP.

No Art. 3º da mesma resolução encontra-se que, observadas as Diretrizes Legais, a CPA deve assegurar:

- A análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidade e responsabilidades sociais da Instituição;
- O caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos quantitativos avaliativos;
- O respeito à identidade e a diversidade dos vários órgãos da UEMASUL.

A avaliação institucional realizada pela CPA considera 10 dimensões:

- Missão e PDI;
- Política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão;
- Responsabilidade social da IES;
- Comunicação com a sociedade;
- As políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e de técnico-administrativo;
- Organização de gestão da IES;
- Infraestrutura física;
- Planejamento de avaliação;
- Políticas de atendimento aos estudantes;
- Sustentabilidade financeira.

O resultado dessa avaliação institucional subsidia os pontos fracos e fortes da instituição como um todo. De posse dos resultados apresentados no relato e no relatório da CPA, a comissão setorial aplica e desenvolve metodologia para análise e interpretação dos dados que favoreçam a avaliação de cada curso. O diagnóstico decorrente da autorreflexão institucional da CPA servirá de espelho para a indicação de soluções para a conservação ou modificação dos rumos do curso, considerando seus objetivos e metas, com base na sua missão e no perfil do egresso que pretende formar. A avaliação dos cursos, no entanto, é realizada levando em



consideração três dimensões:

- Organização didático-pedagógica;
- Perfil do corpo docente;
- Instalações físicas.

A gestão do curso de Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL é executada pelo Diretor do curso que tem autonomia para a missão e o planejamento da mesma, desde que embasado nos estudos da CPA e da comissão setorial. Além da direção do curso, a avaliação conta com apoio do NDE e do Colegiado do curso, os quais ajudam na proposição de melhorias para solucionar os pontos fracos encontrados na avaliação do curso.

A gestão, por meio do resultado das avaliações que consiste em observar os resultados obtidos e promover as melhorias necessárias, possui a ferramenta básica a ser utilizada pelo diretor do curso na busca por excelência do processo de ensino e aprendizagem tendo vistas também para o perfil do egresso. No entanto, para que a autoavaliação institucional se constitua referência para a qualidade do trabalho de gestão e planejamento, torna-se necessário que todas as etapas da autoavaliação aconteçam de forma planejada, participativa e transparente a todos os segmentos envolvidos, configurando a clareza do processo necessária à criação da cultura avaliativa permanente.

A autoavaliação institucional traz à luz a dimensão ampla dos resultados das ações que estão sendo vivenciadas no âmbito interno e externo do curso, de forma a não priorizar a quantificação ou qualificação dessas ações, mas demonstrar a eficiência e eficácia das mesmas, dado o seu caráter formativo e somativo. O papel formativo e o papel somativo no processo avaliativo apesar de serem distintos, na prática podem se confundir nos momentos de interseção e culminância das ações diagnósticas.

Para que o diagnóstico do curso seja realizado de forma ética e transparente, é necessário o comprometimento de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil. É a partir daí que começa o trabalho do gestor. É imprescindível que os segmentos institucionais se sintam acolhidos e motivados a participarem do processo de autoavaliação.

A busca desse acolhimento é associada, muitas vezes, à situação de “consentimento” do gestor. É, inicialmente, por meio dele que se abrem as portas, para realização efetiva desse processo. A partir daí as etapas subsequentes preveem para os sujeitos envolvidos nos momentos de sensibilização, motivação, participação, divulgação e comprometimento com os resultados. Considerando a dinamicidade da rotina do curso, a autoavaliação precisa ser cíclica



e permanente.

A autoavaliação institucional não se constitui apenas em instrumento de recolhimento de informações a ser apresentado a instâncias superiores. Ela representa uma ferramenta imprescindível ao trabalho do diretor do curso, pois monitora a qualidade do desempenho institucional promovendo o planejamento consciente com base no diagnóstico sobre os pontos críticos que merecem prioridade.

Esse planejamento acaba por legitimar o processo de avaliação interna ao demonstrar para os segmentos envolvidos que os mesmos estão contribuindo para o desenvolvimento institucional, por meio da consideração de suas participações.

A autoavaliação não deve ser considerada como controle institucional, mas como mediadora de um processo de tomada de consciência, individual e coletiva, que leva o curso a uma autocrítica e (re)define seus caminhos com vistas à (trans)formação e melhora contínua da sua realidade, associada aos seus objetivos e a realidade local e regional.

A autoavaliação institucional do curso é um processo dinâmico, contínuo e de construção colaborativa, cujo resultado permite uma visão mais ampliada ao gestor sobre a realidade institucional, levando-o à orientação de sua equipe para um planejamento mais consciente.

Além da avaliação interna, os órgãos colegiados do curso de Ciências Contábeis e o Diretor do curso utilizarão a avaliação externa por meio do ENADE para verificar a execução do projeto do curso. O ENADE tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais.



7 CORPO DOCENTE

7.1 Titulação e formação docente

O corpo docente do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL será constituído por professores doutores, mestres e especialistas. Inicialmente, será realizado processo seletivo para contratação de professores substitutos. Até o segundo ano do curso o quadro de docentes deverá ser preenchido com vagas de professores efetivos.

O Curso também será atendido pelo Programa de Mobilidade Acadêmica de Docentes – PMAD, o qual é realizado por meio de edital, em que seleciona professores efetivos da UEMASUL de outros *campi* para ministrar aulas no CCANL, em virtude da não existência de docentes efetivos e/ou contratados disponíveis para ministrar as disciplinas.

A prática de Mobilidade Acadêmica possibilita aos docentes o compartilhamento de experiências, ressaltando que a maioria dos docentes que participam do edital para o Programa de Mobilidade Acadêmica de Docentes – PMAD são docentes efetivos e com titulação de mestres e doutores, permitindo a participação dos docentes em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A formação do seu corpo docente é uma prioridade para a UEMASUL, que vem investindo na titulação de professores efetivos, envolvendo concessão de afastamento remunerado de Bolsas de Mestrado e Doutorado, bem como a participação em programas, MINTER/DINTER, autorizados pela CAPES, e convênios com instituições privadas de ensino superior, de vagas de mestrado e doutorado.



8 INFRAESTRUTURA

8.1 Salas de aula

O Centro de Ciências Agrárias, Naturais e Letras – CCANL, da UEMASUL, possui um bloco de ensino em que há 8 (oito) salas de aula, além de um auditório. As dimensões das salas de aula são de 10 x 7 m (70m²) para atender as turmas de 40 alunos. As salas possuem climatização, acústica e iluminação que obedecem aos índices estabelecidos, segundo normas. O mobiliário é composto por 40 carteiras escolares com prancheta com capacidade para 110 Kg, adequadas e ergonômicas, mesa e cadeira para o professor. Também há disponível em cada sala um aparelho de projeção afixado e quadro de vidro branco, além de tomadas de energia elétrica. Para esses espaços há serviços de limpeza e manutenção diários, que colaboram para a conservação do mobiliário, pisos e equipamentos. As salas também possuem conectividade com internet por meio de sinal wi-fi.

8.2 Espaço de trabalho para o Diretor do Curso

O bloco administrativo dispõe de salas destinadas ao desenvolvimento das atividades técnico-administrativas. As instalações para a Direção do Curso de Ciências Contábeis consistirá de uma sala própria, equipada com computador e mobiliário específico, suficientes para o desenvolvimento das funções administrativo-pedagógico. Esta sala também será um espaço para atendimento individualizado aos alunos e grupos de até cinco alunos com privacidade.

8.3 Sala coletiva de professores

Os docentes efetivos desenvolvem suas atividades de tempo integral em salas individuais ou no máximo com dois professores por sala. Os professores se acomodam em sala própria, que serve também como sala de reuniões, com mesas, cadeiras e climatização. O CCANL possui sala de descanso para os professores equipada com sofá, televisão e armários para cada docente guardar seus pertences.

8.4 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

Os discentes do curso de Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL terão acesso a



computadores com acesso à internet para pesquisas, elaborações de atividades e demais necessidades. O laboratório de informática possui 20 máquinas que podem ser utilizadas mediante agendamento com o chefe de laboratório e a biblioteca do *campus* possui oito máquinas para uso conforme disponibilidade no setor de estudo individualizado.

A velocidade da rede do Campus é de 300 mbps e semestralmente os computadores são verificados com atualizações de *hardware* e *software* e havendo necessidade de substituição de peças, estas são requisitadas. Ademais, os alunos tem acesso a rede wi-fi em todo Campus para conectar seus dispositivos móveis.

8.5 Bibliografia básica e Bibliografia complementar por unidade curricular (UC)

As referências básicas impressas do curso de Ciências Contábeis serão adquiridas logo após o processo de aprovação e autorização do curso pelo Conselho Universitário da UEMASUL. Por tal motivo, a UEMASUL tem contrato com as Bibliotecas virtuais Person e Minha biblioteca. Juntas, é disponibilizado um acervo com mais de 15.000 (quinze mil) exemplares em diversas áreas e editoras cadastradas. As referências virtuais do curso de Ciências Contábeis já estão inseridas no ementário e disponível para serem acessadas pelos discentes.

A Biblioteca da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, *campus Estreito*, possui um acervo com 338 exemplares. Com a informatização do sistema os discentes do CCANL conseguem solicitar empréstimo de livro com a biblioteca, verificando a sua disponibilidade e caso seja necessário o empréstimo o mesmo se torna possível. Possui uma estrutura física com cabine de estudo individual e sala de estudo em grupo, sala para o bibliotecário, mesas de uso coletivo, 10 (dez) computadores conectado à internet para garantir aos acadêmicos que não possuem acesso à internet um meio de pesquisa e acompanhamento aos portais da UEMASUL, Biblioteca Virtual, bem como o acesso aos portais de periódicos gratuitos, como Scielo, DOAJ, Capes e outros.

O acervo da bibliografia básica e complementar será revisado periodicamente pelo NDE do Curso. Assim, tem-se uma bibliografia atualizada e adequada às unidades curriculares ofertadas no curso. Após a revisão, o NDE elabora um relatório de adequação cujo objetivo principal é justificar a utilização daquela referência aos conteúdos da disciplina em que a mesma está inserida e, assim, comprovar a compatibilidade entre a UC e a referência básica, bem como a correlação positiva entre o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título.



8.6 Laboratórios didáticos de formação básica

O CCANL/UEMASUL possui laboratório de informática com computadores moderno conectados à rede mundial de computadores atendendo às especificidades de formação básica para o curso de Ciências Contábeis Bacharelado.

8.7 Laboratórios didáticos de formação específica

Os discentes do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado do CCANL, farão uso do laboratório de informática do campus, para as práticas contábeis nas disciplinas que requerem o uso deste espaço, conforme descrito no tópico 5.8 *Tecnologia de Informação e Comunicação no Processo de Ensino e Aprendizagem*. Desta forma, o curso alinha-se com o que determina as DCNs, onde estas apontam diversas competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo egresso que devem estar de acordo com as novas tecnologias e o mundo digital, ambas indispensáveis para o profissional da contabilidade.

Para tanto, caso seja necessário haverá a aquisição, quando possível de computadores com processadores atualizados para o laboratório de Informática, bem como de softwares e programas específicos para a prática no curso Ciências Contábeis.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Alencar Viana. **A região de influência de Imperatriz-MA: estudo da polarização de uma capital regional, destacando a regionalização dos serviços públicos de saúde.** 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Perfil dos Municípios Maranhenses. Indicadores Socioeconômicos e Demográficos, 2013.

BENEVIDES, M. G. **Os direitos humanos das mulheres: transformações institucionais, jurídicas e normativas no Brasil.** Fortaleza: EdUECE, 2016.

BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. Semina: Ciências Sociais e Humanas, v.32, n.1, p.25-40, 2011.

Bairro, D. R. Sistema De Informação Contábil Como Ferramenta Para a Tomada De decisão. UTFPR. Porto Branco, Paraná. 2008. Disponível em: <<https://revistas.utfpr.edu.br/ecap/article/viewFile/11114/6702>>. Acesso em: 13 de junho de 2024.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 23/12/1996.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 10/1/2001, Página 1.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 – Brasília, 2002, Pág. 23.

BRASIL. **Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2002.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de abr. 2004.

BRASIL. **Decreto Federal nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005, seção 1.

BRASIL. **Decreto nº 5. 626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n o 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

BRASIL. **Resolução nº 1 de 02/02/2004.** Conselho Nacional de Educação. Diretrizes



Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Administração. Brasília, 02 de fevereiro de 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

BRASIL. **Lei 11.645, de 08 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 08 mar. de 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 10 de março de 2008.

BRASIL. **Decreto legislativo nº 186, de 2008.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília DF, 10 jul. 2008. Seção 1, Edição 131, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 de set. 2008.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** 4. ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 27 de dezembro de 2012.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1/2015.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 de janeiro de 2015 – Seção 1 – pp. 11-12.

BRASIL. **Lei nº 13.146/2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2018. Rio de Janeiro: IBGE.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018** - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, 18 de dezembro de 2018.



BRASIL. **Lei nº. 7.321, de 13 de junho de 1985.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7321.htm. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

BRASIL. **Lei n.º 4.769/1965.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4769.htm. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 02 de 04/10/1993 – CEE/MA.** Ato de criação do Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Estadual do Maranhão – Centro de Estudos Superiores de Imperatriz. São Luís, 04 de outubro de 1993.

DOURADO, L.F. A Conferência Nacional de Educação e a Construção de Políticas de Estado. In. FRANÇA, M. e MOMO, M. (Orgs). **Processo Democrático participativo. A construção do PNE.** São Paulo: Mercado das Letras, 2015.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense.** Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Área de concentração: Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008. 269 f.

FONSECA, S. **A Interferência do Modelo de Gestão no Projeto Pedagógico de Uma Instituição de Ensino Superior:** um estudo de caso. 2007. Tese (Doutorado em Educação: currículo) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, J. B. **O Debate Constitucional sobre as ações afirmativas.** In: SANTOS, R. E.:

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS-IMESC. **Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão: período 2010 a 2017.** v.10, n.1, jan./dez. – São Luís: IMESC, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/acailandia/panorama>>. Acesso em: 04 dez 2019.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).** Censo da educação superior 2018. Notas Estatísticas. Brasília, 2019.

GONÇALVES, D. B. **Gestão escolar e desenvolvimento regional: uma análise dos indicadores e da gestão escolar do Ensino Fundamental de Imperatriz MA.** Dissertação (Mestrado profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional) UNITAU, Taubaté-SP, 2015.

MARANHÃO. Lei nº 9.279 de 20 de outubro de 2010. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental do Maranhão. Diário Oficial do Maranhão, São Luís, 2010.

MARANHÃO. **Projeto de Lei nº 181, de 04 de outubro de 2016.** Que Dispõe sobre a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, com sede na cidade de Imperatriz. Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, São Luís, 04 de out. 2016.



MARANHÃO. **Lei Ordinária nº 10.525, de 3 de novembro de 2016.** Dispõe sobre a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL com sede na cidade de Imperatriz. São Luís, 3 de novembro de 2016.

MARANHÃO. **Decreto Estadual nº 32.397, de 11 de novembro de 2016.** Que designa a Comissão de Transição e Instalação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. Diário Oficial do Maranhão, São Luís – MA, 2016.

MARANHÃO. **Lei Estadual nº 10.558, de 06 de março de 2017.** Que dispõe sobre a organização administrativa da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), criação de cargos em comissão, e dá outras providências.

MARANHÃO. **Lei nº 10.796, de 01 de março de 2018.** Aprova o Plano Estadual de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial do Maranhão, São Luís, 2018.

MARANHÃO. **Lei Ordinária nº 10.880, de 05 de julho de 2018.** Que cria o Centro de Ciências da Saúde – CCS na estrutura organizacional da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL – Campos Imperatriz, altera a Lei nº 10.558, de 6 de março de 2017, e dá outras providências. São Luís, 05 de julho de 2018.

MARANHÃO. **Resolução nº 63/2019- CEE/MA.** Estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Estado do Maranhão. São Luís, 07 de abril de 2019.

MARANHÃO. **Resolução nº 109/2018-CEE/MA.** Estabelece normas para a Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências. São Luís, 17 de maio de 2018.

MARANHÃO. **Resolução nº 166/2020 CEE/MA.** Estabelece orientações complementares à implementação das Diretrizes para Extensão Universitária nas instituições de ensino superior pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino do Maranhão, a partir das normas prescritas na Resolução CNE/CES nº 7/2018 e regulamenta o processo de avaliação com fulcro nessa Resolução e na Resolução nº 109/2018 – CEE/MA. São Luís, 01 de outubro de 2020.

MARANHÃO. **Decreto Estadual nº 32.396 de 16 de março de 2020 .** Que dispõe sobre a suspensão, por 15 dias, das aulas presenciais nas unidades de ensino da rede estadual de educação, do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, nas instituições de ensino das redes municipais e nas escolas e instituições de ensino superior da rede privada localizadas no Estado do Maranhão. Diário Oficial do Maranhão, São Luís – MA, 2020.

MACIEL, A. S; MAZZILLI, S. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: percursos de um princípio constitucional. 33ª Reunião Anual da ANPED, 2010.

SANCHES, E. **Enciclopédia de Imperatriz:** 150 anos 1852-2002. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do Pensamento Contábil:** Com Ênfase na História da contabilidade Brasileira. Juruá Editora:



Curitiba, 2007.

SOUSA, J. de M. **Enredos da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense**: reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Plano de desenvolvimento Institucional – PDI**: 2017-2021. UEMASUL: Imperatriz, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Decreto nº 32.396, de 11 de novembro de 2016b**. Define a Área de Abrangência da UEMASUL. Disponível em: Acesso em: 06 dez 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 02/2017**. Fixa normas para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC em rede Imperatriz-Açailândia. Imperatriz, 25 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 011/2017**. Institui o Programa de Bolsa Permanência da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL e dá outras providências. Imperatriz, 01 de dezembro de 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução nº 012/2017 CONSUN/UEMASUL**. Institui o Núcleo Docente Estruturante no âmbito da Gestão Acadêmica dos cursos de graduação bacharelado – Licenciatura e Tecnólogo da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. Imperatriz, 28 ago. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 019/2017**. Aprova o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação-CPA da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Imperatriz, 28 de agosto de 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 025/2017**. Dispõe sobre a regulamentação da hora-aula e horários de aula nos cursos de graduação presenciais da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL e dá outras providências. Açailândia, 07 de dezembro de 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Projeto Pedagógico Institucional**: PPI 2017/2021. Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica, PROGESA. Imperatriz, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução nº 031/2018 CONSUN/UEMASUL**. Cria as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura da Universidade Estadual da Região Tocantina (UEMASUL). Imperatriz, 13 jun. 2018.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução nº 049/2018 - CONSUN/UEMASUL**, cria o Programa de Formação de Professores da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução nº 053/2018 – CONSUN/UEMASUL**, aprova o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEXT. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução nº 60/2018 CONSUN/UEMASUL**. Regulamenta o estágio não obrigatório a discente do ensino superior, no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL. Imperatriz, 11 de dezembro de 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução nº 62/2018 CONSUN/UEMASUL**. Disciplina a concessão de monitoria a discentes do Ensino de Graduação no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL e dá outras providências. Imperatriz, 12 de dezembro de 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução nº 078/2019 – CONSUN/UEMASUL**, aprova o Plano Institucional de Internacionalização da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução nº 089/2019- CONSUN/UEMASUL**. Regulamenta a composição, atribuições e funcionamento do Conselho Estratégico Social da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – CONEST/UEMASUL. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 091/2019**. Altera a Resolução nº 011/2017– CONSUN/UEMASUL, de 15 de agosto de 2017, que Institui o Programa de Bolsa Permanência da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. Imperatriz, 15 de dezembro de 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 093/2019**. Altera a Resolução nº 053/2018– CONSUN/UEMASUL, de 31 de agosto de 2018, que institui o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEXT/ UEMASUL. Imperatriz, 17 de dezembro de 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 095/2019**. Altera a Resolução nº 018/2017 CONSUN/UEMASUL, de 15 de agosto de 2017, que institui o Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Iniciação Científica – MAIS IDH/UEMASUL. Imperatriz, 19 de dezembro de 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 097/2019**. Regulamenta a criação, reconhecimento, vinculação e funcionamento de Empresas Juniores no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Imperatriz, 17 de outubro de 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 62/2018**. Disciplina a concessão de monitoria a discentes do



Ensino de Graduação no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL e dá outras providências. Imperatriz, 12 de dezembro de 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 60/2018.** Regulamenta o estágio não obrigatório a discente do ensino superior, no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL. Imperatriz, 11 de dezembro de 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 040/2018.** Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Imperatriz, 14 de maio 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 029/2018.** Aprova normas da Política de Extensão da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Imperatriz, 21 de março de 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução nº 065/2020 - CONSUN-UEMASUL,** estabelece a Metodologia para elaboração do Estatuto da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução nº 103/2020- CONSUN/UEMASUL,** estabelecer ato normativo de colação de grau especial, excepcionalmente realizada por meio de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC, na da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução nº 113/2020- CONSUN/UEMASUL,** altera a Resolução nº 65/2018 – CONSUN/UEMASUL sobre a elaboração do Estatuto da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução nº 142/2021 - CONSUN/UEMASUL,**convoca a comunidade universitária para a eleição decomposição dalista tríplice para Reitor e Vice Reitor da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, e fixa data de sua realização. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Plano de desenvolvimento Institucional – PDI: 2022-2026.** UEMASUL: Imperatriz, 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução nº 166/2022 CONSUN/UEMASUL -** cria o Programa Institucional de Residência Profissional em Engenharias e Arquitetura da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. 2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução nº185/2022 – CONSUN/UEMASUL.** Dispõe sobre o Regimento Geral do Ensino de Graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. Imperatriz, 30 de maio de 2022.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução nº 186/2022- CONSUN/UEMASUL.** Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL 2022-2026. Imperatriz, 30 de maio de 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução nº 216/2022 - CONSUN/UEMASUL.** Dispõe sobre a instituição e a regulamentação das atividades de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. Imperatriz, 30 de setembro de 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução nº 217/2022 - CONSUN/UEMASUL.** Cria o Programa de Acompanhamento dos Egressos dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão e estabelece suas políticas. . Imperatriz, 27 de outubro de 2022.



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão